



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

Acta nº 2/2015

Aprovada em 30/09/2015

No dia vinte e nove de Abril de dois mil e quinze teve lugar no Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco a segunda sessão ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- 2 – Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra;**
- 3 – Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2014, apreciação e votação nos termos da al. 1), do nº2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
 - a) Relatório de Gestão e Documentos**
 - b) Aplicação de resultados**
 - c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2014;**
- 4 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015, da Câmara Municipal de Coimbra, aprovação nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
- 5 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2014, acompanhar e fiscalizar, nos termos da al. a), do nº2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
- 6 – 1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2015, aprovação nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
- 7 – Compromissos Plurianuais, apreciação nos termos da al. b), do nº1, do artº 22º, do dec. lei nº197/99, de 8 de junho;**
- 8 – Proposta de composição do júri dos concursos para cargos dirigentes, aprovação nos termos do nº1, do artº 13º, da lei nº49/2012, de 29 de agosto;**
- 9 – Contrato Interadministrativo para o período 2015 - 2017 – minuta, aprovação nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
- 10 – Acordos de execução 2014 a 2017 – alterações ao acordo inicial, aprovação nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;**
- 11 – Apoios e incentivos às acções de reabilitação urbana, aprovação nos termos do nº3 do Regulamento Municipal Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra;**
- 12 – Requalificação do Parque Infantil no Largo Marcelino Ivo de Vasconcelos – Brasfemes – Contrato-programa, aprovação nos termos da alínea j), nº 1, do artº 25º, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de Setembro**
- 13 – Atas.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Maria Ângela Duarte C. Pinto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Correia, Nuno Filipe Reis da Silva, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Horácio José Campos Paz Santiago, José António de Oliveira Marques Cortesão, Juvenal Ribeiro de Sousa.

Presidentes de Juntas de Freguesia: João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seíça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso e Jaime Chantre Rodrigues Silva.

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Maria Helena Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Ana Filipa Janine Simões Martins, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira, Júlio da Fonseca Gaudêncio.

Presidentes de Junta: José Augusto Silva Simão, Manuel Correia de Oliveira, Hélder Rodrigues de Abreu, José Manuel Nunes Filipe e Ricardo Luís Rodrigues

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Manuel Vaz Pires da Rocha, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Jorge Freitas Seabra, Paulo Jorge Gaspar Coelho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Jorge Espírito Santo Mendes.

Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):

José Joaquim Dinis Reis, Rui de Melo Pato, Clara Ascensão Santos Moura Lourenço e Catarina Isabel Caldeira Martins.

Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):

José Joaquim Monteiro Sampaio e Nora.

Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB):

Rui Manuel Sousa Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Manuel Augusto Soares Machado estiveram presente a vice presidente Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, e os vereadores Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhães Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, João Paulo Lima Barbosa de Melo, Francisco José Pina Queiroz, José António Pinto Belo e José Augusto Moreira Ferreira da Silva.

Mesa:

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves como 2º Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** para esta sessão;
- Deputada municipal **Rosa Isabel Cruz** para esta sessão;
- Deputado municipal **Manuel Milagre de Sousa** pelo período de 3 meses;
- Deputado municipal **António José Costa Sequeira** para esta sessão;
- Deputado municipal **André Gonçalo Dias Pereira** para esta sessão;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Horácio José Campos da Paz Santiago, Ana Paula Marques Soares Pinto Bravo, José Maria Ferreira Nunes, Juvenal Ribeiro de Sousa e José António de Oliveira Marques Cortesão.**

O Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês **António Ferreira Coelho** solicitou a sua substituição pelo tesoureiro da Junta da Freguesia de Almalaguês, **Jaime Chantre Rodrigues Silva;**

- Deputado municipal **Manuel Augusto Lopes Rebanda** para esta sessão;
- Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins**, para esta sessão;
- Deputado municipal **Dino Miguel Alves** para esta sessão;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (PPD/PSD/PPM/MPT), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Júlio da Fonseca Gaudêncio, Tiago Miguel Rodrigues Fidalgo e Cristina Ferreira Figueiredo Faustino Agreira.**

Faltou o deputado municipal António Alberto Maló de Abreu, e o deputado municipal Tiago Miguel Rodrigues Fidalgo.

Deputada municipal **Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata** para esta sessão;

Deputado municipal **José António Oliveira Bandeirinha** para esta sessão;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foram eleitos (CpC), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Rui de Melo Pato e Clara Ascensão Santos Moura Lourenço.**

O Presidente da Assembleia abriu a sessão dizendo aos deputados municipais que da ordem de trabalhos consta uma adenda previamente distribuída, donde consta mais um ponto “Requalificação do Parque Infantil no Largo Marcelino Ivo de Vasconcelos – Brasfemes – contrato-programa”.

Do mesmo modo, foram distribuídas três atas para aprovação, números 6, 7 e 8 respetivamente das sessões realizadas em 30 de setembro, 26 de novembro e 22 de dezembro de 2014.

Aproveitou para lembrar que o novo Regimento da Assembleia Municipal tem uma nova forma e de maneira mais simples e menos burocratizada de funcionamento da Assembleia Municipal.

A exigência da transparência dos órgãos autárquicos, faz com que os documentos necessários à realização da Assembleia, sejam cada vez mais e, se não fosse a informática seria impossível.

Agradeceu aos funcionários que desempenham todo este trabalho e que ao longo destes 10 dias despenderam de um esforço para além das funcionalidades normais de modo que, esta Assembleia pudesse ser realizada aqui no Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Seguidamente, o Presidente da Assembleia colocou à votação a nova Ordem de Trabalhos:

Deliberação nº 13/2015 (29/04/2015):

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Ordem de Trabalhos com os 13 pontos.

O Presidente da Assembleia Municipal ao informar da abertura das inscrições para as intervenções dos senhores deputados no período antes da ordem do dia, lembrou que a ordem de trabalhos tem 13 pesados pontos, e este edifício ainda não tem energia própria, e pode acontecer que se gaste antes dos trabalhos estarem concluídos. Não gostaria que ficássemos às escuras, uma Assembleia Municipal não é para ficar às escuras, é para aclarar e para dar luz à vida da cidade.

Portanto, nesse ponto de vista, pediu exigência no sentido de serem parcimoniosos, na utilização dos tempos e aceitarem algum rigor da Mesa.

Mais informou que, em princípio, este “*Período de Antes da Ordem do Dia*” tem uma duração de 60 minutos.

Intervenção da deputada municipal Ângela Pinto Correia (PS):

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, uma saudação fraterna aos senhores jornalistas.

Bem-vindos à União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, a Santa Clara, uma das 31 freguesias do concelho de Coimbra e bem-vindos ao Convento de São Francisco, uma das muitas memórias da história da nossa Cidade.

Nos anos de 1217/1218 foi fundado nos Olivais, o Convento de São Francisco da Ordem dos Frades Menores. Porém, em 1247, muda-se para Santa Clara, na margem esquerda do Rio Mondego, passando a denominar-se por Convento de São Francisco da Ponte por a sua localização ser próximo da ponte que unia as duas margens do rio.

A sua construção foi patrocinada pelos filhos de D. Sancho I, D. Fernando e Dona Constança Sanches, tendo esta falecido em 1269, sem que obra estivesse ainda terminada mas, no seu testamento, deixou dinheiro para que a obra prosseguisse. Não há registos com referências à sua finalização.

Como aconteceu ao Convento de Santa Clara-a-Velha da Ordem das Clarissas, de igual modo se fizeram sentir, as subidas do leito do Rio Mondego, provocando cheias constantes e assoreamentos que dificultavam as condições de habitabilidade.

É assim que, através da bula do Papa Júlio II para o rei D. Manuel I, este concede autorização para a realização da mudança do Convento, para outro local mais seguro.

O Convento primitivo foi abandonado ainda no Século XVI e destruído definitivamente em 1641, já no Século XVII.

Na sessão de câmara de 17 de Junho de 1600, é aprovado o terreno para a nova construção, situado um pouco mais acima do anterior, na atual Calçada de Santa Isabel da freguesia de Santa Clara, mais concretamente no sopé do Monte da esperança. O Bispo Conde Afonso de Castelo Branco lança a primeira pedra em 1602 e, dá-se início à edificação do novo Convento de São Francisco, este bonito e grandioso espaço, onde hoje estamos reunidos.

A sua construção foi paga através, ao recurso de esmolas e material antigo e apresenta uma arquitectura sóbria de características “*maneiristas*” de acordo com os votos da Ordem Religiosa fundada por Francisco de Assis. Um facto interessante para a época foi que, em 29 de Novembro, os Franciscanos, apesar do Convento ainda não estar concluído, ocuparam-no e as obras estenderam-se até ao final do mesmo século.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

No terreno anexo ao Convento inicia-se em 1740, a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição da Ponte. À medida que vamos conhecendo a vivência deste espaço, que encerra com toda a certa, inúmeras histórias, verificamos que, tanto o Convento, como também a igreja, sofrerem alterações, tanto a nível de edificação, como também da sua função.

A ocupação do edifício por tropas das invasões francesas provocou, a destruição e a pilhagem do seu espólio.

Com a reforma eclesiástica, iniciada em 1834, com Joaquim António de Aguiar, com a extinção das Ordens Religiosas Masculinas, o edifício foi vendido mantendo-se porém, o culto religioso na igreja e em 1854, com a então reestruturação da organização territorial e administrativa da cidade de Coimbra é construída a freguesia de Santa Clara, sendo a sua sede até 1872, na própria igreja, mas que nesse ano, irá mudar-se para a Capela de Nossa Senhora da Esperança.

Verificamos que o edifício do Convento, vai ter diversas ocupações!

Uma fábrica de massas alimentícias em 1875, armazém de vinhos em 1884, mas é a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara que irá ocupar esta magnífica construção, durante quase um século, alterando profundamente a sua estrutura assim como a da Igreja.

Quem não se lembra do barulho dos teares quando se descia a Calçada de Santa Isabel, ou, o entrar de muitas e muitos operários, desta que foi uma importante unidade fabril de Coimbra?

A sua falência é declarada em 1985 e 10 anos depois, a Câmara Municipal de Coimbra, liderada pelo Dr. Mendes Silva, adquire o Convento com a finalidade de implementar o projecto de modo a que a cidade tivesse um espaço digno para manifestações de índole cultural.

A preocupação de manter e dar finalidade ao edifício levou a Câmara Municipal de então, a intervir de modo a beneficiar o espaço.

Foi em 1998, na Câmara então liderada pelo doutor Manuel Machado que se procedeu ao lançamento do concurso de arquitectura da autoria do Arquitecto Carrilho da Graça.

Estamos no ano de 2015 e, qual a situação relativamente a este projecto?

O Partido Socialista, quando ganhou as eleições em 2013, encontrou um novo propósito para o Centro de Congressos, com uma área de construção de 36.930m², com espaços exteriores de 14.562m², um auditório de 1.125 lugares, um estacionamento de 541 lugares e um restaurante de 650m².

A obra foi adjudicada e o contrato celebrado em 2010, pelo valor de 32.978.379 euros e com um prazo de execução de 700 dias.

Passaram 5 anos!

Mais ou menos, 1.825 dias, muito longe dos tais 700, para a execução desta obra!

Ficámos a saber que foram detectadas deficiências pela fiscalização ao longo da execução da obra.

E o que fez o anterior executivo para colmatar esta grave situação?

Deixou o tempo correr!

Com a certeza, já prevendo a vitória do PS e que fosse o novo executivo a deslindar esta teia de complicações.

E foi isto mesmo que aconteceu!

O executivo socialista, liderado pelo meu camarada Manuel Machado, recebeu em Novembro de 2013, este complicado processo que tem que estar encerrado até ao fim de 2015, a fim de não se perderem verbas comunitárias.

Deparou-se com a paragem da obra, pela própria empresa construtora, que solicitou nos tribunais, um pedido indemnização de 8,2 milhões de euros. Mas, o que também verificou a Câmara Municipal de Coimbra, foi uma obra repleta de deficiências, que iam desde a entrada de água, em grande quantidade, no auditório que foi projectado para grandes congressos, espectáculos, incluindo, os de ópera, até deficiências no parque de estacionamento, entre outras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Manuel Machado afirmou que, defenderia sempre e, até às últimas consequências o interesse público. E foi o que fez, ao tomar posse administrativa das obras do Convento resolvendo, de imediato, anomalias com carácter de urgências e alguns trabalhos que não estavam no projecto, mas que eram necessários.

Estamos agora num outro tempo!

Um tempo de olhar para o futuro, deste edifício cheio de história e de estórias, que estará profundamente ligado à vivência da nossa cidade e até poderei dizer, da nossa região, pelo que, já foi adjudicada a conclusão da obra, por 7,5 milhões de euros.

Está a decorrer o concurso para a conclusão da obra do parque de estacionamento, com a sua concepção de exploração, no valor de 1.950.000 euros e brevemente, proceder-se-á à abertura do concurso público, com publicidade internacional, para a recuperação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ponte, anexa ao Convento, com o preço base no valor de 1.974.000 euros.

Podemos dizer, que estamos perante uma obra de âmbito nacional e ibérico, que vai exigir da Câmara Municipal de Coimbra, um esforço desmesurado, para arranjar uma solução viável, em termos financeiros e de preenchimento cultural e, que nos tempos difíceis que o poder local vive, com a atrofia financeira feita por este governo, é um verdadeiro exercício de entrega à causa pública. Mas este processo, sabemos, que já está a ser desenvolvido, pois o objectivo é que, o Centro de Convecções e o Espaço Cultural do Convento de São Francisco, funcione em complemento, com os outros espaços culturais existentes na cidade e, em breve irá ser anunciada a discussão pública sobre a estratégia e programação do Centro, onde assim, todos os agentes culturais, poderão dar o seu contributo.

Porém, caros deputados municipais, o Partido Socialista não poderá nunca subestimar que estas obras deveriam estar concluídas em 2012 e, só vão estar, no fim de 2015.

A cidade e a região, perderam 3 anos de uma actividade cultural intensa!

Que o orçamento inicial era de 23 milhões euros e que, o custo final será, de cerca 40.000.000 euros!

Uma derrapagem de quase o dobro do preço inicial, abstraindo-se, o anterior executivo municipal das graves deficiências de construção na obra e que, no mandato anterior do PSD/CDS, este dossier foi gerido, sem qualquer estratégia ou modelo de gestão para o futuro.

Será com o executivo do Partido Socialista, que o Centro de Convenções e o Espaço Cultural do Convento de São Francisco estará pronto, com as obras concluídas, com o modelo de gestão escolhido e, com o seu programa definido.

Para concluir, pois estamos num espaço concebido para homens que professaram um modo de vida simples, despojado de bens materiais, deixo-vos um pequeno poema do meu camarada António Arnault, um exemplo de civismo e de compostura ética, dedicado ao cardeal George Bergoglio que escolheu o nome de Francisco, por tudo o que o santo representou na época em que viveu e, nos tempos que se seguiram.

“Alguns homens chamam-te santo e adoram os altares.

Eu procuro-te nos lugares onde a pobreza tem morada

E onde tu, Irmão Francisco!

Mais do que Irmão, és Camarada!”

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, meus senhores e minhas senhoras, senhores jornalistas.

Fomos de opinião que deveríamos ir visitar o Convento de São Francisco e que esta Assembleia pudesse, de facto, hoje, ter lugar neste espaço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Consideramos que, como ponto de partida para uma discussão que se quer profícua e que se quer participada, ser necessário que os próprios deputados municipais tivessem a oportunidade de visitar este grande empreendimento, pudessem ter os sonhos e os temores todos que ele suscita, uma vez que estamos numa sociedade real, com tarefas reais e para as quais temos que estar preparados.

São Francisco está aqui, com todas as salas que visitámos e, com as entranhas que não visitámos, mas que hão-de ser gastadoras principais dos recursos que para aqui viermos a dirigir!

Há-de haver aqui gente quem limpe, quem opere, quem programe, quem cozinhe, quem carregue, e quem conserte, mas São Francisco não se ergue no deserto!

Coimbra é hoje uma cidade em que se produz cultura numa luta constante, contra o subfinanciamento estatal e municipal, contra a chamada “*cultura de massas*” que educa os públicos no sentido contrário ao da curiosidade, da reflexão, que os educa a caminho do mercado. Esta Coimbra precisa hoje, e ainda mais agora, e aqui mesmo nesta sala de políticas para a cultura. Temos, de facto, de preparar políticas municipais para os novos paradigmas e, para as novas exigências que daqui advirão. Já não estamos no tempo de políticas culturais, assentes numa prática de apoios, sem a definição de linhas de rumo. Apoiar a actividade profissional, não é o mesmo que apoiar a actividade amadora, sem que qualquer delas possa de modo nenhum, ser subalternizada. Avaliar com base em grelhas, mesmo que o mais objectivas possíveis, não é o mesmo que definir prioridades, colmatar carências, estimular surgimentos. A política cultural em Coimbra, necessita hoje de novas reflexões, necessita hoje de novas ideias e necessita, sobretudo, de uma grande definição de prioridades.

A CDU está, como sempre esteve, empenhada na construção, também aqui, e relativamente a este Convento de São Francisco e áquilo que ele significará para a nossa cidade, está disponível para participar, em todas as soluções que daqui possam advir.

Consideramos que, não podemos prescindir de algumas premissas e uma das premissas é, o da gestão municipal, o da gestão pública deste empreendimento.

Consideramos que, São Francisco poderá ser, obviamente, muito apetecível para todos os empreendimentos de natureza comercial, mas não é essa a sua função.

Consideramos que, a função comercial de São Francisco será sempre, um complemento daquilo que é a sua função principal, que é a de dar corpo, a uma política cultural e, é isso que nos preocupa!

Verificamos que, os novos regulamentos municipais, apesar de algumas melhorias, que pudemos constatar através de contactos com os agentes culturais, melhorias ao nível dos procedimentos, continua a não haver uma separação real, entre aquilo que é uma coisa e aquilo que é outra coisa, isto é, no mesmo bolo, nós podemos encontrar hoje, grupos profissionais, grupos amadores, associações recreativas, associações de bairros e nenhum deles é susceptível de ter o menosprezo de qualquer de nós, isto é, nenhum deles pode funcionar, sem os outros todos, mas também é certo que cada um deles, tem que ter um cuidado especial para aquilo que é, o suscitar da sua actividade.

Relativamente ao modelo de gestão, não estamos ainda completamente esclarecidos!

Consideramos que, este é o ponto de partida para a discussão pública, em que nós nos empenharemos decisivamente e, consideramos que será aí, que poderá ser definido, o rumo deste São Francisco, mas sobretudo da cidade de Coimbra.

Como sabemos, Coimbra, não é hoje apenas, obviamente, isto ou aquilo, é um conjunto muito grande de actividades, é um conjunto muito grande de agentes culturais, é um conjunto muito grande de públicos das suas presenças e das suas ausências e, se pudéssemos dizer alguma coisa relativamente a isto, poderíamos dizer que a educação das nossas populações, é um factor essencial também, para que elas possam aceder aquilo que hoje chamamos o “mercado da cultura”.

Não vemos a cultura como um mercado, ou então, estaríamos disponíveis apenas, para estar atentos para aquilo que aparece nos grandes parâmetros da Queima das Fitas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Estendemos a cultura como um exercício permanente de reflexão sobre o mundo e de produção, no sentido de uma vida melhor e de uma humanidade mais esclarecida.

Estamos disponíveis, estamos preocupados, estamos empenhados no trabalho para que a cultura em Coimbra seja uma realidade, agora, com São Francisco.”

Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:

“Senhor Presidente da Assembleia, Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Depois da intervenção longa que aqui foi feita, um pouco partidária mas, com um pouco de história, também, volto a referir que a Junta de Santa Clara, antigamente, era a Junta de Freguesia de São Francisco da Ponte.

Sobre as obras e, estamos aqui neste momento, também queria dizer que, hoje estamos no Convento, em obras e que, se não se não tivesse ganho o Partido Socialista, estávamos num Convento já pronto, já inaugurado e já a funcionar.

Esta é uma freguesia que já foi citada, cantada, versada pela Natália Correia, Lucas Junot, Campos de Figueiredo, Alberto Osório Costa, Alberto Monsaraz, Manuel da Silva Gaio e até, Manuel Alegre. É uma terra de Vilarinho Raposo, de Alberto Vilaça, Aníbal Pinto Castro, Bissaya Barreto e tantos outros, como António Gonçalves, Álvaro Seco, José de Almeida Balbino, Luís Lopes da Conceição e muitos mais. E, gostávamos que Manuel Machado fosse a continuação destes homens que Santa Clara elegeu, mas infelizmente, não é!

Neste momento estamos a viver um quase, terrorismo político, aqui em Santa Clara!

Sendo eu identificado com Santa Clara e Santa Clara comigo, quem me ataca, também atacar a Junta de Freguesia, porque eu nunca fiz mal a ninguém!

Feira Popular

Rosa Reis Maques disse que, não apoia a Feira Popular porque, a Feira Popular pagam bilhetes e a Queima das Fitas, também pagam bilhetes e não recebem apoio da Câmara.

Eu perguntava à Vice-Presidente Rosa Reis Marques se, a Queima das Fitas paga IMI e IRS para a Câmara? A minha freguesia paga 700 mil euros de IMI para a Câmara de Coimbra e 300 mil de IRS.

Já agora, também queria de perguntar à Senhora Vice-Presidente da Câmara Rosa Reis Marques se eu pago ou não bilhete nos Transportes públicos.

Tem uma frota com 15 anos de média de idade e recebeu 8 milhões de euros e as pessoas continuam a pagar o bilhete de autocarro.

Isto é um bocado de demagogia, mas é assim que merece resposta!

O Senhor Vereador Carlos Cidade, disse sobre a Feira Popular:

“Só no ano passado emitiram 40 mil bilhetes! Era importante conhecerem-se os relatórios anteriores....”

Eu queria lembrar-lhe que o relatório está feito, o relatório foi apresentado, com todos os bilhetes ao ínfimo pormenor!

Queria lembrar ao senhor Carlos Cidade, que recebeu 50 bilhetes. O assessor do Senhor Presidente da Câmara recebeu 150 bilhetes. Os condutores do Município 100 bilhetes. Todos gratuitos!

A maior parte do Município, recebeu bilhetes da União de Freguesia de Santa Clara para a Feira Popular!

Todos os moradores da freguesia de Santa Clara receberam bilhetes!

Toda a gente que esteve nos Módulos, que está no contrato, receberam 150 bilhetes!

Ainda tenho na Junta, umas centenas ou milhares de bilhetes que em 5 minutos, ponho aqui para vos mostrar.

A vereadora Carina Gomes, sobre este assunto disse:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Sim, porque a Câmara Municipal analisa pedidos financeiros e avalia os respectivos relatórios”

Deve estar a brincar comigo! Apresentámos todos os relatórios e contas da Feira Popular.

Só queria lembrar à Senhora Vereadora que, no dia em que a Feira Popular realizou, a “4ª Gala de KickBoxing”, do outro lado da cidade, uma demonstração de boxe que recebeu um apoio de 5 mil euros. O “Festival das Artes” que também vendeu bilhetes pagos recebeu 50 mil euros!

E a “Carminho” com bilhetes a 15 e a 20 euros, eu pergunto?

É capaz de me dizer quantos bilhetes vendeu e quem recebeu os bilhetes?

Pergunto, gostava que me respondesse, mas acho que não vai ser capaz!

Tivemos aqui o “Color Run”! Foi bonito, foi um espectáculo! Foi pago!

Foi organizado por uma empresa de eventos que já arrolou, neste “Color Run”, 1.600 milhão de pessoas dando com isso um lucro de 320 milhões de euros.

Só aqui em Coimbra 8.500 euros que recebeu, uma empresa privada!

Não é a Feira Popular!

Eu pergunto, acham isto justo?

A Câmara este ano andou outra vez a dizer a toda a gente, dizendo que tem um apoio em géneros, apoiando, como no ano passado, a polícia municipal!

Alguém viu a polícia municipal?

Diz que varrem o recinto, mais não sei quantos mil, para a limpeza dos recintos, mas, alguém limpou o recinto? Recolhem o lixo é verdade!

A Junta de Santa Clara pagou 860 euros só de água!

Este ano, retiraram-me ainda, o apoio ao consumo à electricidade, dando-me “armário” que é aquele do palco, que isso não chega nem para metade.

Estão a retirar-me tudo!

As minhas obras de protocolo estão feitas a tempo e horas, desde final de Outubro do ano passado. Todas as freguesias receberam. Eu não recebi porquê?”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados, Senhores jornalistas, senhores e senhoras aqui presentes Eu não quero cometer um erro histórico, mas penso que esta é a primeira Assembleia Municipal realizada na margem esquerda. Por si só e, caso se venha a comprovar historicamente, este ficará para a história, como a primeira Assembleia Municipal realizada em Santa Clara que me viu nascer.

Hoje, foi o dia em que se soube o resultado das 5 cidades que passaram à segunda fase de selecção da “Capital Europeia da Juventude 2018”.

Ter ganho este título seria dar ao município de Coimbra a oportunidade de ligar as suas acções políticas de nível local ao nível europeu em relação a participação dos jovens. Honra esta que teria como principal objectivo demonstrar a natureza complementar de uma cidadania activa europeia e local, especialmente em relação a juventude.

Assim, o município que vier a se escolhido entre estas 5 cidades, terá também poderes por meio de contacto, desenvolvimento e promoção do Fórum Europeu da Juventude e das Instituições Europeias. O título de “Capital Europeia da Juventude”, só pode ser aplicável quando um município europeu se distingue de uma forma positiva e aplica um programa ambicioso para capacitar os jovens e, o Município de Coimbra fê-lo, e tentou fazê-lo através da sua candidatura, do seu projecto!

O Município de Coimbra pretendia ser e demonstrar, dentro e fora de portas, que estaria a altura do um projecto com esta dimensão e relevo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reforçaria e ampliaria a sua já reconhecida notoriedade Europeia, certamente que sim, funcionaria com toda a certeza, como motor de desenvolvimento local e regional.

Coimbra teria e tem todas as condições para assumir este papel e responsabilidade, ou não fosse, entre outras e muitas coisas, uma Cidade com forte tradição jovem com uma grande comunidade estudantil, quer na sua dimensão nacional, mas também com estudantes oriundos de outros cantos do mundo, com particular destaque para lusofonia, ao que acrescentamos as suas próprias características em termos de dimensão enquanto cidade europeia.

Pois bem, senhoras e senhores deputados, soubemos há pouco que as Cidades escolhidas são:

Cascais (Portugal), Kecskemet (Hungria), Manchester (Reino Unido), Novi Sad (Servia) e Perugia (Itália).

Estará com certeza, neste momento, o Secretário de Estado do Desporto e Juventude, a festejar ter sido escolhida uma das Cidades que patrocinou.

Queremos obviamente congratular-nos por fazer parte deste grupo agora escolhido para passar a segunda fase, uma cidade portuguesa, Cascais.

Nós estamos obviamente com Cascais!

Mas não podemos demitir-nos da crítica e postura que teve em todo este processo, o Senhor Secretário de Estado.

O Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, que também foi estudante em Coimbra, que também foi repúblico que também foi dirigente Académico, não quis ser amigo de Coimbra enquanto candidata a “*Capital Europeia da Juventude 2018*”, já que não dignificou o cargo que ocupa pela tendenciosidade mostrada em detrimento da nossa Cidade.

Mas Coimbra não fica parada por esta razão!

A Câmara Municipal, está a preparar um guião para a elaboração do Plano Municipal de Juventude de Coimbra. Um guião que pretende lançar um processo de consulta e construção da estratégia para a juventude de Coimbra até 2020.

Não foi por isso, um factor que condicione a actividade Câmara Municipal de Coimbra no que toca a políticas para a juventude!

Senhoras e senhores deputados, porque Coimbra merecia melhor tratamento, porque Coimbra se enquadra dentro das Cidades com capacidade para acolher um projecto desta dimensão, porque Coimbra é nossa, porque Coimbra ter numa marca impar, porque Coimbra é Coimbra.

Damos os parabéns às Cidades escolhidas, com particular destaque para Cascais, uma cidade Portuguesa, e deixamos o louvor a CMC pelo esforço desenvolvido no sentido e querer trazer a nós a organização e realização da “*Capital Europeia de Juventude 2018*” que seria não só merecida como uma mais-valia para reforçar a nossa marca.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiróz (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Vice-Presidente e membro do Executivo da Câmara Municipal, Caríssimos e Caríssimas colegas da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados e a todos os presentes, a minhas saudações.

As minhas saudações nesta intervenção, que espero concisa e que será apenas baseada, em factos dos quais o partido que represento e eu tive conhecimento ou fui interveniente.

Primeiro - Sessão Comemorativa do 25 de Abril de 1974

Apenas pela comunicação social tive conhecimento de uma sessão promovida pela Câmara Municipal, “*Comemorativa do 25 de Abril*” e “*a bodo e baptizado, não vou sem ser convidado*”!

Mas, a questão é diferente e torna diferentes os contornos da situação.

As notícias em causa apresentavam a co intervenção, cito:

“... *dos representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eis a questão!

Eu represento o Partido Popular Monárquico, embora fazendo parte da “*Coligação Por Coimbra*”, e não fui convidado ou sequer contactado pelo Senhor Presidente da Câmara ou por quem ele tivesse autorizado.

Manifesto aqui, pois, o meu forte desagrado, apenas e porque só me ofende “*quem o pode*”, pela discriminação de que o PPM foi alvo, demonstrando, não-aceitação dos princípios democráticos que a Revolução tinha como objectivo imprimir no dialogar da 3ª República.

Segundo – Local da Assembleia Municipal

Saliento a marcação do local para esta Assembleia de um local, tão emblemático da cidade e, não só, de Coimbra e que mereceu os justos cuidados, sem esquecer, a restauração de Santa-Clara-A-Velha, merecidos trabalhos sapientes e abnegados das diversas equipas que a levaram a cabo.

É uma zona histórica do máximo interesse religioso e social, mas não podem ser só, as motivações económicas, com predomínio para eventos e turismo, que deixem determinar que os serviços competentes lhe atribuam prioridade.

Faço esta reflexão, porque na 2ª feira, entrei, mais uma vez no Mosteiro de Santa Maria de Celas, a desabar pela fraqueza de algumas colunas e, por contínuas infiltrações de águas.

Será que para as instituições responsáveis, a zona Especial de Protecção do Mosteiro, não têm importância?

Ou, porque colidem com os interesses instalados, em terrenos das cercas de dentro e de fora, propriedade do Estado, desde o confisco de século XIX?

Falo de factos!

Em 2005, na 10ª Legislatura, entreguei um requerimento na Assembleia da República, tendo anexado volumosos documentos das finanças e do registo predial, comprovando a posse dos terrenos pelo Estado. O processo foi encaminhando para o Senhor Ministro das Finanças, professor Teixeira dos Santos, que me endossou, para um dos seus Secretários de Estado, com quem pessoalmente clarifiquei, alguns pontos que podiam parecer duvidosos.

Resultado!

10ª Legislatura acabou e, com esta situação, como é de norma, o processo morreu!

Após as primeiras outras destruições do património e licenciamentos, sem os pareceres necessários sequer, do Ministério da Cultura e, com licenciamento ilegais da Câmara Municipal.

Ao menos, a proposta por esta Assembleia Municipal, nos finais dos anos 80, e que conduziria Coimbra, a “*Património da UNESCO*”, por iniciativa e glória do Município, nem sequer deu entrada no Palácio da Ajuda.

Ainda bem, que a Universidade tomou conta do processo!”

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Seabra (CDU):

“Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados, Senhores Membros da Imprensa, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Metro Mondego

Quem vai ao *site* do Metro Mondego, encontra uma mensagem de Natal datada de Dezembro de 2009 que agora contém uma amarga ironia.

Fazemos um click sobre um lindo pacote decorado de estrelas e luas natalícias, e logo desfila uma sucessão de frases poéticas que nos enlevam a alma:

“Um presente que chega

A lua que sorri e no céu

Milhões de estrelas iluminam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O nosso Natal e o Ano Novo"

De súbito, quebrando rudemente a magia do momento, surge, numa letra mais escura:

"Em 2010 as obras do Sistema de Mobilidade do Mondego continuam."

Enquanto, chocada, a nossa emoção hesita, a poesia volta com os sininhos da nossa imaginação:

" O Metro Mondego deseja a todos um Bom Natal e Feliz Ano Novo."

Como a realidade é bem mais prosaica e com o tal Feliz Ano Novo, logo a 4 de Janeiro de 2010, o Ramal da Lousã, que assegurava o tal sistema de mobilidade, é fechado e começa a ser desmantelado, deixando os cidadãos de Serpins, Lousã e Miranda do Corvo e Coimbra descalços ou, para não exagerar, mal calçados, agarrados a umas camionetas improvisadas e supostamente provisórias.

Na realidade, mais do que as camionetas, como alguns logo adivinharam, no meio da veia poética da MM, *tinham-lhes calçado uns patins.*

Para quem conhece melhor o desenrolar desta funesta história, o desastre tinha começado antes, talvez em 1992, quando o ramal - que transportava mais de um milhão de passageiros por ano ligando Serpins a Coimbra 17 vezes por dia demorando menos de uma hora - deixou de transportar mercadorias, lesando gravemente a actividade económica da região, como repetidamente denunciou a CDU e o PCP.

Pois para melhorar o tal sistema de mobilidade da região, criou-se quatro anos depois, em 1996 (faz quase vinte anos), a Metro Mondego e como a experiência mostra é com esse melhorar dos governos das últimas décadas que as coisas ficam piores.

Com a MM, a partir de 1996, já não se tratava só de melhorar o Ramal da Lousã, modernizando-o, conforme o desejo de quem o utilizava quotidianamente.

Tratava-se de pensar em grande.

"Big ideas, big projects", que o mundo está cheio de empreendedorismo e o futuro é dos que saem da sua zona de conforto, às vezes para outras bem mais confortáveis.

E passou a ligar-se o ramal a um polémico projecto de metro de superfície, com características diferentes, mais urbanas, com os seus custos, complexidade e problemas, passou a ser uma âncora a arrastar no fundo travando a resolução de todo o conjunto.

Quase vinte anos depois, dezenas de estudos (49) depois, e 140 milhões de euros depois, sem linhas e sem comboio, o primeiro-ministro e Maduro (atenção: não disse, um Maduro...), propõem um autocarro eléctrico para despachar os pacóvios e para desespero dos próprios discípulos de militância, como Pedro Curvelo, antigo vereador do PSD da Câmara da Lousã e dirigente do Movimento *"Lousã pelo Ramal"* que agora exige a reposição imediata da ferrovia electrificada.

Um outro, o Movimento de Defesa do Ramal da Lousã, mais precavido, que já em 2009 se tinha oposto ao desmantelamento da linha, diz o mesmo, e todos referem um estudo do Prof. Manuel Tão, especialista no assunto, que avaliou em 57 milhões o custo de repor a ferrovia, *"contra os 260 milhões de euros que ainda faltam"*, citando, para instalar o metro, 130 milhões dos quais só para o seu troço suburbano.

Mesmo sem estes estudos, é fácil perceber que o MM é muito, mas muito mais caro do que repor a ferrovia electrificada, o mínimo que podem fazer os partidos do chamado *"arco do poder"* depois de todo este escândalo?

A modernização do troço Castelo Branco-Vale de Prazeres, com uma distância de 38 Km (ramal da Lousã tem 36,2km) foi recentemente concluída, por 26 milhões e 346 mil euros, uma ridicularia comparada com o que custaram os estudos, que esses sim, saíram dos carris.

Como o PCP denunciou, *cito: "O sistema MM seria mais caro para os utentes, com menos velocidade de circulação (aumentando o tempo de transporte em 25%), menos confortável (com menos lugares sentados), sem capacidade de transporte de mercadorias, sem ligação à rede ferroviária nacional,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sem possibilidade de continuação da linha, quando o Ramal foi pensado para continuar para além de Serpins."

Para além disso, o MM *foi concebido de costas voltadas para os SMTUC...As linhas mais rentáveis dos SMTUC seriam entregues à MM. Os SMTUC ficariam numa situação ainda mais difícil, potencialmente entregando aos privados a parte lucrativa dos transportes...*

Isto faz parte de uma Recomendação do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo em Outubro de 2014. Norberto Pires, testemunho insuspeito, ex-presidente da Comissão Coordenadora da Região Centro, confessou que o metro *"foi sempre algo mais falado do que realmente planeado e executado"* (As Beiras - 18/12/2014).

Um espanto!

A CDU exige a extinção da Sociedade Metro Mondego, a devolução do património ao domínio público ferroviário e municipal, a reposição dos carris e modernização e electrificação do Ramal, a valorização dos SMTUC com financiamento por parte do Orçamento do Estado e a requalificação da zona da baixa destruída pelas obras do metro.

A revolta das populações contra o caos criado - um drama para quem perdeu um transporte que estruturava muitas das suas opções de vida - está bem expressa na frase de um anónimo *grafiti* local com que termino, sem querer ser menos deselegante, nem mais grosseiro:

"Já metro nojo!"

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS):

"Saúdo o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, caros Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Entre as deficiências que vamos notando e que vamos lamentando no contexto do nosso concelho e, esperanças que se vão rasgando, reconhecemos, que neste momento, o país está de luto!

A sublinhar e a adensar esta nuvem que sobre nós paira de apagada e vil tristeza, vemos desaparecer do espaço público com breve espaço de tempo, figuras no âmbito da arte e da ciência, como:

Manuel de Oliveira, Herbert Helder, Mariano Gago!

José Mariano Gago deve ser aqui lembrado, como o último dos desaparecidos, como alguém que teve uma carreira brilhante enquanto investigador, verdadeiramente internacionalizado, homem reconhecido pela CERN, na Suíça, em que trabalhou, homem reconhecido, por uma das mais prestigiadas comunidade de investigação e ensino dos Estados Unidos – MIT.

José Mariano Gago para ser reconhecido e ter projecção não precisava nada de política. No entanto, José Mariano Gago foi um homem generoso pois do seu tempo que dedicava à ciência muito à causa pública da ciência, da investigação e da educação, em Portugal.

José Mariano Gago era um homem excepcionalmente inteligente, mas aliava à sua inteligência, uma qualidade, infelizmente, não tão comum, a capacidade de planificação, a capacidade de previsão. José Mariano Gago tinha um plano para a ciência, para a investigação e para a educação, em Portugal.

Pô-lo em prática, enquanto governante, enquanto chamado a colaborar, na *"República"*.

Enquanto Presidente da então designada, Junta Nacional de Investigação Científica, fomentou a investigação, fomentou a mobilidade de investigadores e de investigadores docentes; aí, criaram, que se construíram projectos preciosos de investigação internacional e interuniversitária, entre nós e universidades e centros de investigação do maior prestígio internacional. Portugal que chegou nessa fase da nossa história ao patamar da melhor investigação e, produziu os mais brilhantes jovens investigadores, que neste momento se encontram fora.

E, é esta figura, que ainda há cerca de 3 meses, com a sua acostumada afabilidade, manifestava a sua convicta esperança de que os tempos áureos da investigação e da educação haviam de regressar com o nosso esforço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Regressarão, porventura, com muito esforço, mas já sem Mariano Gago!

Corremos o seu espírito, levando a tarefa para a frente e apagando a nódoa em que se tronaram instituições como:

A Fundação para a Ciência e para a Tecnologia que, naturalmente, concertadamente, fez um brilhante trabalho de desmontagem do edifício da investigação, cortando bolsas, extinguindo centros. Lembro, a vergonha que foi a última avaliação de centros, que reduziu a cinzas, centro de excelência, como o Centro de Física da nossa Universidade e que naturalmente, com esse cortar de perspectivas, fomentou o êxodo de jovens em quem o estado investiu para formar, para o estrangeiro.

As nossas importações estão a subir, sim!

Estão a subir, em termos de “*jovem-massa-crítica*” e nós, estamos a tornar-nos num país velho!

Não o país da juventude e renovação do tempo de Mariano Gago, mas um país velho de Universidade envelhecidas, onde o sangue novo não entra e que assim se vão fechando e estilando em si mesmas.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CPC):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Jornalistas e minhas Senhoras e meus Senhores.

Perdoar-me-á o Senhor Presidente da Câmara, o facto de, eu antecipar aqui, o anúncio de parte do seu “*Programa de Comemoração do dia 4 de Julho - Dia da Cidade de Coimbra*”:

A inauguração do “*Exploratório - Centro Ciência Viva de Coimbra*”, ou melhor, a inauguração de um edifício de exposições, realizado ao abrigo de um Projecto QREN e com participação da Câmara de Coimbra, o qual, apesar de concluído, permaneceu encerrado durante mais de um ano, porque a Câmara, apesar de compromissos assumidos no anterior mandato, não encontrou as soluções de ligação ao saneamento, não emitiu licença de utilização e não concertou, com a Agência de Ciência Viva a atribuição do habitual subsídio de funcionamento que teria permitido completar o projecto e, dar a conhecer ao público, um equipamento de excepcional qualidade, ao nível do que melhor se faz na Europa, em termos de divulgação científica.

Que um edifício de exposições, pronto há um ano, possa abrir por artes mágicas, pouco mais de 2 meses, depois de uma mudança de uma direcção forçada e imposta pela intervenção de 3 entidades entre as quais, a Câmara de Coimbra, não surpreende!

Apenas confirma as suspeitas de jogos de poder e as ambições de controlo que estarão, eventualmente, por detrás da nomeação de alguém, cuja única vantagem, em relação à direcção exonerada é, como parece ter sido dito em Assembleia Geral, a capacidade de se relacionar com as entidades financiadoras de modo a conseguir o dinheiro que afinal, existia, estava disponível, bem como, a capacidade técnica que uma simples ligação ao saneamento implica, se existir vontade política.

Para um órgão fiscalizador da actividade camarária, como é esta Assembleia, importa compreender a posição da Câmara neste processo e questionar o lugar do interesse público na sua intervenção.

Senhor Presidente da Câmara se há e havia dinheiro, se havia um compromisso da ligação ao saneamento, qual a explicação para se manter fechado o edifício, que constitui uma mais-valia imensa para Coimbra do ponto de vista do turismo, da cultura científica, da educação?

Que interesse público há, em substituir uma direcção, manifestamente competente e não renumerada, a pouco tempo de terminar o mandato, para a substituir à pressa, através de manobras difamatórias e sob pressão, por alguém desconhecedor do equipamento, cuja remuneração trará custos acrescidos?

Estou certa de que a sua ambição de cortar fitas, Senhor Presidente, poderia ter sido realizada com a direcção demitida, a qual sempre mostrou todo o sentido de respeito institucional!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A única coisa que não teria conseguido, Senhor Presidente e, por isso agiu contra os princípios de interesse público, da transparência, do respeito pela dignidade das instituições e das pessoas, era o controlo político, que obtém através de alguém que, como é sabido, integrou as listas com que se candidatou e perdeu a Câmara, em 2001.

O que nos vale, Senhor Presidente é a cidadania!

É a voz dos cidadãos e das cidadãs que, ao contrário do papel passivo que a sua concepção de democracia reserva para elas, levantaram a voz e desmascararam o que aconteceu.

Não se deixarão de estar atentos a esquemas análogos!

E, já que estamos aqui no Convento de São Francisco, diria que é engraçado ouvirmos dois homens que, em determinado momento, foram candidatos nas suas listas, Dr. Manuel Machado e que por acaso se encontraram em Aveiro, em cargos directivos, em todos semelhantes aos que ocupam hoje em Coimbra, falarem ambos em, “*estratégia de cidade ou ideia de cidade*”

Peguemos então nessa ideia comum a João Aidos e a Paulo Trincão!

“*Estratégia de cidade*” - Tem toda a razão!

É verdade que é imprescindível!

Seria excelente que existisse!

Seria excelente que o seu executivo possuísse esse pensamento integrador das diferentes áreas potenciadoras de desenvolvimento e, daqueles que na cidade, são já agentes de destaque nessas mesmas áreas, numa perspectiva de incentivo de definição de linhas convergentes de intervenção.

Nunca, mas nunca, na dimensão de controlo e nepotismo político manifesto, nos ajustes directos ou, nas nomeações forçadas.

Estudei com atenção o documento estratégico de São Francisco, que foi apresentado por João Aidos em reunião de Câmara e, que foi aqui apresentado antes desta Assembleia e procurei essa estratégia de cidade.

O Movimento de Cidadãos por Coimbra, sempre defendeu que num equipamento com um investimento deste vulto um papel axial no desenvolvimento da política cultural para a cidade.

Era assim que devia ser!

Sempre criticámos a indefinição que tem reinado, até ao momento.

Todavia, o que li foi um documento no qual, aliás, permaneceram as gralhas que estava na primeira para a segunda apresentação.

Um documento que acumula erros e slides balofos!

Nenhuma ideia estratégica para a cidade!

Nem na dimensão económica, nem na dimensão da política cultural.

É o turismo, aliás, e um segmento muito particular e restrito, o mercado de reuniões e incentivos congressos e eventos de indústria, pomposamente designado por Mains, que é mencionado como eixo estratégico principal, ou seja, um Centro de Convenções, a alugar para congressos, com uma previsão de receitas de pouco mais de 1,5 milhão de euros, certamente inflacionada e que suscita receios, sobre a pressão que o funcionamento de São Francisco exercerá sobre os cofres camarários.

Não se vislumbra nenhuma ideia, mesmo que vaga, para ligação aos produtores de conhecimento, ao tecido empresarial, à inovação ou à captação de investimento.

Não faria sentido, por exemplo, uma estratégia no campo económico que potenciase a ligação com o IParque, que nem sequer é referido, apesar de São Francisco apresentar como missão, “*criar oportunidades de negócio*”?

Um investimento no negócio no São Francisco é absolutamente incongruente com o estado moribundo em que se encontra o IParque, a consumir 500 mil euros ao ano.

Qual a estratégia de revitalização do IParque, Senhor Presidente, caso seja conseguido o mais que incerto processo de internalização?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Não haverá oportunidades a aproveitar no âmbito do novo Quadro de Portugal 2020?

Também, enquanto equipamento com potencial axial no plano cultural, a estratégia a apresentada no documento é nula!

Um auditório que acolherá eventos produzidos no exterior, uma área expositiva, eventualmente residências artísticas.

Nenhuma palavra como se fará a ligação aos agentes culturais!

Nenhuma reflexão sobre os restantes equipamentos municipais, em relação aos quais, a Câmara deveria ter uma estratégia de programação integrada, com definição funcional e financiamentos adequados numa rede que fizesse sentido, enquanto todo, diferenciado, mas complementar.

Eu devo acrescentar o que trazia escrito, que foi dito antes desta reunião que, haveria uma espécie de soma, que a partir da qual, o Convento apoiaria a criação artística da cidade de forma que cria algum receio.

Será então o Convento, o agente da política cultural de Coimbra e não o Município, como devia ser?

Também reparei que no discurso do Eng^o João Aidos não houve referência para os equipamentos culturais!

Houve referência à Universidade, houve referência ao Portugal dos Pequenitos, houve referência ao Exploratório, houve referência ao Museu de Santa Clara, mas os outros equipamentos culturais, não foram referidos.

É preciso fazer um mapa!

É preciso saber, quanto é que a Câmara gasta com cada uma deles e, é preciso saber, qual é o papel que esses equipamentos fazem, numa estratégia articulada para que, eles não sejam absorvidos pela dimensão deste Convento.

Finalmente de todo o documento, o que acaba por ressaltar é uma coisa:

“O subsídio à exploração que se prevê ser de 1 milhão de euros, ou seja, praticamente o valor contemplado nas Grandes Opções do Plano de 2015 para a cultura de todo o Município”.

Pela via financeira, o Centro Cultural de São Francisco, arrisca-se a estrangular toda a cultura produzida endogenamente e, a matar os restantes equipamentos municipais.

O documento estratégico, apresentado pelo gestor, directamente ajustado para São Francisco, é um documento incompetente, justamente, por ser incapaz de definir o papel do investimento de 30 milhões numa estratégia de cidade, seja ela na cultura ou no negócio ou é um documento que esconde algum plano político que a câmara ainda não quer revelar.

Estaremos muito atentos e faremos funcionar a cidadania na democracia para contrariar quaisquer veleidades de eventual abuso de poder ou, negócios pouco transparentes e exigiremos, para este equipamento, a transparência, a excelência e a função de relevo que o equipamento aqui colocado, justifica.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras, meus Senhores.

Expresso, hoje, a minha satisfação pelo privilégio que temos hoje de podermos conhecer de uma outra forma e numa outra dimensão este espaço que tem por base o Convento de São Francisco, que foi edificado em 1602, como já referido e que, já teve várias valências. A cidade e todos nós estamos desejosos de poder usufruir deste espaço, agora Centro de Congressos do Convento de São Francisco, como já há algum tempo referi, acredito que nos dará também um lugar no mapa. Esta obra não é uma obra individual ou institucional é da comunidade e do país, que pretendemos que ajude a projectar a cidade porque esta obra é, sobretudo, um desígnio comum para o território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Convento de São Francisco objectiva, contribuir para reposicionar Coimbra na agenda nacional e internacional enquanto Cidade do Conhecimento, da criatividade e da cultura e, sabemos também, que a intenção é clara e evidente de envolver todos neste processo de programação, agentes que operam no sector cultural e criativo, todos os agentes de estruturas públicas e instituições, programadores ou decoradores.

Começo por dar os parabéns à autarquia pelas comemorações dos 41 anos do 25 de Abril em geral, mas salientando em particular, a *1ª Mostra de Educação Concelhia, “Rua dos Saberes”*, um evento promovido pelo Departamento de Desenvolvimento Social e Ambiente, Divisão de Educação e Acção Social da Câmara Municipal de Coimbra e uma das inúmeras iniciativas levadas a cabo nesse dia. Foi um enorme êxito esta 1ª mostra que permitiu a participação de diversos Agentes Educativos do Concelho de Coimbra (60 entidades) e parte da comunidade local, que tiveram a oportunidade de mostrar os trabalhos e projectos desenvolvidos ao longo do ano lectivo nas várias áreas, pelos diferentes agentes educativos, criar oportunidades de maior interacção entre a escola e a comunidade e ainda, promover a troca de experiências e potenciar as práticas pedagógicas do Concelho.

A Mostra trouxe à Baixa da Cidade (Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz), milhares de pessoas interessadas em conhecer os projectos e actividades em curso e já desenvolvidas. Ao longo do dia decorreram ainda diversas animações permitindo mostrar a todos o excelente trabalho que se desenvolve no Concelho de Coimbra na área das expressões artísticas – música, teatro, pinturas faciais, entre outras.

Muito obrigada por esta iniciativa que permitiu aliar a educação, a solidariedade e a arte nas suas mais variadas valências, e também a criatividade. Congratular-me também pelo facto da autarquia ter disponibilizado a rede wi-fi “*Coimbra +*” com acesso gratuito aos cidadãos.

Agora, num outro registo, quero deixar aqui algumas notas de preocupação:

Ramal Lousã

O impasse na resolução do Metro que se tem arrastado prejudicando essencialmente, substancialmente e em várias vertentes os habitantes do ramal Lousã.

Serviço Nacional de Saúde

O futuro do Serviço Nacional de Saúde com situações preocupantes que passam pela falta de recursos humanos, pelos meios técnicos, e pelas próprias carreiras hospitalares uma vez que os próprios governantes e perante situações de crise e perante os factos, reagem com humor negro demonstrando falta de respeito e decência para com os doentes, tal como se exige num Estado solidário e democrático.

Refiro-me, às declarações do Secretário da Saúde, Leal da Costa, perante os depoimentos dos médicos entrevistados na reportagem da TVI sobre os serviços de urgência nos nossos hospitais. Este senhor teve o desprazer de dizer que, e cito:

“O que nós vimos foram pessoas bem instaladas, bem deitadas, em macas com protecção anti queda, em macas estacionadas em locais apropriados, algumas dos quais em trânsito eventualmente para outro serviço”.

“Vimos pessoas em macas articuladas, vimos pessoas com postos de oxigénio, vimos hospitais modernos, vimos sobretudo profissionais muito esforçados”, originando com esta sua atitude, uma moção de censura por esta atitude por parte da Federação Nacional dos Médicos.

Futuro dos idosos

O futuro dos idosos, num país onde a esperança de vida aumentou, mas não existem estruturas de apoio e cuidados de saúde com a continuação da dignidade humana, dignidade e apoio à vida.

O futuro incerto e hipotecado dos nossos jovens - CPCJ

O futuro incerto e hipotecado dos nossos jovens num contexto muitas vezes de indiferença e de esperança gorada em que o governo pretende passar a mensagem de que a taxa de desemprego



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

diminuiu em Portugal mas, no entanto, continua a ser a terceira mais elevada da OCDE, com cortes nos salários nos últimos anos, alertando a OCDE “*para que novos cortes podem ser contraproducentes*”, e que os jovens afinal até já encontram mais oportunidades em Portugal.

Perante esta afirmação e com as últimas notícias vindas a lume acerca das CPCJ e da protecção e defesa das crianças que sentimos ser tão frágil, pomo-nos a meditar e questionamo-nos:

Então as crianças de hoje, não são os futuros homens e mulheres de amanhã?

Como lhe vamos dar oportunidades?

Com a crise económica instalada, a projectar-se na saúde mental dos cidadãos e nas relações sociais afectivas, como as vamos proteger?

Como as estamos a proteger?

Sendo Portugal pioneiro na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos jovens e tendo ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança, há uma necessidade absoluta de confrontar os decisores políticos com a situação gravosa que vivemos no seio da nossa intervenção que se pretende seriamente e exaustivamente preventiva, protectora ou reparadora.

A actual situação que se vive em Portugal no que diz respeito à defesa e protecção da criança e ao modelo vigente da protecção, deu aso a um debate no programa “*PRÓS E CONTRA*” da RTP1 no passado dia 20-04-2015, em que Instituições, especialistas e cidadãos, debateram os riscos que põem em causa a vida dos mais pequenos e a instabilidade vivida no seio das CPCJ, com falta de recursos humanos e meios técnicos. Comprova-se, infelizmente, que se torna cada vez mais difícil defender e proteger os menores com os crimes violentos a sucederem-se, contrariamente ao que seria expectável. O problema é que nos deparamos todos os anos com instauração de novos processos, de crianças e jovens em risco.

Em Coimbra, em 2014, segundo o relatório quantitativo da CPCJ, “foram instaurados duzentos e oitenta e quatro, reabertos cento e cinco e transitados, trezentos e oitenta e cinco processos, perfazendo um volume processual no total de setecentos e setenta e quatro processos de promoção e protecção”. Maus tratos físicos e psicológicos, negligência, abuso sexual e outros são os elementos que põem em risco estas crianças. Como as podemos proteger se as CPCJ foram recentemente confrontadas com a execução da deliberação do Conselho Directivo do ISS, que aprovou novos critérios para a disponibilização dos Representantes e Técnicos de Apoio das CPCJ e em consequência, muitas delas sofreram redução de técnicos de apoio e alteração do tempo de afectação dos representantes da Segurança Social e constatou-se que as CPCJ não foram ouvidas.

Os novos critérios aprovados pelo ISS.IP., representam um retrocesso de 10 anos no esforço para dotar as CPCJ de recursos humanos que lhes permitam responder, com a urgência e eficácia devida, às múltiplas situações de perigo a que as crianças e jovens se encontram expostas; assim, é manifestamente preocupante a retirada de técnicos de reforço das comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, nos últimos anos, e que com a sua falta, muitas Comissões vêm comprometida a sua capacidade de resposta às múltiplas situações com que são diariamente confrontadas para defesa das crianças e jovens que estão em perigo.

É incompreensível esta deliberação do Conselho Directivo, sem que tenha havido qualquer alteração legislativa que a possa fundamentar.

Perante toda esta irresponsabilidade e falta de visão do país e dos problemas reais recentemente circulou uma “*Posição conjunta das comissões de protecção de crianças e jovens em perigo reunidas no dia 09, no concelho da Marinha Grande, face à retirada de meios Humanos pelo ISS,*” que foi assinada pelas várias delegações das CPCJ presentes e que será remetida ao Exmo. Senhor Presidente da República e a outras entidades responsáveis.

Não é diminuindo os meios das CPCJ que conseguimos proteger as crianças e jovens em perigo, precisamos sim, é de reforçar os meios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

É confrangedor, revoltante e de lamentar quando somos confrontados com notícias como as que correram recentemente na comunicação social, quando uma criança morre, e sabemos que esta morte podia ser evitada se a respectiva CPCJ tivesse meios humanos e técnicos para proteger, prevenir e actuar.

Os técnicos, nesta situação, tornam-se demasiado importantes, o seu conhecimento dos casos, o seu empenho, o seu acompanhamento que leva ao conhecimento dos casos e que pode evitar tão dramáticos desfechos.

Em Coimbra a CPCJ, em 2014, acompanhou 765 processos.

A presidente da CPCJ, que estava destacada há alguns anos, teve que regressar à escola.

Uma pessoa com uma experiência e conhecimento difícil de adquirir em tempo que se pretende útil e célere para bem das crianças e jovens em risco.

O senhor vereador da Educação, Acção Social e Família, Dr. Jorge Alves exigiu anteontem ao governo respeito pelos direitos de crianças e jovens em risco, criticando a retirada de técnicos do Instituto Nacional de Segurança Social das comissões de protecção, concordamos e reforçamos esta tomada de posição porque cada vez mais sentimos que as crianças e o jovens em risco não estão devidamente protegidos, a própria legislação parece-nos pouco consistente e sentimos que afinal muito mais podia ser feito e muitas tragédias evitadas.

William Shakespeare dizia que *“as nossas dúvidas são traidoras e fazem-nos perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar.”*

Não tenhamos medo, vamos arriscar, vamos lutar pelas nossas crianças, pelos nossos jovens, eles são as mulheres e os homens de amanhã!”

O Senhor Presidente da Assembleia interveio pedindo aos Senhores Deputados Municipais para que o bom senso, a parcimónia e o esforço fossem utilizados nos tempos de intervenção, uma vez que existem muitas inscrições e ainda mais 13 pontos.

Ponto de ordem do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Queria fazer um ponto de ordem, porque estive à espera da intervenção do Senhor Presidente sobre essa matéria. Uma coisa é, quando chegamos às Cerimonias do 25 de Abril e falamos todos, em democracia e em democracidade e depois de facto é quando a aplicamos. O Partido Socialista está convencido que ganhou com maioria absoluta, em Coimbra e por isso, tem uma estratégia como dizem socialista, para a gestão aqui no Convento. Também tem uma estratégia socialista, para que nós vos tenhamos que ouvir, em clara desproporção democrática e, em clara desproporcionalidade. Desculpe, mas a regra que a partir de agora o Senhor Presidente entende, foi a regra que deu até agora, 80% do tempo, para o Partido Socialista.

Peço desculpa mas nós não aceitamos!

Não aceitamos porque não é uma regra que tenha o mínimo de proporcionalidade.

Posso dizer que nós contámos o tempo.

Se seguirmos o Novo Regimento, o Partido Socialista tem direito a 15 minutos, na primeira hora do *“Período de Antes da Ordem do Dia”* e na 1ª intervenção gastou 12 minutos.

Portanto, depois disso, já veio *Mariano Gago*, já veio *Capital da Juventude*, já veio a *Comissão de Protecção Crianças e Jovens em Risco”*.

Proporcionalmente, estaremos aqui, as horas que forem necessárias, Senhor Presidente,... o Convento tem as limitações que tem, ... nós sabíamos disso, proporcionalmente, o Partido Socialista terá de ter, julgo eu, o respeito democrático de ouvir os restantes intervenientes, no tempo que eles entenderem exactamente como os anteriores fizeram apesar do *“toques do copo”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente da Assembleia interveio esclarecendo o deputado Nuno Freitas que terá toda a razão nas suas observações e de as fazer em todas as circunstâncias e como quiser, mas que, desconhece a lista que tem a Mesa. Portanto, não é uma observação que se ajuste à realidade porque, não conhece o resto da lista. Aliás, não foi elaborada pelo Presidente da Assembleia, foram os senhores deputados que a elaboraram em conclusão da sucessão de pedidos, que o Senhor Secretário da Mesa registou. Esclareceu ainda que não foi ele que a elaborou nem tem nenhum tipo de critério. Disse ainda que, apenas fez um apelo à contenção e à parcimónia dos Senhores Deputados, no uso da palavra!”

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):

“Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereados, caros Colegas Deputados, Senhores Jornalistas, restante público aqui presente.

Trago-vos hoje um assunto que já foi falado nesta Assembleia.

Trata-se de nada mais nada menos do que, da utilização do glifosato nos nossos jardins.

Glifosato pode parecer um nome estranho, outros com certeza conhecê-lo-ão, com outros nomes comerciais.

Na altura, sugeri nesta Assembleia, que o executivo passasse a utilizar outros métodos mais ecológicos. Acontece que essa sugestão e foi apenas uma sugestão, não foi seguida, ao contrário disso, está a ser dada formação, inclusivamente nas juntas de freguesia para que, este tipo de produtos possa ser aplicado.

Acontece que, no dia 20 de Março de 2015, nada mais nada menos que, a Agência Internacional para o estudo do cancro, uma Agência que faz parte da Organização Mundial da Saúde, incluiu este tipo produto, nomeadamente, o glifosato, na lista de produtos potencialmente cancerígeno para os humanos.

Nesse sentido, não pode deixar de reforçar o meu apelo e trago aqui, desta vez, sobre a forma de uma moção, para que possamos todos analisar.

SOBRE A INTERDIÇÃO DO USO DO GLIFOSATO

Nota justificativa

"Carcinogéneo provável para o ser humano» "- É esta a classificação que a Organização Mundial de Saúde, por intermédio da sua Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, faz do glifosato, o pesticida mais usado em Portugal, tendo sido vendidas, só no ano de 2012, mais de 1400 toneladas e assistindo-se a uma tendência crescente do seu uso nos últimos anos.

Esta, assim, declarado m efeito perigoso do glifosato para a saúde humana, estabelecendo-se designadamente uma relação entre este herbicida e um cancro do sangue - o Linfoma não Hodgkin.

Esta relação não se faz de, ânimo leve, mas sim, com base na existência e no reconhecimento de provas científicas credíveis e suficientes. Curiosamente, ou não, em Portugal todos os anos surgem cerca de 1700 novos casos deste tipo de cancro, apresentando uma taxa de mortalidade superior à média da União Europeia. O glifosato tem utilização muito alargada na agricultura em geral e pode também ser encontrado a venda em grandes superfícies abertas ao público, para usos mais domésticos, e também amplamente usado na limpeza de vias públicas e também em linhas de água para controlo de espontâneas. Para obtenção de informação relevante sobre esta questão, recomenda-se a consulta do sítio da internet da Plataforma Transgénicos Fora (www.stopogm.net).

Importa referir a evidência de que a contaminação provocada pelo glifosato e a da própria existência de legislação que lhe impõe limites de presença nos alimentos, havendo contudo muitos aspectos onde nem sequer é analisada a sua presença (como na água que todos nós bebemos). Isto para já não falar da pulverização a céu aberto e em grandes quantidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A investigação feita pela Organização Mundial de Saúde com resultados preocupantes que relacionam o glifosato com alguns tipos de cancro, impõe que tomemos medidas sérias e urgentes que salvaguardem a saúde pública e o ambiente. Com essa convicção e com esse propósito, o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária apresenta a seguinte moção:

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal delibera recomendar a Câmara Municipal de Coimbra, que:

1. Tome como objectivo urgente a interdição do uso do glifosato, pela Câmara Municipal de Coimbra;
2. Apoie as juntas de freguesia na fase de transição para o uso de outros meios alternativos livres de glifosato.
3. Promova urgentemente formas de esclarecimento, designadamente a juntas de freguesia e a agricultores, sobre os resultados relativos aos efeitos do glifosato sobre a saúde humana apontados pela Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Queria dar-vos as boas vindas ao Convento de São Francisco na sua versão existente.

Não queria dar-vos as boas vindas ao World Trade Center.

Não queria dar-vos as boas vindas a uma obra parada.

Queria dar-vos as boas vindas, a uma ideia que mudou a cidade de Coimbra.

A ideia que Coimbra deve ser uma cidade Património da Humanidade, Património da UNESCO e deve alicerçar a sua estratégia, como cidade do conhecimento, numa projecção internacional que nada tinha de coloquial, de localista, de birrenta, de ensimesmada, mas era de facto uma estratégia para o mundo.

Uma estratégia sem complexos!

Também não temos todas as qualidades, também não temos todas as virtudes, mas temos uma história, um património, um capital humano, uma riqueza de conhecimento, de inteligência crítica, que vale a pena apostar que, nos identifica, que nos dá identidade cultural, que nos dá identidade como país e que nos projecta. Isso culminou, obviamente, na candidatura a Património da UNESCO, naquilo que tem a ver com a zona da Alta e da Baixa, da Rua da Sofia, do património da Alta, mas tinha tudo a ver com Santa Clara. E foi por isso, que nós recusamos a ideia de um Centro Comercial que aqui o Partido Socialista defendeu, para a zona do Convento de São Francisco. Era esse o projecto, sim,... tinha uma parte de Convecções, mas tinha um Centro Comercial que ia, quanto a nós, aniquilar a Baixa de Coimbra e, em alternativa a isso, que queremos de falar em alternativas, porque é nisso que temos de falar, numa visão de cidade totalmente alternativa daquela que o Partido Socialista defende e que agora vem, obviamente, encenado, dizendo que afinal, também é um bocadinho sua.

Esta ideia de que, o Convento de São Francisco, também é um bocadinho nosso. Reparem, nós até já lá fazemos reuniões!

De facto, a obra continua parada, nós não adjudicámos, não terminámos, os quartos de banho não funcionam, mas nós já lá fazemos reuniões!

E nós temos até, um power point, em que dizemos que podemos ter uma estratégia e vejam bem, essa estratégia é que, o Convento de São Francisco tem uma sala de espectáculos, tem uma parte para congressos e pode ser um ponto turístico.

O que quero dizer-vos é que nós queremos dar-vos as boas vindas a algo totalmente diferente.

Nós queremos dizer-vos que para nós Santa Clara, como aliás se viu pelos investimentos, quer nacionais, quer internacionais, comunitários, quer pelo envolvimento, em que executivos anteriores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

promoveram directamente, nós queremos Santa Clara, como um dos pilares da nossa projecção internacional nesse Património da UNESCO.

É por isso que, é tão fácil provar, a impotência socialista e a diferença e a alternativa do modelo, que basta perguntar?

Então porque é que neste documento estratégico não se fala sobre ligação do Estádio Universitário de Coimbra?

Porque é que não aparece o Convento de Santa Clara-a-Nova, que está abandonado, tomado pelos fios de cobre, se forem lá ver, está totalmente abandonado, desprezado, retiraram, roubado, roubaram todos os fios de cobre daquela estrutura, está sem a sua Santa Barbara, que foi roubada, evidentemente, está com os azulejos a serem levados aos poucos.

Perguntem lá, se esta Câmara de Coimbra, esta, que tem esta ideia bonita sobre o Convento de São Francisco, já fez uma diligência junto da ESTAMO, para ficar com o Convento de Santa Clara-a-Nova e poder dar aqui uma dignidade diferente a toda a esta zona?

Em relação ao Estádio Universitário de Coimbra, não é a Universidade que está a liderar toda a estrutura de novo desenho e de nova concepção e a fazer o debate publico que se impõe e, não a Câmara de Coimbra?

É por isso, Senhoras e Senhores Deputados que, nós em relação ao passado, só podemos dizer-vos, que sim!

Esta obra corresponde a outro desígnio de cidade que nós propusemos a Coimbra!

Que perdemos, agora nestas eleições, perdemos, não com a tal maioria absoluta que parece existir aqui.

Foi buscar os Franciscanos para se dizer que afinal, havia até do Dr. Mendes Silva e do Dr. Manuel Machado, grandes ligações com o Convento de São Francisco, mas esse romance de salta-pocinhas não tem sentido!

O que vale a pena dizer é que, sim, bem-vindos!

Seguramente que é uma obra para a Cidade, mas seguramente que ela precisa de uma ambição, de uma projecção e de uma leitura de cidade que não é aquela que o Partido Socialista trás.

Por isso é que trás um power point.

Porque trás o óbvio, trás aquilo que, obviamente temos que fazer, sim,... temos que trabalhar na empreitada.

Sim, 90% estava feita, 90% estava paga, bem, faltam 10%!

Nós dissemos ao Senhor Presidente Dr. Luís Marinho, aliás, propusemos que houvessem Assembleias Municipais descentralizadas e houve aliás, boa adesão e boa ideia dos restantes líderes parlamentares.

Não estamos a dizer sempre, estamos a dizer, não tem nenhum mal, não vemos nenhum mal em que 2 vezes em cada ano, a Assembleia Municipal se possa reunir noutras freguesias de Coimbra. Achamos isso até muito bem e foi essa a nossa proposta.

Não tinha nenhum problema em ser aqui!

Porque não terminar a obra? Porque não terminá-la e abri-la ao usufruto público? Já deveria estar aberta, em nosso entender!

E é essa no fundo, a crítica que deixamos.

Connosco ela estaria aberta!

Connosco ela teria custado menos dinheiro!

Mas ainda assim, é certo, não somos nós que lá estamos, nós perdemos as eleições, nós respeitamos isso, nós de facto não podemos fazer mais.

Poderíamos tê-lo feito, mas os eleitores de Coimbra entenderam que não.

Muito bem! Nós respeitamos.

De facto, se nós lá estivéssemos na gestão, a esta hora estaria aberta!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A esta hora poderíamos ter aqui, provavelmente, até a própria Assembleia, porque não?

Pelo menos teríamos a ideia de que os lavabos funcionariam!

Teríamos obras terminadas, não estaríamos provavelmente, com tantos litígios em tribunal e estaríamos a usá-la, com essa outra ideia de candidatura a Património da Humanidade.

E isso sim, agora vale a pena falarmos no futuro sobre o Convento de São Francisco, aproveitando a ocasião para dizer que, isso sim, o futuro que nós perspectivamos para o Convento de São Francisco, nada tem nada a ver, com o modelo socialista, como aqui foi dito, que havia um modelo socialista para o Convento de São Francisco. Nem se percebe aliás, qual é esse modelo!

Diz que tem que ser uma estrutura flexível, isso é o quê?

Uma estrutura flexível de gestão, que tem de facto 40 pessoas, incluídas!

Nós tínhamos um modelo directo.

Não temos nenhum problema em dizê-lo!

Nós entendíamos que deveríamos fazer uma Associação de Desenvolvimento, uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos que, englobasse as entidades culturais e económicas da cidade e a Universidade de Coimbra.

Era esse o nosso modelo, era conhecido, ele tinha estudos!

Ele tinha o suficiente, nós não precisávamos de fazer novos ajustes directos para esse fim.

Deixem-nos falar sobre a questão do ajuste directo!

Nós nunca colocámos aqui, em nenhuma Assembleia Municipal, se há muitos ou poucos, se o Presidente pode fazer ou não fazer. Agora que fique claro que, há uma repetição relação à questão do Exploratório que já se passou, em relação à questão do Convento.

Nós não toleramos o *amiguismo de Estado*!

Nós dissemos isto na Cerimónia do 25 de Abril e, vamos continuar a dizer-vos isto directamente!

Dizemos ao Partido Socialista, nós não toleramos o amiguismo de Estado.

E nós denunciámos o amiguismo de Estado.

Portanto, o Senhor Eng^o João Aidos é uma pessoa competente, evidentemente, mas é candidato na lista do Partido Socialista.

O sujeito, não pode ser a entidade que concede e que pensa que vai gerir. Não pode ser!

Uma pessoa tem que separar a política da parte de gestão. É uma questão de transparência de mérito. Vamos lá abrir as condições devidas, com as pessoas que a Câmara tem no seu Departamento de Cultura, que entendam quais são os termos de referência, os perfis, a equipa de gestão, o modelo de gestão, etc. e depois sim, abra-se o concurso.

Abra-se o concurso! Não podemos ter dúvidas sobre esta matéria!

O caso do Exploratório é exactamente igual!

O caso do Exploratório há obviamente, amiguismo de Estado.

Há uma substituição da direcção, unicamente, por motivos políticos!

Isto acontece aqui na nossa cidade! Não pode ser!

Eu não quero saber qual é a cor política do Prof. Vitor Gil e da Prof^a. Helena Caldeira!

Não quero saber!

São pessoas competentes, que trabalhavam sem custos para o Projecto do Exploratório e que obviamente, por perseguição política, não podem ser hoje da Direcção do Exploratório Infante D. Henrique e, abrir a obra pela qual se debateram graciosamente, em nome do interesse público, em nome da ciência e depois, vemos aqui os discursos, a lembrar o Professor Mariano Gago, a dizer quão longe a ciência foi, mas na prática, aquilo que se faz é exactamente, deturpar toda a memória política de Mariano Gago.

É exactamente isso que se faz na prática!

É deturpar a memória política de Mariano Gago!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

É uma pena que falemos agora do Exploratório Infante D. Henrique, ao mesmo tempo que fazemos loas, à memória que, compreendo, evidentemente, ... onde vos acompanhamos totalmente, á memória de Mariano Gago, como aliás, à memória de Herbert Hélder e de Manuel de Oliveira, figuras cimeiras da cultura portuguesa.

O que queria, Senhor Presidente dizer ainda, que não acreditamos no modelo que nos foi proposto aqui para o Convento de São Francisco e, é neste sentido, torna esta cerimónia, toda esta encenação, um exemplo de impotência, ao mesmo tempo e queremos falar sobre esta questão, sobre esta impotência.

Eu diria que, nós chegámos aqui, com um Convento que não tem, nem projecto, nem obra realizada infelizmente, finalizada e que, é um não evento para Coimbra.

Dois anos passados, achamos que é basicamente simbólico o que se está a acontecer na cidade.

Ela é bastante simbólica da impotência de gestão que vai reinando. Sendo claro, com algum terrorismo à mistura e sempre, com bons *slogans*, designadamente, de sensibilidade social, mas reparem como nós, ainda hoje, vamos aprovar, mais 3 milhões de euros de receita, vindos dos municípios de Coimbra, foi buscar directamente à população de Coimbra, e para o qual não fez nada. Deixou na conta bancária, talvez no novo banco, talvez de outro banco, e vai passá-lo de gerência de 18 milhões de euros, com mais 3 milhões que directamente fomos buscar aos impostos, durante 2014. A nossa taxa de execução, foi como se vê, a mesma de sempre e, a mesma de sempre que é baixa.

Queria terminar Senhor Presidente, por falar sobre a questão das Juntas de Freguesia.

Nós temos, desde há acerca de 2 anos, temos levantado nesta Assembleia Municipal, a questão que nos parece de primeira ordem do ponto de vista democrático e político, sobre a autonomia das juntas de freguesia, as competências que têm, quer legais quer acordadas, digamos assim, também do ponto de vista de um certo acordo político e, queremos dizer que hoje, temos provas bastantes, que se mantem um ambiente de minorização e aí também, de terrorismo sobre as juntas de freguesia que não são obviamente, lideradas pelo Partido Socialista.

Nós queremos expor isso e, vamos expô-lo hoje, como se vê pelas obras não executadas, basta pegar no Relatório de Gestão, porque aí, somos factuais, aí é fácil, está lá, quais eram as obras prevista e aquilo que não foi feito.

Queremos dizer ao Executivo camarário, que lamentamos e protestamos veementemente, contra esta actuação, sobretudo, naquilo que tem sido o caso mais conhecido e, que ainda hoje não aparece nos Acordos de Execução da Junta de Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela, que é incrivelmente perseguida, eu não digo, obviamente, pelo Senhor Presidente da Câmara, porque, sinceramente, acho que o Presidente da Associação Nacional de Municípios, não faria isso, mas por uma estrutura política, que cobre tudo isso e que está a mando, obviamente e encoberta, na estrutura entre média da Câmara e que está obviamente, a tentar prejudicar os autarcas, desrespeitando totalmente os princípios de Abril em relação ao poder local.

Esse desrespeito, temos que assinalar e vamos demonstrar também hoje, ao longo da sessão.”

Intervenção da deputada municipal Clara Lourenço (CpC):

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Excelentíssimas Senhoras Deputadas Municipais, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Jornalistas, minhas Senhoras, meus Senhores.

A posição do Movimento “*Cidadãos Por Coimbra*” sobre expedientes que celebrativos extemporâneos, como este, em que somos impelidos a participar, para dar a ideia de que tudo corre de feição, relativamente ao Convento de São Francisco, tem sido reiteradamente afirmada, tanto na Câmara como na Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Temos deixado claro, que não se trata de uma atitude de puro gosto pelo contraditório, mas antes de uma postura intransigente na assunção clara da nossa responsabilidade na defesa da Res-Pública e, dos interesses da cidade, denunciando, crítica, mas construtivamente, os tópicos que julgamos ainda carecerem de clarificação.

A assinatura do contrato, com a Empresa Ferreira Construções SA para conclusão da obra do Centro de Convecções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco, no prazo máximo de 150 dias, após o visto do Tribunal de Contas, que ainda não existe, foi o sinal de partida para uma roda-viva de declarações, de visitas e de acontecimentos que dão por adquirido, o sucesso de um equipamento sobre o qual, pouco ou nada se sabe, quanto às funções e ao uso do espaço, ao modelo de financiamento de gestão e programação ou, quanto à relação com a política cultural da autarquia.

Contudo, segundo declarações da Vereadora da Cultura, Dr^a Carina Gomes, veiculadas pelo Jornal “A Cabra”, em 18/03/2015, mesmo sem estar terminado o Centro, o Centro já tem orçamento e actividades previstas ainda para 2015.

Existe dinheiro reservado, para realizar eventos culturais, este ano.

Quanto dinheiro? Que eventos?

Sobre isto, a Dr^a Carina Gomes nada adiantou!

De acordo com a mesma fonte, o Jornal “A Cabra”, o Dr. Manuel Machado comprometeu-se a realizar em Abril, uma reunião pública, para discutir o desenvolvimento do projecto e a valorização cultural do mesmo.

Abril chega ao fim, sem que essa discussão pública se vislumbre no horizonte!

Sim, porque o evento anunciado para 22 de Maio, não é uma discussão pública, mas sim, um congresso!

Parece-nos por isso legítimo, insistir nas perguntas que vimos formulando, não por desespero populista ou, por apoucamento de cidadania, como fomos acusados pela Concelhia do PS de Coimbra, nem por falta de reconhecimento de competências técnicas e pessoais de quem está envolvido, mas por dever cidadania e compromisso para com as cidadãs e os cidadãos que confiaram em nós, como seus legítimos representantes, nesta Câmara e, que merecem a transparência dos processos e gestão da “coisa pública”.

As cidadãs e os cidadãos têm direito de saber!

Assim, as nossas perguntas!

Para que vai servir e, quem vai servir este Espaço Cultural?

Vai ou não haver, concurso público para a gestão e programação destes equipamentos?

Qual o modelo de financiamento e como, não é, que vai existir, é como, se articula com a política cultural da autarquia?

Qual a estratégia para articular a programação cultural do Centro de Convecções, com os restantes equipamentos e estruturas culturais?

Qual a dimensão estratégica deste espaço, na economia na Autarquia?

As respostas são inexistentes, apenas continuamos a perguntar!

Por fim, antes de concluir, gostaríamos de reforçar as preocupações trazidas pela Dr^a Isabel Garcia, relativamente aos problemas que as CPCJ's estão a enfrentar e, reforçar as nossas inquietações, quanto às consequências negativas que advêm das políticas sociais que têm vindo a ser postas em prática nos últimos tempos e as reduções orçamentais, com as consequentes repercussões, nas vidas dos jovens institucionalizados.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, todo o público que pode estar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

presente e que não pertence, em nenhuma destas áreas, naturalmente também, aos funcionários que aqui há pouco se falou, nos merecem o grande respeito, por toda a situação logística de nos colocarem aqui neste espaço.

De certa forma, também gostaria de reiterar um pouco reforçando a nota do obituário.

Passou-me há pouco na memória que é importante recordar, não apenas as personagens que a minha colega Maria do Céu acabou de referir, mas também, dois nomes, um, que diz respeito, a Coimbra, um jovem músico que faleceu em Vila Real de Santo António, Miguel Drago e outro, a um grande nome Ana Vicente, que foi uma lutadora.

Fazemos 40 anos!

A primeira intervenção no mundo, em que as mulheres puderam participar, ela foi a nossa voz lá e, toda a sua vida, foi uma lutadora pela política e pelo reconhecimento das mulheres, não do *feminismo*, como ela até reconhecia, mas dos *feminismos* se quiserem.

Apesar desta nota, eu que gostaria de deixar, porque me recordou a intervenção da minha colega que, era importante também notar.

Perdoem-me o obituário, certamente, estes são os nomes mais nobres, alguns deles, outros tantos desconhecidos que todos os dias vão desta vida desaparecendo.

Gostaria também, e esta era o sentido da minha intervenção de felicitar o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra e o executivo por ter concretizado realizar hoje, esta sessão da Assembleia Municipal neste Centro e Espaço Cultural, um secular edifício que já ouvimos, o Convento de S. Francisco nas palavras da minha colega que me antecedeu e, com esta decisão, que apenas alguns conheciam, hoje permitir-nos começar a compreender melhor o que ele poderá representar para Coimbra e para o País.

Foi, certamente também, e para foi um misto de emoções, que eu vi hoje falar de um planeamento cultural, não sei se bom, se mau, mas certamente que ele vai recolocar Coimbra, numa rede internacional, mais ainda do que aquela em que já está envolvido!

Ouvimos também que, que ele foi e é muito interessante ver como estes espaços foram ocupados nos séculos.

Foi adquirido em 1995, reparem há 20 anos!

O poder local que hoje muitos de nós também temos como uma conquista cresce novamente.

Em Coimbra, as humanidades, as artes, o património e a cultura, as ciências, os cidadãos e as sociedades merecem bem este novo espaço e esse seu novo estatuto a nível mundial.

Um outro indicador desta atitude de apoio à cultura em Coimbra é muito recente, data de 27 de Abril. A Câmara mostrou um inequívoco apoio às artes e à cultura fortalecendo o associativismo cultural para actividade permanente, e acabou de atribuir para 2015, um montante superior a meio milhão de euros bem como, todas estas actividades, que foram estudadas, bem preparadas, em várias artes:

A música, associações de artes plásticas e visuais, grupos de teatro, associações de cinema e audiovisual.

75 Candidaturas, notem bem, 75 candidaturas foram aprovadas!

Tudo isto nos mostra que, de facto, é uma atitude que merece o nosso respeito, pelo rigor e pela transparência

Em suma:

Abril é também o mês em que se celebram as artes e a cultura, no mundo, no país, Coimbra, enfim, os dias do livro, da poesia, do teatro, da dança) hoje, por coincidência feliz, vários eventos lembrarão esse Dia Mundial da Dança, no nosso país.

Que melhor reconhecimento prestar a quem no concelho de Coimbra, exerce a sua actividade nessas áreas culturais e que, em tantos momentos nos contam e oferecem momentos de grande lazer com o seu combate eterno pela Cultura.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas.

Sejamos francos e leais! Sejamos puros!

Arredamos todos os favoritismos partidários!

Então, não é enriquecedor para o debate, vermos com os nossos olhos, de perto, *in loco*, a realidade e a verdade?

Como sabem e já foi aqui de alguma forma aflorado, não foi fácil, não foi isento de incompreensões ou temores partidários, estarmos hoje aqui.

É por isso que eu sinto o dever, em nome até, dos conimbricenses, que puderam todos eles, estar aqui hoje, com a convocação desta assembleia pública de constatarem esta obra e o estado em que ela se encontra.

Muito obrigado!

E, obviamente, tenho que dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia de Coimbra!

E valeu a pena!

Estamos muito bem instalados, Senhor Presidente da Assembleia!

Se essa era a sua grande incompreensão, sem grandes questões logísticas, chegámos de facto à conclusão que evidentemente se pode realizar esta Assembleia.

Senhor deputado José Reis, como foi enriquecedor e esclarecedor a apresentação do Plano Estratégica do Convento de São Francisco.

Não gostou?

Paciência!

Mas tenha a compreensão que estamos no processo de construção e de valorizar Coimbra.

Decerto a senhora deputada Catarina Martins poderá, com certeza prestar, alguns contributos e peço-lhe que os faça chegar ao senhor Eng^o João Aidos e, caso tenham mérito, serão acolhidos. O mesmo posso dizer e endereçar este convite ao Dr. Nuno Freitas que havendo mérito com certeza todos os contributos serão recolhidos e tomados em conta. Agora, pau na roda, Não!

Registar também e recordar e dizer, o muito obrigado, àquele que já não está entre nós, mas que teve a visão lúcida do futuro para Coimbra, resolvendo adquirir este espaço. Já de passagem, injustamente ouvi negativamente falando.

Dr. Mendes Silva, Presidente da Câmara no mandato de 82/85.

Hoje, como no tempo dele, *mãos à obra*, ao Convento de São Francisco!

Há já cerca de 1 ano atrás, nós, líderes das diferentes coligações partidárias, convidados pelo Senhor Presidente da Câmara, tivemos oportunidade de ver e constatar aqui, neste espaço, entre outras coisas, e a senhora deputada Ângela Pinto Correia já, de forma exaustiva se referiu, mas que todos nós nos lembramos das inúmeras ilegalidades e anomalias em obra, que urge corrigirmos. A entrada de água no auditório, no palco e no subpalco, as infiltrações de água no Parque de Estacionamento, as cadeiras do Auditório que não podem ser assentes, sob pena de se detiorarem com as infiltrações de água, os pavimentos que têm que ser levantados por causa das infiltrações dessa água e dessa humidade.

Senhores deputados era um verdadeiro desastre se as coisas continuassem neste estado!

Muitas e muitas outras incorrecções e ilegalidades, poderia continuar a referir e que importam sanar. Hoje, tudo pode ser constatado, porque muitas delas ainda subsistem.

Constatados por todos!

Não falta, senhor deputado Nuno Freitas, 10% de obra, não!

Faltam muito mais!

Faltam 9 milhões! 9 milhões é a aplicação!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Percebemos hoje com clareza, como houvesse quem não quisesse que estivéssemos hoje aqui, nesta Assembleia Municipal e antes queria que estivéssemos nos Paços do Concelho, na Praça 8 de Maio. Sejam justos!

Foi a acção decisiva e que se impunha esclarecida, sensata e prudente da Câmara liderada pelo Dr. Manuel Machado que veio evitar males maiores, com a inevitável resolução do contrato e a tomada de posse administrativa da empreitada, aprovada, aliás, por unanimidade. Repito aprovado por unanimidade.

Verifico agora que decerto houve arrependimento nesta matéria e, queriam ainda que estivesse na mesma, paralisada.

Senhor deputado Nuno Freitas, já uma vez quis aqui referir o que encontrei, podemos encontrar nas actas desta Câmara, a Câmara anterior deu-nos uma “faca” para nos “matar”.

A acta de 3 de Dezembro de 2012 pode ser lá constatada, a deliberação de 6018 de 12/12 e vou voltar a lembrá-la: “...**Foi apresentado o ofício número 63087 de 28 de Novembro de 2012 da empresa que mereceu o despacho do senhor vereador Paulo Leitão, da mesma data, ... o despacho é de 28 e a deliberação é de apenas 4 dias depois e, com base na qual o executivo deliberou, ...aceitar que os prazos de caducidade do direito de acção, em curso, se suspendam até à assinatura do contrato da empreitada, no qual se passará a prever litígios emergentes do mesmo, sejam dirimidos em tribunal Arbitral**”

Quer dizer, estava a caducar o direito de pôr a Câmara em Tribunal por causa desta obra, por causa dos problemas dela. Foi a Câmara que não fez mais do que prorrogar esse prazo de caducidade.

Isto é o que eu leio das actas!

E esta deliberação foi votada por todos os vereadores do PSD, com a abstenção do senhores vereadores Francisco Queirós e Carlos Cidade.

Reparo, e a conclusão que tiro da intervenção do senhor deputado Nuno Freitas é que, afinal, o PSD está é perplexo com a capacidade de execução do Partido Socialista!

Chegados aqui e, pelo que observámos e sabemos e muito bem explicado pelo Sr. Engº Aidos, estamos certos que este espaço vai, quer queiram quer não, dentro de 1 ano, constituir-se num espaço populacional e multifuncional e, conjugar a economia, a cultura, o conhecimento e a inovação, ao serviço e desenvolvimento da cidade e da região, uma tarefa gigantesca.

Um investimento municipal com um enorme e polivalente alcance.

E já que estamos a falar em investimentos, também queria referir me, ao que aqui foi dito, embora não vá alongar-me muito nos números, ao Senhor Deputado Presidente da Junta de Santa Clara, onde estamos!

Os 8 milhões que fala dos SMTUC, não provieram com certeza do resultado daquelas pinturas que puseram nos autocarros da cidade, lembrando as transferências da Administração Central, para a Carris e para o Serviço de Transportes do Porto.

Decorreram 4 anos! 4 Anos de gestão do PSD!

Sabem quanto veio para os Serviços de Transportes de Coimbra, desse investimento que fala?

“Zero”!

Devo dizer ao Senhor Presidente José Simão que o melhor investimento que conheci e relativamente ao maior evento que conheci da Câmara, nesta freguesia, foi aquele palco, colocado nas Festas da Rainha Santa, ao lado daquele outro palco, colocado no tempo da gestão de Manuel Machado e que custou, como sabe 60 milhões euros e que foi tanto do agrado da pessoa que lá interveio, o José Cid que quase desistiu de cantar, porque não suportava mais os mosquitos na sua boca.

Meus caros deputados, importa continuar a falar de investimentos!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Falámos de investimento municipal relevante, mas ocorre-me dizer, como ouvi ontem, o nosso Primeiro-Ministro do governo da maioria do PSD/CDS disser que Portugal precisa de investimento estrangeiro “*como de pão para a boca*”!

Mas muito mais de investimento público, precisa a região de Coimbra!

Questões recorrentes, de há 4 anos atrás, na anterior legislatura e que foi objecto de forma constante, de várias intervenções, nesta Assembleia Municipal de todas as forças políticas nela representada, foi obsoleto e perigoso itinerário Coimbra/Viseu, no IP3.

Sabemos Senhor Presidente da Câmara, como anda o seu espírito inquieto, reivindicando a reconversão da IP3, com duas faixas de rodagem, em cada sentido e com separador central. Este traçado, faz parte da rede de estradas europeias e precisa intervenção urgente do estado. A região de Coimbra precisa deste investimento da Administração Central.

A degradação do Apeadeiro Velho, como é lhe é chamado, conhecido, também conhecida e qualificada, como Estação Velha, carece de intervenção estatal, de financiamento do Governo.

Bem sabemos, como isto também perturba o sono do Presidente da Câmara!

Sabemos igualmente, como inquieta o facto de estado ter contratualizado com as populações de Coimbra, da Lousã e de Miranda do Corvo, destruir a linha ferroviária centenária do Ramal da Lousã e em troca, construir a Sistema de Mobilidade do Mondego. A execução deste contrato, o Estado arrancou os carris e as populações perderam a linha ferroviária que vinha dos tempos da monarquia. 4 anos depois! 4 Anos depois, está lá tudo!

A questão do Metro Mondego é um problema de honestidade pública, de ética, de credibilidade do Estado!

Sabemos, Senhor Presidente da sua dolorosa incomodidade e do inconformismo por esta inacreditável situação.

Eu tenho que dizer aos Senhores do PSD que, o PS não tem maioria absoluta nesta Assembleia!

Sabem disso!

Por isso, não têm o comportamento que teve o PSD, enquanto, foi maioria absoluta. Respeita as minorias, pese embora, não tenha essa medida. Sempre teve o sentido que estar na oposição, é tão importante, como ser governo. Respeitar em democracia é uma palavra de ordem.

O Metro Mondego ia eu dizer, é importantíssimo para requalificar Coimbra. O projecto Mondego com água definitiva do chamado canal da Baixa, da zona envolvente do Hospital e da zona Ribeirinha da Estação Nova e Estação Velha, foi uma legislatura de 4 Anos!

Não houve um cêntimo, um euro de investimento em Coimbra.

Esta é a verdade e esta é a realidade!

Para Coimbra não veio mesmos nada, nada, nada!”

Intervenção do deputado municipal Ferreira Nunes (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, meus Senhores e Minhas Senhoras.

É com enorme honra que, pela primeira vez intervenho numa Assembleia Municipal. E honra maior, por estar no Convento de São Francisco.

Quero congratular-me por este equipamento já estar ao serviço da cidade. Esse é um factor importante!

Não posso de maneira nenhuma, deixar de fazer uma referência, porque ouvi e não posso ser insensível às palavras do senhor deputado do PSD e líder de bancada, sobre este equipamento.

Para quem adjudicou a obra em 2010 com uma previsão de 700 dias de conclusão, parece-me que a memória (e não vou falar de memória obituária), mas a memória está a ser muito curta!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Gostaria até, de saber o que é que se encontrou em finais de 2013, passados 4 anos da adjudicação, sobre esta matéria, nomeadamente para quem queria fazer a obra em menos de 2 anos, se já tinham um plano estratégico, onde é que ele está, que eu gostaria de conhecer. Parece-me que não, porque o que se encontrou não foi nada de famoso. A obra estava parada há pelo menos mais de 3 meses, não estava concluída, e no dia seguinte à tomada de posse desta Câmara e desta Assembleia, entrou um processo judicial em tribunal.

E portanto, era bom que se soubesse sobre esta matéria e convidava a Câmara a divulgar o que encontrou sobre isto.

O que me trouxe aqui objectivamente foi, esta congratulação de estar numa obra emblemática para o Concelho de Coimbra que eu quero aqui referir, Concelho de Coimbra e não cidade de Coimbra, porque isto é uma obra para o concelho e para a região.

Mas também duas matérias que gostaria de congratular-me, nomeadamente sobre a alteração que este executivo camarário efectuou ao Regulamento Desportivo Municipal, que veio introduzir em matéria de transparência, justiça, igualdade e equidade, pontos muito importantes, especialmente no que diz respeito, à equidade entre todos os agentes desportivos da cidade e, ao conhecimento atempado para a sua programação desportiva. Parece-me que foi uma boa iniciativa e por isso, congratulo-me pela Câmara ter efectuado essa alteração de que já carecia há muito tempo.

Uma outra nota sobre a “*Cidade Europeia do Desporto*”. A candidatura à “*Cidade Europeia do Desporto*” veio no sentido dos objectivos traçados pela Câmara nesta matéria. E parece-me a par de outras iniciativas, que esta deve ser uma das notas importantes que devo realçar.

É óbvio, que isto vem no sentido do que o Partido Socialista se propôs aquando da candidatura à Câmara e que ganhou, que é no sentido de valorizar Coimbra. Estes são dois instrumentos que valorizam Coimbra.

Por último, duas notinhas sobre algumas intervenções.

Uma delas era sobre o Deputado e Presidente da Junta de Santa Clara, que efectivamente com tantos bilhetes que oferece, questiono: Porque é que faz entradas pagas?

E a última, falar sobre o IP3. Eu penso que o Presidente da Câmara de Coimbra teve ultimamente uma forte intervenção sobre o IP3 e deve continuá-la a invocar porque é um ponto estratégico para a região centro do País.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Silva (PS):

“Senhor Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

No passado dia 9 de Abril, o Governo aprovou em Conselho de Ministros, a criação do “*Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Litoral de Portugal*”. Esta nova identidade agrega 3 sistemas multi-municipais:

Águas do Mondego, com abastecimento de água e saneamento, a SIMLIZ e a SIMRIA, apenas com saneamento.

O governo avançou contra tudo e contra todos sem ouvir os diversos intervenientes, numa postura de “*quero, posso e mando*” conseguindo colocar contra si praticamente todos os operadores do sector, sejam ele públicos ou privados.

Esta visão para o sector é partilhada para além do Governo, pela Administração do Grupo Águas de Portugal nomeada pelo governo, e pelo regulador também ela, nomeada pelo governo.

Esta reorganização não serve o País, muito menos Coimbra, uma vez que não resolve os reais problemas do sector, nem mesmo aqueles que são apregoados.

Onde está a solidariedade do Litoral com o Interior, quando se agregam 3 empresas do Litoral?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Onde está a racionalidade de juntar uma empresa de água e saneamento com duas empresas que operam apenas no saneamento, deixando de fora, por exemplo, a Águas da Região de Aveiro?

Mantém ou agrava os desequilíbrios que existem nas actuais concessões. Confunde o plano do sector com o problema do Grupo Águas de Portugal.

Deixou de fora, o importante papel dos municípios que tiveram neste sector das águas.

Esta fusão, é profundamente irracional e viola gravemente os interesses de Coimbra e dos seus cidadãos.

Será justo que Coimbra e os municípios que participam na Águas do Mondego, uma empresa financeiramente equilibrada, passem a participar em mais 2 empresas com graves desequilíbrios financeiros para os quais em nada contribuíram?

Infelizmente, quem vai pagar a factura seremos nós e serão todos os restantes municípios de Coimbra, que nada a têm a ver, com o que foi de mal feito nas regiões de Leiria e de Aveiro.

A factura da água “*em alta*”, já é alta mas vai aumentar. Os investimentos contratualizados senão forem efectuados, assim continuarão por muito mais tempo.

Coimbra e os seus órgãos locais ou nacionais não podem deixar de protestar e manifestar a sua indignação.

O desrespeito por todos nós é grave! Por decreto são retiradas infra-estruturas pertença do município de Coimbra, fruto de vários anos de investimento decididos pelos diversos autarcas que o dirigiram.

Este é um ataque feroz à autonomia do Poder Local. O Senhor Presidente de Câmara tem estado na primeira linha da luta contra esta medida, tendo anunciado o recurso à justiça para impedir a sua concretização.

Da parte da bancada do Partido Socialista, o Senhor Presidente conta com toda a solidariedade.

Estou certo que a Assembleia Municipal mantém a unanimidade no protesto contra esta medida lesiva para Coimbra.”

Intervenção do Presidente U F de Souselas e Botão:

“Dirijo-me aos líderes de bancada e ao Senhor Presidente da Assembleia, para esclarecer que já passou metade do mandato e ainda não está clarificada a minha situação aqui, na Assembleia Municipal.

Eu acho, que se fosse eu, por uma questão de transparência, permitiam-me a ida às reuniões de líderes de bancada.

Gostava que cada um de vocês se pronunciasse aqui, perante todos, a vossa opinião acerca deste assunto.

Outro assunto que me traz aqui e vou ser muito breve...não venho para aqui alimentar o ego é falar sobre a Praia Fluvial do Botão. Felizmente, ainda, temos aqui muitos intervenientes à altura.

Temos de nos reportar 2000/2001, e parece que temos a possibilidade de perder a praia. Pelo menos o dono ou o pseudo-dono, já a veio reivindicar.

Gostava também que os intervenientes na altura neste processo dissessem aqui, alguma coisa em relação a isso.

De salientar, que nós fizemos uma exposição à Câmara, onde todas as colectividades e muitas pessoas deram o testemunho deles sobre a importância da praia fluvial na União das Freguesias de Souselas e Botão.”

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Luís Marinho aprecio a sua paciência na condução dos trabalhos, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Deputadas Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras, incluindo a Comunicação Social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Uma nota prévia. Esta referência não é só minha, mas particularmente para os deputados do Partido Socialista: O presidente, preside. O vereador, vereia. O director dirige e a oposição, opõem-se.

É tão simples, quanto isto!

Portanto, não se admirem de a oposição se opor ao Partido Socialista, que está a executar os trabalhos do município.

Reunimos hoje, a Assembleia Municipal de Coimbra num importante e estratégico equipamento, o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco que, em boa hora foi decidido pela Câmara Municipal de Coimbra sob a presidência do Dr. Carlos Encarnação, recuperar o Convento de São Francisco dando início às obras durante o seu mandato.

Tendo por base uma visão inovadora para este espaço, para Santa-Clara e para Coimbra. Ideia, visão e projecto prosseguidos pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, e finalmente, pelo actual executivo que devido às decisões que tomou, após ter tomado posse tem arrastado a conclusão das obras com uma derrapagem que já ultrapassa os 400 dias, em relação à data que estava inicialmente prevista e que ia ser concretizada.

Com esta derrapagem o equipamento não está ao serviço da cidade, continuando em obras, com custos financeiros enormes para o Município, não sendo usufruído pela população, pelas entidades culturais, que aqui tem condições únicas para o exercício das suas actividades, promovendo Coimbra e o centro de Portugal.

A decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Luís Marinho é meritória, mas com alguns riscos de segurança, uma vez que continuam as obras e o espaço não está licenciado. Acreditamos que tenha ponderado os riscos e que sejam menores em relação há importância de começar a promover e a dar a conhecer a Coimbra este importante projecto e equipamento.

E fá-lo bem!

Começando pelos eleitos desta Assembleia, que são os representantes do povo ao qual devem prestar contas da suas actividades, particularmente na fiscalização e desempenho do executivo municipal.

E a este propósito é importante salientar que o Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara continuam a arrastar Coimbra, sem ideias e sem projectos mobilizadores para a cidade, dando prioridade a uma gestão corrente onde consome mais de 2/3 do orçamento, em detrimento de acções de investimento na revitalização da Baixa, das áreas classificadas pela UNESCO (Alta e Sofia), reabilitação urbana e na atracção de investidores para o IParque e outras áreas da cidade do concelho. A título de exemplo, posso-vos informar, segundo as informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a situação financeira a 17 de Abril de 2015 portanto, há meia dúzia de dias atrás, o município dispunha de fundos disponíveis de 17 milhões e 52 mil euros.

Executou em receita cobrada 13 milhões, que corresponde a 14% do orçamento das receitas do município e, por outro lado, em relação às despesas concretizou 16 milhões 921 mil. Quer isto dizer que tem 17,5% da execução orçamental.

Se nós tivermos em conta a estimativa para o orçamento de 2015, quer dizer que estamos com a probabilidade de uma execução das receitas de 57% e das despesas de 74%.

Ora, é evidente que há aqui um arrastar das situações que não se concretizam, porque não há rasgo para que isso aconteça.

Entretanto, nem a gestão corrente é executada com eficiência!

E como exemplo, o que aconteceu com as cheias no centro da cidade depois de uma bâtega de água de poucos minutos, limpeza à superfície de boeiros entupidos, resultou naquilo que todos conhecemos pela comunicação social e muitos directamente com a cheia.

Não vale a pena varrer para debaixo do tapete!

O povo percebe a incompetência por mais que tenha sido enganado, com promessas eleitorais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

As promessas dos postos de trabalho que seriam criados, a redução de impostos, linhas de eléctricos, desassoreamento do rio, etc, etc, continuam por implementar por inércia do executivo e do seu Presidente.

Gostaria de vos fazer aqui uma referência mas, há algo que me preocupa extraordinariamente e com certeza preocupará todos os democratas.

O modelo de gestão e o plano estratégico que foi apresentado no Convento de São Francisco, hoje, foi elaborado por uma equipa técnica e o documento teve de ir ou não, à supervisão e aprovação de uma instituição secreta.

A democracia continua muito débil, quando precisa da aprovação de entidades obscuras e não abertas à sociedade. Vem esta observação a propósito da informação que recolhi, na passada Sexta-feira no jornal “*O Sol*”, de que a arquitectura do Sistema Nacional de Saúde, cuja aprovação teve de passar pela Maçonaria, é muito grave para a democracia em Portugal depende de os bons ofícios de uma sociedade secreta, a aprovação de um documento antes de ir à Assembleia da República.

Espero que isso também não aconteça na Assembleia Municipal.”

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Boa tarde a todos. Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, caro Presidente da Câmara, caros Vereadores, colegas Deputados Municipais.

É bom, é bom estar, no Convento de São Francisco!

Não tive o prazer de fazer a visita guiada das 12h30, acabei por não receber convite, mas fico contente que tenham visto, que já o tinha visitado há um ano ou dois atrás e nessa altura já vi que a obra estava excelente.

Tomo nota da sugestão do nosso deputado Nuno Freitas, de descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal. É uma excelente ideia!

No passado, o Executivo Municipal praticou-a com reuniões descentralizadas em quase todas as freguesias, porque não fazê-lo com a Assembleia Municipal.

E o convite, Senhor Presidente é desde já dirigido. O convite está feito formalmente, pelo Autarca de Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela, para que a próxima ou uma das próximas Assembleias Municipais, se realize na minha freguesia.

Terei todo o gosto em receber-vos. Não temos lá um Convento de São Francisco, mas teremos certamente, alguns espaços com a dignidade suficiente para receber este órgão.

Queria partilhar convosco algumas pequenas/grandes questões a nível local.

Na qualidade de presidente daquela freguesia que é meu dever dar nota pública das mesmas.

Campo de Ceres.

Provavelmente ninguém conhece o Campo de Ceres. Associam o campo de futebol existente na localidade de Vilela, ao Juventude Desportiva de Vilela.

Queria deixar somente para memória futura, e amanhã farei chegar via *email* ao Senhor Presidente da Assembleia, um documento que também fiz chegar ao Presidente da Câmara que gostaria que fosse anexo à acta desta reunião, para memória futura, de que no passado dia 30 de Março foi vendido em hasta pública o conhecido Campo Desportivo de Ceres, pelo valor de 64 mil e 500 euros, e a Câmara Municipal do meu município, não apresentou qualquer proposta.

Não vou entrar em detalhes, mas consultem a ata da última sessão de Câmara, anterior a esta mesma hasta pública, e vejam quais foram os argumentos invocados.

Atrevo-me só a dizer, a Câmara podia ser a acusada de prevaricação ao participar na referida hasta pública, promovida pelo tribunal.

É lamentável, que ao fim de 40 anos em que aquela terra, com o apoio quer da então Junta de Freguesia de Torre de Vilela, quer com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra dos primeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

mandatos do Dr. Machado, também colaborou na requalificação daquele espaço, é lamentável que no dia 30 de Março de 2015, o Município de Coimbra virou mais uma vez as costas àquela terra.

Adémia

Segunda nota a relativamente à localidade da Adémia.

Senhor Presidente, já em tempos falei aqui, de uma situação que é perigosa, relativamente ao estado de degradação da passagem inferior pedonal na Linha do Norte.

Eu tenho escrito sucessivamente para a REFER que remete para a Câmara, quer para a Câmara Municipal.

O dia em que acontecer uma fatalidade naquele equipamento, eu não sei de quem será a responsabilidade, mas não será certamente, da Junta de Freguesia.

Apelo, mais uma vez, publicamente, já o fiz há 1 ano atrás, de que é urgente, Câmara e REFER, com a nossa participação também, de uma vez por todas, contratualizarmos quem é responsável pela manutenção daquele espaço.

Acordos de execução

Uma nota também relativamente, aos acordos de execução e ao facto de o acordo de execução que a minha freguesia realizou com a Câmara no passado dia 19 de Dezembro, contempla que de 2015 a 2017, a competência relativa à limpeza de espaço público mantêm-se na Câmara Municipal.

Pois bem, esse documento foi assinado comigo e com o Sr. Dr. Manuel Machado.

Abril de 2015, a Câmara Municipal de Coimbra esqueceu, também do ponto de vista da limpeza do espaço público, a minha freguesia.

Isto é, o abandono do espaço público é evidente!

A Câmara alega falta de meios, mas que eu saiba, a verba que nos estaria destinada ficou na Câmara Municipal de Coimbra.

Se nós podemos ir buscar meios ao mercado ou ao Instituto de Emprego, a Câmara também o poderá fazer!

Aquelas pessoas não o merecem!

Digo mesmo, temos este fim-de-semana uma romaria na localidade de Trouxemil, na famigerada Rua Nosso Senhor dos Aflitos está imunda de ervas-daninhas, e é lamentável que haja uma cerimónia religiosa naquele espaço e da parte da Câmara Municipal de Coimbra, a freguesia está pura e simplesmente, a freguesia está abandonada.

Contratos inter-administrativos 2014

Uma nota também relativamente, aos contratos inter-administrativos 2014, isto é, aqueles para executar obras municipais.

Senhor Presidente, porque a conversa que tive com o Senhor no seu gabinete, no passado dia 19 de Dezembro e que me levou a estar caladinho desde então, saímos de lá com a expectativa de que seria possível resolvermos isto tudo, e vimos nas suas palavras alguma disposição, também, alguma surpresa perante os factos que lhe relatámos de que era possível resolver de uma vez por todas, este diferendo com a minha freguesia.

Confesso que se calhar só o conseguirei resolver, se me voltar outra vez a encontrar consigo. Senão for na Câmara, olhe, um dia destes vou-lhe bater à porta!

Mas se calhar é a única maneira de cara-a-cara, porque quando conversei consigo entendi-me sempre. Penso que o problema se calhar não é seu, mas é de terceiros. Mas relativamente às obras de 2014, esta Junta de Freguesia, desde 22 de Setembro de 2014, apesar de sucessivos pedidos de alteração ao contrato celebrado em 17 de Abril de 2014, não tem qualquer resposta por parte da Câmara.

Estamos na eminência de virmos a perder um valor próximo dos 15 a 20 mil euros, já do contrato de 2014, porque pura e simplesmente, a Câmara Municipal de Coimbra, não responde aos nossos sucessivos ofícios, entrados formalmente na Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Por isso acho que vale quase tudo, mas não vale tudo ainda!

Centro Desportivo Coimbra-Norte

Senhor Presidente, apanhei o péssimo hábito de ler as atas da Câmara. Percebi que é uma súmula, é mais súmula do que no passado, mas constato que na reunião do dia 30 de Março passado, o Senhor Presidente disse uma coisa, que a ser verdade o que está na acta, o que eu acredito que é um lapso das pessoas que fizeram a ata, não acredito que seja verdade o que está lá, relativamente ao Centro Desportivo Coimbra-Norte, o Senhor Presidente alega que não há contrato assinado. E também alega que não há projecto.

Pois bem, no dia 8 de Setembro de 2013, o contrato foi assinado perante uma centena de pessoas, foi anunciado na comunicação social perante o Senhor Presidente Barbosa de Melo à época e perante uma série de vereadores do Executivo Municipal.

A mim, custa-me, ao fim de ano e meio de mandato ainda andar aqui a discutir se há contrato ou não há contrato assinado!

Senhor Presidente senão querem construir o Centro Desportivo Coimbra-Norte, digam!

A obra é vossa, a obra é da Câmara!

A Junta de Freguesia era parceira. Senão querem construir, assumam-no!

Não andemos aqui a desgastar uma pequena freguesia, com histórias de a 29 de Abril não há contracto assinado.

Não façam das pessoas menos, do que aquilo que efectivamente são!

Água

Senhor Presidente permita que brinque com uma palavra que o Senhor utiliza bastante quando discute a questão da água.

Quando o senhor discute a questão da água, e vi-o há dias na televisão a esgrimir com alguns responsáveis na área essa questão, reparei no uso frequente que o Senhor Presidente faz do termo “*esbulho*”. O esbulho dos municípios!

Então olhe, eu hoje vou fazer um bocadinho esta imitação e dizer:

“O esbulho da Câmara Municipal de Coimbra à Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela”.

Porque aquele problema que eu tenho vindo aqui a apresentar, e desde que tomei posse relativamente aos compromissos assumidos através de contrato/programa ou protocolo de delegação de competências relativos a anos anteriores, ainda não está resolvido.

Nós vimos na eminência de chegar a esta Câmara, para o contrato de 2015, obras que já estavam contratadas no âmbito de protocolos de anos anteriores e concluídas.

É isso que querem, é isso que nós fazemos!

Não vão prejudicar em mim nada. Mas vão prejudicar as gentes daquelas terras que até à data, incluindo 2015, não vão ter qualquer obra pública nova, promovida pela sua Junta, porque a sua Junta de Freguesia tem de pagar, o que de boa-fé, o que os seus anteriores presidentes assinaram com a Câmara, mas aparentemente, a Câmara não quer ser pessoa de bem.

São estes pontos que deixo aqui, e depois lá para a frente falarei mais em detalhe.”

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, **O Presidente da Assembleia** informou os Senhores Deputados que deu entrada na Mesa, uma Moção do Grupo Parlamentar da CDU, apresentada pelo deputado Paulo Coelho, sobre a questão da “*INTERDIÇÃO DO USO DO GLIFOSATO*”.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a referida Moção passará para a próxima sessão da Assembleia Municipal, uma vez que, não houve condições logísticas para ser votada.

Período da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. c) do nº2 do artº75º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como, a situação financeira e distribuída aos membros da Assembleia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhores concidadãos e trabalhadores na causa desta reunião e do serviço público que pugnamos.

Agora sim!

Com a legitimidade de que estou investido e nas funções que desempenho com honra e fidelidade aos juramentos, saúdo a Assembleia Municipal de Coimbra e a chegada de todos a este espaço, a este equipamento, ao Centro de Convecções e Congressos de São Francisco da Ponte.

Obra importante que incorpora grandes realizações arquitectónicas, respeitáveis espiritualidades e tem um histórico que é necessário ter presente e que já hoje aqui muito bem foi destacado e sublinhado mas, eu quero clarificar o rigor histórico. Eu tenho orgulho no legado que me foi transmitido e sei respeitar o valor dos tesouros que me são confiados.

Esta obra foi iniciada em 1602. Implantada em terreno municipal que foi cedido em 1600 e tem vindo a ter obviamente, usos, beneficiações, degradações, enfim, coisas naturais que acontecem ao património.

Felizmente está hoje aqui, no estado em que está e espera-se que, até ao final do ano corrente, se conclua a edificação para o uso para que foi, por quem de direito destinado. Um dia teremos a oportunidade, não é esta a ocasião de fazer o histórico deste processo, mas far-se-á. Aliás vai ser frente em várias frentes: edificando-as, judiciais, políticas, etc. etc.. Para quem tiver dúvidas sobre o meu ponto de vista, para o Convento de São Francisco da Ponte, eu recomendo a leitura cuidada do manifesto eleitoral que apresentei, como cabeça de lista ao executivo e que foi sufragada pelos eleitores de Coimbra para Valorizar Coimbra.

Isso sim, é democrático!

E foi sufragado! E foi claro!

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quem tem a ousadia pouco democrática e diga-se mesmo, pouco cívica e, naturalmente, pouco educada, mereceria uma resposta “à letra” que eu vou não dar, mas vou dizer, eu devo dizer, aqui, em defesa da honra e da dignidade, também profissional de pessoas que trabalham aqui, comigo, sobre minha coordenação, eu devo dizer, aos Senhores e Senhoras Deputados que no meu modesto entender, considero, não aceitável que alguém se arvore aqui de cátedra e acuse outrem de incompetência, de coisas várias e ainda por cima, vir com isto do “Doutores”

Senhores Deputados, é necessário reconhecer o mérito ao Engº.João Aidos. É um personagem reconhecido, um profissional qualificado, que tem pegada cultural no nosso País, como muitos outros não têm, embora alguns tenham tido várias oportunidades oferecidas até pela nossa cidade, até na nossa cidade, até na vida cultural de Coimbra, mas não deixaram rasto de “pegada cultural, eventualmente haverá outros, mas desses, não importa aqui trazer.

Uma clarificação porque procura equivocar-se.

Foi aqui referido e vou procurar os documentos para partilhar desde o primeiro momento, aliás, que serão publicados em livro, logo que seja oportuno, mas sem pressa. Os documentos, os estudos socioeconómicos, os projectos,... oh senhor deputado Nuno Freitas, os projectos, os contratos, as datas dos contratos, tudo, não há problema nenhum!

Obviamente que é para isso!

Eu não sou daqueles que renega, nem o património, nem o legado que me é transmitido e afirmo de novo que, esta obra é para continuar!

No significado exacto tem uma obra!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vai continuar ao lado, a intervenção da Igreja, em obra separada, como não pode deixar de ser, foi tomada a decisão, está a concurso a concepção e acabamento do Parque de Estacionamento porque não havia capacidade financeira para chegar a tanto, era preciso mais, estima-se que 2 milhões de euros, para o Parque de Estacionamento e, portanto, há aqui uma série de handicaps, ... uma gestão global do Empreendimento com este objectivo, criar aqui, um notável Centro de Convenções Congressos para servir Coimbra, não como um eucalipto para secar os demais interesses culturais da cidade, mas exactamente ao contrário. Não olhamos para este equipamento, para o funcionamento deste conjunto de forma sectária, mas sim abrangente, como alavanca para o desenvolvimento de Coimbra, turístico, cultural, económico, devidamente integrado e compreendendo as realidades dos agentes culturais da nossa cidade.

Reconheça-se pelo menos algum conhecimento sobre, o que é a nossa cidade!

O que ela foi e o que ela será!

No meu modesto entender!

E aqui, afirmo mais uma vez, para quem se equivoca em certas coisas, vamos acrescentar à intervenção estratégica sobre esta operação, usando a linguagem eurocrática, vamos ter que incluir um capítulo para contra-atacar os delatores do valor deste importante empreendimento para Coimbra, para a região centro, para o país, para a Europa.

Este é o desafio!

Para eles é rentável do ponto de vista económico, financeiro e social, em de ser um atractivo para mais visitantes a Coimbra. Visitantes de *per si*, visitantes em grupo, congressistas, realizações, várias, ...turismo cultural e científico, religioso, todo o âmbito do turismo, hoje. É isso que está convencionado e em desenvolvimento. Mas, vamos ter que ter um capítulo também para contra atacar dos delatores, dado o valor deste Empreendimento, que é notável para quem visita e quem vem de fora mas que, intramuros, é sistematicamente apoucado por “*partidarite aguda*” por “*miopia cívica*” é por isso!

Senhor Presidente e Senhores Deputados ao logo do tempo tive o privilégio de estar vivo e activo como autarca eleito, nesta nossa encantada e fantástica cidade e posso dar o meu testemunho de algumas coisas importantes.

Esteve para aqui previsto efectivamente, a instalação do World Trade Center Association, com contrato firmado, mas não era para fazer aqui, um centro comercial ou, uma coisa equivalente, era para fazer uma coisa pioneira, que era a instalação da Península Ibérica do primeiro bibelô, do primeiro Centro Operacional do All Trade Center Association, na altura em que poucos falavam do que era a globalização, quiseram preparar a nossa cidade, o nosso tecido económico empresarial de Coimbra e de Portugal, no âmbito de uma parceria estratégica, como agora se usa, quando ainda não se falava de globalização.

Lamentavelmente, o atentado do 11 de Setembro, liquidou esse projecto!

Os que vieram a seguir adoptaram legitimamente outras opções.

O projecto do All Trade Center Association, que aliás há-de estar nos arquivos da Câmara, não tinha este montante de investimento, não tinha este impacto arquitectónico, não tinha várias coisas, ...era diferente, mas foi decidido, Está feito!

Mas, porque a memória às vezes pode falhar, é preciso ter presente que, este empreendimento foi integrado no âmbito das negociações que decorreram, por exemplo, a propósito da co-incineração e foi atribuído como missão, à Sociedade Coimbra POLIS (não foi aqui referido). Foi aliás, a entidade que contratou o projecto inicial e as primeiras coisas, acrescentando aos trabalhos que já estavam adjudicados antes, ou seja, esta obra vem de 1602 e não, outra coisa qualquer. Mesmo aquilo que esteja imperfeito, eu garanto-vos que, o que estiver ao meu alcance, será feito para que ela possa ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aperfeiçoada, mas sempre a valorizar a importância desta indispensável infra-estrutura cultural, na cidade, na região e no país.

É assim que estamos a trabalhar, meu caro João Aidos!

E estás investido, por mim, dessas responsabilidades, com a legitimidade democrática que me assiste e nas responsabilidades também, que me assistem de que não declino, não posso prescindir e, nem quero prescindir.

Senhor Presidente e Senhores Deputados haverá naturalmente tempo, motivo e causas para tratar dos dossiers, porque são muitos e vastos, em várias instâncias acerca deste empreendimento.

Solenemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, presto aqui, homenagem a todos, desde o mais simples operário, ao arquitecto, a todos os meus antecessores, incluindo a mim próprio que também me antecedi, tenho esta insuficiência característica, presto homenagem ao trabalho válido que aqui está realizado. E, os que quiserem partilhar connosco o sonho, as soluções que são complexas e que de pouco nos queixamos, só quando muito *picados* é que nos damos conta delas porque achamos que, o que é importante é fazer e pôr a funcionar e, essa é a parte útil e temos que acabar até dia 31 de Dezembro de 2015, sob pena de grave prejuízo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este projecto está considerado, no âmbito de, um outro que hoje de manhã decorreu, em debate público, aqui bem ao lado, na Universidade, no âmbito do Projecto do EUSA Games e que está a ser delineado uma intervenção urbanística e social para o Estádio Universitário.

Já hoje ouvi que “não estava”, não é verdade!

Na hora, aliás, em que estávamos a ouvir isso, estava exactamente a ser apresentando na Universidade, numa Conferência, convocada pela Universidade a entidade gestora do Estádio Universitário e portanto, está devidamente articulado. Está devidamente articulado com este conjunto, está devidamente articulado com diversos outros aspectos e, não tenho a ousadia de dizer, nem sequer de sugerir, que a cidade seja minha invenção. Felizmente, Coimbra existe à longo tempo e vai perdurar seguramente, ao longo do tempo. Mas, no tempo em que há democracia, eu sou dos eleitos que teve o privilégio e a característica, isto é, o activo e o passivo o de “*bom e o de menos bom, ou mau*” que durante mais tempo, como autarca nesta nossa Coimbra, desde que se pratica a democracia para escolher os eleitos locais.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, dado o adiantado na hora não vou de novo insistir, vou apenas apontar questões, que são altamente preocupantes e que acontecem e nos preocupam.

Águas do Mondego

O processo está a decorrer!

Houve uma grande fusão, etc.!

IP3

O IP3 que está no estado em que está!

Eu pensava que podia contar mesmo com a participação de outros Senhores Autarcas, de outros meus amigos autarcas, que têm a mesma preocupação destas. No caso do IP3 devo que registar perante a Assembleia Municipal, o apreço que tenho pela reunião que tivemos, pela primeira vez, entre o Presidente da Câmara de Coimbra e o Presidente da Câmara de Viseu, para em conjunto clamarmos pela entrada em funcionamento, pelas obras necessárias a acabar, a reduzir pelo menos de modo significativo, a sinistralidade do IP3 e resolver a questão e, registo-o perante a Assembleia Municipal, com muito apreço.

Sem cegueiras ideológicas ou “*partidarites agudas*”, conseguimos fazê-lo!

Isto é importante Senhores Deputados!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Competências e incompetências

Tem-se falado muito em competências e incompetências, que é uma coisa que de facto, deve haver outro fórum para resolver isso, porque não creio que seja a missão de um órgão democrático.

Um fascista para mim, no meu conceito de democracia, pode ser competente, só acrescento é desgraçadamente competente e conhecemos tantos que foram! E tantos que beneficiaram disso!

Pois é, não se pode ir por “*competência e incompetência*”!

Vamos fazer o trabalho com seriedade, com lisura, com empenhamento, com afinco, isto é que é a nossa missão!

Exploratório

Porque foi aqui referido de modo equívoco, foi aqui trazida a questão do Exploratório que tem andado a animar algumas afirmações esparvoadas, infundadas e, permita-se que, do modo como elas aparecem, ignorantes!

O Exploratório é um importante investimento que está a ser realizado na nossa Cidade.

Foi já prestado homenagem ao Professor Mariano Gago que impulsionou não só, o primeiro Exploratório que acolhemos na Casa Municipal da Cultura, como impulsionou também, a Fundação Ciência Viva, que depois veio a apoiar decisivamente o Exploratório.

E foi feito um trabalho importante.

Mas é mentira, senhora deputada Catarina Martins, a questão do esgoto!

O modo como aqui afirmou, está errado!

As Águas de Coimbra, forneceram o projecto. O saneamento e a drenagem do esgoto, atrás do Exploratório, das instalações, das infra-estruturas da 2ª Fase eram incluídos na empreitada adjudicada pela entidade Exploratório. E depois, não se sabe porquê, foi retirado. Mas ver-se-á a seguir.

Mas aquilo que não tem mesmo fundamento, é o tipo de afirmações e o modo como o faz, porque ele evidência que nem se quer se deu ao trabalho de ler os Estatutos.

A direcção do Exploratório, segundo os estatutos (que foram aliás alterados em 2008 ou 2009, isso consta de um registo da Conservatória) é feita pela Assembleia Geral sob proposta da Universidade. E portanto, aquilo está imputado a outrem, não percebo porquê? Será renitência da entidade patronal?

A única entidade que estatutariamente (são estatutos peculiares, mas é o que está, eu respeito!), a única entidade que pode propor a direcção é a Universidade, que é a entidade também associada.

Mais ninguém!

E portanto, anda-se por aí a lançar um conjunto de atoardas infundadas, devo dizer que como Presidente da Câmara Municipal, acompanhei a Universidade neste desiderato, neste e noutros, porque me interessa e à cidade, que ele entre em funcionamento pleno.

Mas não pode entrar sem ter licença de utilização. Não pode entrar sem estarem garantidas as normas de segurança, para miúdos, para crianças, que vão visitar aquelas instalações, pagando o bilhete e que não podem correr riscos desnecessários.

É necessário ter presente, que a entidade por onde passa o financiamento comunitário é a Câmara. Quem assina o termo de responsabilidade da conformidade ou não, com as regras europeias e nacionais é o Presidente da Câmara, e mais ninguém!

E o termo de responsabilidade de encerramento de um processo é exactamente isso e tem implicações e consequências.

E ele ou que está verificado, conforme por vistoria idónea, ajuramentada por uma equipa normal ou então pois, pode ter prejuízos incluindo, pessoais.

Na sessão deste desenvolvimento do processo recente, eu posso dar o meu testemunho mais uma vez.

Assisti por parte da Universidade à discussão de vários pontos relevantes para o Exploratório.

Assisti e partilhei!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E a Fundação Ciência Viva, que estava associada à Câmara foi excluída, não se sabe porquê. Não está nos estatutos. Não faz parte das entidades sócias do Exploratório. Quando é pela Ciência Viva que vem a maior parte... E eu penso que isso ocorreu, não conheço as razões e portanto, declaro que conheço, estou a referir-me aos estatutos que estão na Conservatória, que expurgaram a Fundação Ciência Viva, de associado. Claro que isso gerou...é em 2008 ou 2009, é o registo que estou a dizer de cor, é o documento público verificável.

Agora é necessário fazer o trabalho. Articular o trabalho. Repor as ligações que estavam tensas entre o Exploratório e a Fundação Ciência Viva, que é essencial.

O primeiro Centro de Ciência Viva que se fez no País. E portanto, há toda a utilidade e a importância em que as coisas sejam harmonizadas.

Do ponto de vista das pessoas, todas as pessoas são respeitáveis. Eu estive na Assembleia Geral e isso foi referido por vários, incluindo pelo representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral. Todas! Os cessantes e os vindouros. E as contas foram aprovadas sem reservas objectivas. Isso foi o que aconteceu. Não outras quaisquer versões, porque elas não correspondem.

A Universidade de Coimbra, os responsáveis da Universidade de Coimbra tentaram várias soluções de transição pacífica entre uma etapa e a outra etapa, designadamente esta parte eu sei, porque ouvi, não combinei. Portanto, nem tenho laçaios, nem faço outras coisas,...essas, devolvo à procedência houve uma averiguação da Universidade de Coimbra que propôs, que os membros da direcção cessante, integrassem o Conselho Consultivo do Exploratório. E portanto, é o meu testemunho, que da parte dos responsáveis da Universidade, houve todo o cuidado, preocupação, trabalho de um ano para se fazerem as coisas bem. Não foi possível. Pronto! Não foi possível.

E chega a uma determinada altura, que é convocada a Assembleia Geral e teve que se decidir.

Eu, pedia Senhor Presidente e Senhores Deputados, que se considerasse em geral, nos documentos que a Câmara apresenta, que Coimbra tem Plano Director Municipal. Até revisto e publicado.

Uma parte das estratégias que se pede, elas estão incitas no Plano Director Municipal, aprovado, válido e que obriga a todos.

Há um plano estratégico que foi adoptado, por quem de direito e que se encontra em curso de aplicação.

Perante um conjunto de instrumentos a informadores de ligamentos relevantes, seja do Exploratório, seja do São Francisco, seja de outros equipamentos da cidade, seja do Estádio Universidade e outros. E assim que é seguido e essa a estratégia na medida em que, contrariamente ao pensamento de outros, que eu respeito mas, não posso aceitar, não sou daqueles que pensa que o que faço está bem feito e o que os outros fazem está sempre mal feito. Não é esse o meu modo de viver, nem na democracia, na sociedade, nem com os meus amigos, nem sequer com os meus inimigos!

E portanto, aquilo que desempenhamos, aquilo que fazemos na medida das nossas atribuições é melhorar, aperfeiçoar, rentabilizar socialmente o trabalho, os equipamentos, os bens que são postos ao nosso cuidado, ao meu cuidado também como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, conhecemos, hoje, os resultados da lista final, mais pequenita do concurso das Capitais Europeias da Juventude.

A equipa que trabalhou neste projecto fez um trabalho importante, com competência, rigor, empenhamento, dedicação e sentido estratégico para Coimbra. O resultado não foi no sentido de aprovar a candidatura que Coimbra apresentou. O que desejo afirmar é que, voltaremos a apresentar a candidatura no próximo ano. E vamos aperfeiçoá-la ainda mais e vamos querer vencer a candidatura!

E o registo que faço também, que das 20 candidaturas ou mais, que foram apresentadas, várias candidaturas portuguesas, foi aceite/passou à lista final Cascais, Cecks-Emet, na Hungria, Manchester, no Reino Unido, Novisad, na Sérvia, e Perugia, na Itália, mas porque somos portugueses, já fizemos a mensagem à Câmara Municipal de Cascais que conta com a nossa colaboração activa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para que a candidatura de Cascais se reforce contando também com o nosso apoio, no processo de selecção final e depois desejando que ganhe uma cidade portuguesa, obviamente que nos empenharemos em ajudar, em tudo aquilo que nos pedirem para o êxito da realização da Capital Europeia da Juventude, em Portugal.

Estamos aqui, sim, e todos os meus colaboradores se empenharam neste trabalho, estou ciente que eles podem sentir-se de consciência tranquila, porque foram excelentes profissionais, dedicados trabalhadores, jovens motivados incluindo o Conselho Municipal da Juventude, fizeram muito bem, fizeram com competência o trabalho que lhes foi pedido e que eles abraçaram com grande entusiasmo.

Muito obrigado!”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):

“Eu vou-me abster de responder àquilo que o Senhor Presidente classificou como “*atoardas*” minhas. Conheço bem os estatutos e conheço o equipamento que nasceu quando eu tinha 12 anos e que foi feito pela minha mãe. E eu digo-o como todo o orgulho filial que tenho, com o material que havia em casa e foi dado à cidade de forma “*pro bono*”, e não merecia ter sido através dos artifícios que já foram suficientemente denunciados e que o Senhor Presidente não consegue contrariar aqui...

Mas a pergunta que eu tenho é em relação à informação escrita que nos dá, e que deve ser um lapso seu ou dos serviços, porque no fim da primeira página aparece algo que contraria o que foi decidido em reunião de Câmara, conforme tive oportunidade de verificar com o vereador José Augusto Ferreira da Silva, antes da sua saída desta reunião e que, os vereadores presentes certamente confirmaram, porque se diz que no ponto “*Apresentação de Apoio Regional de Reprogramação Física*”, creio que as instalações de que se fala no Colégio das Artes, no Pátio da Inquisição, são adequadas ao acolhimento da cena lusófona e que o resto da frase foi retirada da deliberação em sessão de Câmara, portanto não pode figurar aqui.

Estou-me a referir a esta frase que diz: “*Espaço de incubação e co-work para profissionais e microempresas do sector cultural e criativo*”.

Sei que estamos a falar de um projecto com participação de fundos comunitários, que foi feito e desenhado para a Cena Lusófona. Isto foi a sessão de Câmara!

Na sessão de Câmara, os vereadores da oposição, se estou bem informada e conferi agora com o vereador José Augusto Ferreira da Silva, opuseram-se a isso. Creio que os vereadores do PSD e até o vereador da CDU, se não estou em erro. E, portanto, isto não pode aparecer aqui!

São instalações que estão para a Cena Lusófona.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente, serei brevíssimo, mas gostaria de deixar 3 notas.

Primeiro lugar, o ponto da informação do Senhor Presidente da Câmara, é importantíssimo evidentemente, há uma matéria escrita. Eu julgo que é para mim, o ponto mais importante que eu me tenha reiterado ao longo deste ano e meio, é o ponto mais importante da Assembleia Municipal, sobretudo das Assembleias Municipais Ordinárias.

É nossa missão fiscalizar a actividade do Executivo. E portanto é normal que depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que nós agradecemos evidentemente, que ouvimos com toda atenção, em toda a sua extensão incluindo nos remoques, que também tem direito a fazer os seus remoques... e o seu entendimento e as suas críticas... até aos Deputados Municipais, como disse e bem, sem cair em grosserias, mas vendo que por vezes há questões esparvoadas que são apresentadas pelos Deputados Municipais, outras são simples mentiras e outras são ignorantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Evidentemente, ele sente-se na sua fragilidade, digamos pessoal, ele lembra-nos que, em termos democráticos nós não podemos acusá-lo de incompetência. Por acaso, nós não falámos disso... Falámos mais de impotência do que de incompetência.

Mas não foi obviamente uma acusação ao Presidente da Câmara, Doutor Manuel Machado, foi uma crítica política!

Foi uma crítica, que quisemos expressar livremente, evidentemente dentro de um registo absolutamente democrático.

Competências e incompetências

A competência vai-se vendo com os atos. A Candidatura Europeia à Capital da Juventude de que ainda agora falou. Aí, nós podemos ver um pouco da competência.

Mas a competência essencialmente, vai ser avaliada nas eleições!

E os eleitores, eles sim, vão dizer-nos se entenderam que foi competente, se acham que há equipas mais competentes e portanto, digamos, não é deste jogo de bancadas que vai sobretudo... nem muito menos queremos ferir a competência pessoal do Doutor Machado, que sabemos que é um economista excelente, que é um Presidente da Câmara digno.

Não estão minimamente em causa, essas matérias. Não gostei que me tivesse chamado por “doutor”, penso que “o doutor” era para mim...!

Mas eu não fico propriamente ofendido por me chamarem doutor... eu de facto sou médico!

Olhe, tento fazer o máximo que sei e posso pelos meus doentes e, seguramente, também hei-de ter as minhas incompetências que infelizmente têm, por vezes, custos e portanto, custos grandes. Sei bem que enfim, todos nós temos as nossas incompetências, Senhor Presidente.

Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco

Primeiro lugar, sobre esta tentativa de escrever a história. Já o vi no passado. Eu não o vou recordar porque eu nasci em 71, (portanto, não vou recordar a velha senhora), mas quero recordar um texto do Álvaro Vieira, que é um jornalista do *Público*, que publicou em 04/03/2005, no jornal o *Público* um artigo como seguinte título: “ *Manuel Machado critica a actual gestão autárquica do projecto do World Trade Center Coimbra.*”

E então, diz assim o Álvaro Vieira: ... *o Ex-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, o socialista, Manuel Machado acusa o actual Executivo camarário, liderado pelo social-democrata Carlos Encarnação, de ter desperdiçado “uma oportunidade única” para criar um centro operacional de internacionalização da economia do concelho e da região ao abandonar o projecto do World Trade Center Coimbra. Manuel Machado idealizou construir um edifício que funcionaria como Centro de Negócios, com espaço reservado para escritórios e um Centro Comercial, o WTCC. Com a exploração deste centro de negócios é realizada por uma sociedade que incluiria a Região de Turismo do Centro, com 1%, a Fundação Bissaya Barreto, com 10 %, o Executivo propunha-se financiar a reconversão do edifício em Centro de Congressos.*

Ora bem! Eu, unicamente aludi a este aspecto. Há uma diferença, no projecto que foi pensado, que tinha de facto a ver com uma diferença estratégica de posicionamento, e foi isso que quisemos dizer e que tentei demonstrar na minha intervenção. Há de facto uma diferença!

Eu não vejo mal nenhum, em que haja visões alternativas.

Provavelmente podia estar aqui um centro comercial.

Ainda bem que não está!

E ainda bem que todos hoje concordamos, que é bom que não esteja.

É bom para a Baixa, é bom para Coimbra, é bom porque de facto nós precisamos de algo, de outra coisa, neste espaço do Convento de São Francisco. Não era de um centro comercial, nem era de um edifício de escritórios. Não foi por causa do 11 de Setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

É porque não era bom para Coimbra! Foi uma outra coisa que nós queríamos aqui!
E ainda bem que hoje, o Partido Socialista está de acordo com esta matéria. Ainda bem e, essa é a primeira nota.

Capital da Juventude.

Nós, há pouco, ouvimos uma alusão ao Secretário de Estado Emídio Guerreiro (veja-se bem!) não foi amigo de Coimbra, porque até foi aqui repúblico, até foi dirigente (curiosamente o eufemismo até teve piada) ... não foi, foi Presidente da Associação Académica de Coimbra, ainda há pouco tempo era Presidente do Museu Académico de Coimbra. É pessoa com uma enorme relação com Coimbra... Mas deixem-me dizer que, ainda bem que não há *amiguismo* de Estado.

Ainda bem que nós não tivemos que pedir ao amigo Guerreiro, que olhasse a candidatura de Coimbra, com aqueles pózinhos que se põem os amigos quando estão em lugares, para que então nós pudéssemos ter uma candidatura europeia.

É isto que não bate certo! E é isto que nós queremos expor. Nós, claro que somos, uma capital europeia da juventude! Há muitos anos. E somos uma das melhores capitais europeias da juventude!

E seguramente, que isso nos vai ser reconhecido. Não temos nenhum problema em mostrar que temos esses méritos e que temos, são bastantes, estão na nossa sociedade. Eu diria mais do que Cascais! Pois temos aqui em Coimbra! Somos mais capital europeia da juventude do que é Cascais! Não tem problema nenhum. Não digo isto com nenhuma acrimónia, nenhuma crítica a Cascais... Gosto imenso de Cascais!

Acho que é um concelho com muitos méritos, mas não tem mais méritos do que Coimbra em relação à juventude.

Aqui há uma vivência de juventude, que é própria, é intrínseca à cidade. E portanto, (eu...desculpem-me mas eu gostava também de dizer isto ao Partido Socialista), não é com *amiguismos*, não é com... é com candidaturas de facto, mais bem preparadas, como o Senhor Presidente disse. Vamos prepararmo-nos melhor, provavelmente não foi suficiente, provavelmente temo de fazer mais, temos que preparar melhor. Se calhar, não fizemos no tempo certo, se calhar não fizemos na profundidade certa, se calhar não juntámos as pessoas certas...

Mas é isto que nós temos que fazer, para de facto, projectar Coimbra, se de facto o queremos fazer como deve ser!

Não é pedir ao Senhor Secretário de Estado, que seja nosso amigo. E deixem-me só (porque eu não estou mandatado por ele!) mas deixar a defesa da honra, do meu também já agora, amigo Emídio Guerreiro, (que o conheço aqui de Coimbra, fui comensal nos Fantasmas, ía lá comer muitas vezes à República dele e gostava muito do Emídio Guerreiro), e tenho a certeza que o Emídio Guerreiro ficaria muito orgulhoso, muito orgulhoso, que Coimbra fosse Capital Europeia da Juventude!

Tenho a certeza disso!

E portanto, queria só deixar esta nota sem outros pontos, ou estas duas notas, sobre a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Pedindo-lhe já agora, Senhor Presidente, que quando nós evoluirmos democraticamente, o Senhor Presidente além da sua intervenção perfeitamente, possa por vezes responder às questões que outros deputados municipais deixaram e houve vários a deixar algumas questões e não me canso de dizer, coitado do Senhor Presidente da Junta de Torre de Vilela que nunca tem uma resposta do Senhor Presidente da Câmara.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente, é muito breve e é só para dizer que, depois da intervenção do Senhor Deputado Nuno Freitas ficamos seguros que não houve nenhum amiguismo de estado quando ainda antes da aprovação da candidatura do Senhor Secretário de Estado, Emídio Guerreiro, veio dizer que, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

candidatura era atribuída a Cascais. Também queria convir que afinal, ele está ciente que este espaço não era à data, nem foi nunca para centro Comercial. Também a melhor compreensão para com a Senhora Deputada Catarina Martins pois ao que parece tem razão para estar um pouco magoada uma vez que a sua mãe pertencia à anterior Direcção do Exploratório.”

PONTO 2 – Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Senhores Deputados, quanto ao Ponto nº 2 “*Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra*” cumpre-me informá-los, que têm em cima da mesa uma proposta de alteração comum, quero dizer, de todos os Grupos Políticos, que é apresentada pela Conferência de Representes dos Grupos Políticos, isto é, por todos os representantes dos Grupos Políticos e devo nesta matéria, não só saudar os Representares dos Grupos Políticos que assumiram colectivamente esta proposta que aqui está, e muito particularmente também, não esquecer os membros desta Assembleia que integraram a Comissão de Redacção, estou a falar da senhora deputada Catarina Martins, estou a falar do senhor deputado Pinto Ângelo, estou a falar do senhor deputado Ferreira da Silva, estou a falar do senhor deputado Manuel Rebanda que não está hoje aqui, estou a falar do senhor deputado Sampaio Nora que para além de estarem investidos de outras qualidades, designadamente alguns deles, são líderes de Bancada dos seus respectivos grupos, também integraram a Comissão de redacção. Fizeram ao longo do ano um trabalho muito importante, um trabalho notável que terá falhas, que terá erros mas que vai dotar, penso eu, esta Assembleia, de alguma novidade, de alguma modernidade, de alguma agilidade que ela não tem e, acima de tudo, que vai dotar esta Assembleia de um conteúdo democrático estruturado, de uma democracia estruturada que me parece que o anterior Regimento não tinha, não possuía e que esta passará a ter.

Estamos portanto, perante um desafio que é levar este novo Regimento à prática, que me parece o grande desafio dos próximos tempos e que é no fundo, transformar esta Assembleia, numa Assembleia de novo tipo. Haverá muita coisa nova, não vou agora aqui fazer a descrição aqui, onde haverá muita coisa nova, muita coisa aliciante, muita coisa para aprofundar, haverá erros.

Penso que não é perfeito, como é evidente, mas é consensual naquilo que ele tem de essencial e, naquilo que ele tem de novo. Queria-vos pedir mandato para, caso venha a ser aprovado, e depois das intervenções que forem feitas, se forem essas as circunstâncias, pedir aos senhores deputados para que a própria Mesa se encarregue de fazer a chamada limpeza ortográfica, limpeza redaccional.

Portanto, a própria Mesa se encarregaria, depois da sua aprovação, de fazer essa.”

Intervenção do deputado municipal Sampaio da Nora (CDS/PP):

“Para mim, este Regimento, mais do que, para além da qualidade que tem é, sobretudo, uma grande prova para a Mesa.

Este anexo I, preocupa-me!

No entanto, deixou de preocupar a partir de hoje porque, das duas e uma; -ou a Mesa cumpre o anexo primeiro ou então, escuso de estar preocupado porque os 2 minutos que me são atribuídos, eu posso usar 10 ou 20 que, não há problema nenhum.

É um grande desafio para Mesa, Senhor Presidente!

Era isto que lhe queria dizer, para além de que depois, lhe entregarei umas rectificações formais.”

Intervenção do Deputado Municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sendo certo que, não podemos deixar de reconhecer o esforço sério e abnegado, feito para construir um Regulamento, um Regimento novo tipo que propicie todo um conjunto de melhores qualidades de funcionamento desta Assembleia e de participação dos grupos municipais, não podemos de deixar aqui de propor a esta Assembleia, duas notas de alteração, que gostaríamos de ver tomadas em consideração.

Uma, que me parece perfeitamente consensual, até pela sua vocação utilitária, tem a ver com uma proposta de alteração ao artigo 43, ponto 7, onde é dito,..."*que é obrigatória a apresentação das propostas dos deputados municipais e da Câmara ao Presidente da Assembleia Municipal, em tempo útil*". É óbvio, que este tempo útil é como, se cá não estivesse nada. Penso que temos que encolher uma norma expressa do que é que consideramos "tempo útil". Em nossa opinião, "*tempo útil*" será uma semana de antecedência, para os pontos normais e, duas semanas, para os documentos estratégicos, nomeadamente, as grandes Opções do Plano ou os Planos de Actividades. Sei que isto não depende do Presidente da Assembleia Municipal, mas penso que, tem que colateralmente responsabilizar o executivo, no sentido de que estes documentos cheguem com tempo e, que permitam uma análise aprofundada e adequada. Penso que isto é consensual, penso que não trará nenhuma novidade a qualquer um dos grupos e, pensamos que todos, que todos teremos a ganhar se isto for acolhido. Por outro lado, há aqui uma objecção de princípio, que o Senhor Presidente conhece e que os Deputados que estiveram na comissão de redacção que conhecem a nossa objecção de princípio, quanto à distribuição proporcional ou dita proporcional dos tempos de intervenção.

Não vou ser tão sarcástico como o deputado que me antecedeu, porque nós consideramos que aqui, a questão é mais funda! O que estamos aqui efectivamente, é a fazer uma opção caso isto seja aprovado, como aqui está, pela anulação da possibilidade de intervenção individual do deputado municipal. Obrigamos o deputado, a ser considerado no âmbito de um grupo, anulando a sua capacidade de intervenção individual. Isto, com particular importância, para aqueles que são eleitos, directamente pelas freguesias, que têm uma legitimidade própria e que desta forma não lhe é vista reconhecida a sua especificidade, dentro da Assembleia Municipal. Mas, trata-se efectivamente, de uma menorização da intervenção pessoal dos deputados, que passam a ser indistintamente colocados, para um grupo municipal ainda que, essa escolha seja voluntária. Bastaria, claro, que nos socorreríamos de um artifício desses, não está na nossa mente utilizar uma coisa dessas, mas, bastaria que deixássemos de ser constituídos ou, deixássemos de ter o Grupo constituído, ...o Grupo Municipal da CDU para que, o nosso Grupo de 8 deputados passasse a ter um tempo de intervenção de 16 minutos, nesta Assembleia. O absurdo de tornarmos aqui, o exclusivo de representação da agremiação político-partidário, destruindo a possibilidade da intervenção individual de cada um deputado, *per si*, que pode ter a acrescer, a esta Assembleia., pode ter opiniões pessoais da sua experiência pessoal que deriva da sua legitimidade pessoal na eleição, e insisto, com particular importância, nos presidentes de juntas de freguesia que, acabam por, de uma forma indirecta de ser anulados porque ou se inscrevem num grupo, ou passam a ser considerados inscritos, ou independentes, com um valor residual de intervenção. Parece-nos que assim, afecta de alguma forma, a democraticidade e a riqueza de intervenção que devemos ter nesta Assembleia.

Nós propomos e estamos dispostos a votar favoravelmente este Regimento."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a palavra para prestar esclarecimentos ao Deputado Pinto Ângelo sobre as observações de redacção que aqui foram feitas e de coisas que caíram,... por exemplo, a moção de censura à CIM, também de redacção que falta, mas que estava prevista nas nossas discussões e, em relação às observações do Dr. Sampaio e Nora, são perfeitamente integráveis pela comissão.

Em relação às suas propostas, já são mais de fundo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Queria dizer duas coisas e queria chamar a sua atenção para o seguinte: Eu partilho dos seus receios, mas gostava de lhe dizer, em relação ao ponto 7, o senhor deputado Pinto Ângelo vem-nos sugerir que nós fixemos, semanalmente, um tempo útil de duas semanas ou uma semana, para a apresentação de proposta de modo a que elas possam ser estudadas e avaliadas. Eu acho que o que me está a propor, é uma limitação aos deputados e ao seu direito de iniciativa de proporem moções, ou proporem recomendações, ou fazerem propostas de deliberação à Assembleia, porque, se eu estiver se eu estou a dizer uma asneira, fazem o favor de tomarem a palavra e dizer o contrário do que eu estou a dizer, ... se eu tiver que obedecer a um prazo, fixado com antecedência suficiente, marcado cronologicamente, duas semanas, uma semana, não sei quantas horas, não sei quantos dias, eu estou a criar, uma inibição aos deputados que não possam cumprir esse prazo e, mesmo perante acontecimentos, circunstâncias, factos, situações que conviria trazer à Assembleia Municipal, através de uma iniciativa, que não se trazem, porque o tempo já passou. Eu preferia que aceitassem o princípio de que a Mesa tem bom senso, de que os Senhores têm influência na Mesa e que dessem a latitude de julgamento, à Mesa, para que a Mesa fizesse o juízo de quando é que uma proposta entra em *tempo útil* e não entra em *tempo útil* de maneira a que ela seja, na prática, sempre admissível e, não tenha limitações de tempo, para sua acessibilidade. O critério que foi acolhido pela conferência, é mais favorável á iniciativa, é mais favorável à liberdade, é mais favorável à contemporaneidade, a estar em cima dos assuntos, dos problemas do que propriamente estabelecer um prazo, mais ou menos administrativo, mais ou menos burocrático que, sendo ultrapassado, acaba por limitar o direito da iniciativa de um grupo de um deputado. Preferia uma cláusula geral aberta, condicionada pela palavra *estudo e divulgação*, porque, é o tempo para o estudo e, o tempo para a divulgação, que vai definir o que é que é "*tempo útil*" e o que é que não é *tempo útil*. Por exemplo, hoje entraram aqui, propostas que em termos de estudo e em termos de divulgação, porque não havia meios técnicos, não puderam ser trazidas à votação. Foi o caso da proposta sobre a questão que o senhor deputado Paulo, apresentou aqui. Para além disto, houver um prazo, nós vamos cortar muito a liberdade dos deputados poderem fazê-lo.

Eu estou a ir no terreno dos valores que o Senhor defende, não estou a limitá-los, estou a defendê-los!
Segunda questão:

Em relação à questão dos tempos, ao seu receio de que a grelha limite os tempos dos grupos que sempre os garantiria dos deputados, eu acho que, há aqui um novo numero 11 que, quando se diz: ...” o Presidente da Assembleia e a Mesa, obviamente, asseguram, no artigo 43, em todas as circunstâncias um tempo mínimo, a qualquer grupo para exprimir a sua posição.

Se, o Senhor me disser, que preferiria que eu acrescentasse, a *grupo* a palavra *deputado* eu acho que também é de aceitar. Porque também é uma questão de bom senso. E com isto, o problema do seu receio, estava resolvido. Porque a Mesa, sempre se garantiria a um grupo político ou, a um deputado, tivesse ele a qualidade de ser eleito directamente, tivesse ele a qualidade de ser um presidente da junta de poder exprimir a sua opinião porque, o artigo 11 com a redacção que eu proponho, lhe garante esse direito, lhe salvaguarda a sua pretensão. Não vejo, com o acrescento desta palavra de *deputado*, que tenha de se mexer mais nada, mas admito que a sua observação, é justa!

Não vamos sacralizar os grupos políticos, mas também, não vamos ter medo deles. Portanto, damos ao deputado, individualmente considerado, esse direito. Às vezes, até pode ser um deputado que esteja em linha, relativamente divergente do seu próprio grupo político. Ponhamos lá a palavra *deputado* e o assunto está resolvido.”

O Deputado Municipal Pinto Ângelo voltou a insistir que se imponha limites à apresentação dos documentos, por parte do executivo, porque normalmente são documentos mais densos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu novamente a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

O Executivo por natureza, tem uma limitação de tempo. O tempo para apresentação dos documentos, por parte do Executivo, é aquele que está previsto, no tempo da divulgação da Convocatória. No momento que em sai a Convocatória, a conferência de representantes sabe, e, o Presidente da Mesa sabe, quais são os documentos que foram distribuídos, porque a convocatória, é feita, solidariamente, por acordo entre o Presidente da Mesa e todos os Líderes Políticos, a partir do quê? Das propostas que chegaram com 8 dias de antecedência, ao conhecimento da Mesa.

Está a fazer uma maior exigência, para os grupos políticos e para os deputados do que aquela que se faz para a Câmara? Não o limite! A Câmara já está limitada por natureza.

Intervenção do Deputado Municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Penso que é razoável, impormos uma antecedência maior do que àquela que tem vindo a ser praticada, para que os deputados municipais possam, com maior profundidade, estudar os documentos, nomeadamente, aqueles estratégicos: Grandes Opções do Plano, Relatórios de Actividades, cuja densidade obrigam, a uma partilha muito maior na distribuição de trabalho e, uma profundidade analítica muito maior. Estou a referir-me especificamente, a este tipo de documentos e aí sim, dava-lhe um tempo de 2 semanas para documentos como Grandes Opções do Plano e para os Relatórios de Actividades.”

Intervenção do deputado municipal Sampaio da Nora (CDS/PP):

“Dão-me licença, eu só gostaria de acrescentar, o seguinte:

Há aqui situações que, por exemplo, os outros grupos, os outros deputados municipais que têm representação na Câmara, têm conhecimento destes documentos muito antecipadamente.

Ora, vejamos o que aconteceu na sessão de hoje:

Relatório de Gestão; Inventários, ... esses documentos todos, foram-me entregues, ou pelo menos, foi-me permitido o acesso na internet, há cerca 8 dias. Que hipótese tenho eu, ou qualquer pessoa nas minhas circunstâncias, que não tenha tido conhecimento prévio de analisar o tal “*estudo*” que se fala aqui no Regimento de documentos desse tipo? O volume do Relatório de Gestão, por exemplo, que hipótese tenho de analisar eu, com as pessoas que comigo colaboram, sobre isso? Nenhumas!

Eu corroboro a proposta do Pinto Ângelo, porque neste caso, ele está a chamar à atenção para uma situação que é, ...do grupo dele tem pessoas que têm intervenções que têm representantes na Câmara e portanto, conhece antecipadamente, mas no meu caso, não é esse. Eu só tenho conhecimento, mesmo se alguém vai à reunião de líderes, sabe apenas que esse assunto vai ser discutido, não tem conhecimento dos documentos. É isso que eu gostava que ficasse ponderado também no Regimento.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu a palavra para solicitar aos deputados Pinto Ângelo e Sampaio e Nora, para apresentarem propostas sobre a redacção ao Ponto 7.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente, às vezes “*o bom é inimigo do ótimo*”!

Os nossos direitos não podem de forma alguma, saciar os direitos dos outros. A Lei estabelece meses próprios para o funcionamento da Assembleia e a Câmara Municipal, o Executivo, também tem momentos próprios, para aprovar os seus documentos e, há quem entenda como eu, quando a Lei diz que esta, ou aquela Assembleia, tem que se realizar, em Fevereiro ou Abril, por exemplo, para as Contas ou para as Contas e o Relatório há quem não goste, por exemplo, que ela se realizar em Maio. Penso que estes prazos não são indicadores, ordenadores e não vem nenhum mal ao mundo desde que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a Assembleia possa funcionar em Maio. Não vem nenhum mal ao mundo! Como para mim também, não vem nenhum mal ao mundo até me parece bem que os documentos tenham sido fornecidos com 10 ou 15 dias de antecedência, mas também compreendemos, quem está do lado de lá, o direito dos outros, que tem que votar, aprovar, elaborar, dactilografar, fotocopiar, no fundo, criar condições logísticas, com tempo, para que esses documentos possam depois ser fornecidos. Portanto, não podemos olhar, só para os 10 dias e depois vir dizer que a Assembleia funcione impreterivelmente, no mês de Abril, ou no mês de Fevereiro, ou no mês de Setembro. Temos que ter aqui um justo equilíbrio, sobre aquilo que nós pretendemos nesta circunstância.

Já agora e, aproveitando a minha intervenção para dizer que quando o Deputado Nora nos referiu que o *Regimento vai ser uma prova para a Mesa*, quero dizer que, vai ser sobretudo e, o Senhor Deputado Nuno Freitas, sabe bem disso, ainda à pouco o referiu, uma prova para todos nós deputados, que vamos rigorosamente cumprir com Regimento e que vamos facilitar o trabalho da Mesa, para ela de facto, ser posta à prova e exigirmos mais dela do que deve ser. O exemplo tem de começar da nossa parte.

Senhor deputado Pinto Ângelo é só para lhe dar um pequeno esclarecimento, para facilitar o raciocínio que talvez tenha perdido de vista!

Há pouco disse que, *bastaria um deputado seu, sair do seu grupo, para ter mais 2 minutos*. Não é assim!

Se um deputado, eventualmente, sair do seu grupo, vai para um grupo único, que é o *grupo dos não-inscritos*, que está previsto no artigo 18, nº 1. Aliás, a redacção não é minha, mas essa fraude ao Regimento, não é possível. Foi pensada e estudada e creio até, que na altura, alinhavada pelo seu líder.

O *grupo dos não-inscritos* é apenas um! É o Artigo 18 nº 1.

Não há um grupo dos não-inscritos por cada um que desalinhe sobre o grupo parlamentar.”

Intervenção do Deputado Municipal Jorge Seabra (CDU):

“Eu apenas queria acrescentar ou não acrescentar, mas reforçar estes dois aspectos: Em primeiro lugar pensamos que de facto, há uma ideia de maior contenção e de regulamentação das intervenções “*Período de Antes da Ordem do Dia*” o que nos parece correcto, porque isto é, a posição da CDU, mas até preferimos aquilo que se tem passado, que é uma gestão aberta da Presidência da Mesa do que, um espartilho demasiadamente apertado, que limite a intervenção dos deputados. Esta intervenção do “*Período de Antes da Ordem do Dia*” tem sido uma das partes mais vivas desta Assembleia. Naturalmente pode ser cansativa, para alguns deputados que se interessam menos por umas intervenções do que por outras, mas representa na realidade, a efectivação de um princípio democrático e de uma dignidade democrática, que cabe a cada um dos deputados. E, por isso, ao contrário daquilo que já foi aqui referido, a visão pouco aberta e tolerante da Presidência, é por nós mais aceitável repito, do que uma visão demasiadamente espartilhada. E por isso, também pensamos que nesse âmbito, nós podíamos dizer por dignidade própria, 1 minuto para intervir, eu acho que isso é, ridículo e que é limitativo da sua própria intervenção e daqueles que representa. Por isso penso, que a posição que foi referida, de dizer sim, *é por deputado* julgo que apenas que se devia concretizar como o princípio, como por exemplo, a intervenções dos deputados no *Período de Antes da Ordem do Dia* deviam ser orientadas para o máximo de 5 minutos e depois, geridas pelo Presidente, dentro dessa base.

O segundo aspecto e voltando à primeira questão. A questão da antecedência refere-se com o próprio trabalho democrático que exigem certos documentos. Um dos aspectos que é limitativo ou que torna formal o exercício da democracia nesta Assembleia é nós termos documentos muito extensos e complexos e que exigem a consulta de pessoas, que têm mais conhecimentos técnicos dos que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

próprios elementos do grupo, com uma antecedência que é absolutamente impossível de as valorizar. Por isso, para valorizar o próprio trabalho desta Assembleia, naturalmente não, em relação a todos os pontos, mas, em relação aos pontos estratégicos que nós referimos, a forma de dignificar e de aprofundar a democracia, é aceitar o mínimo para esses documentos de 2 semanas, que foi o que nós propusemos.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Compreendo perfeitamente a justeza das preocupações dos deputados na questão dos tempos, mas nós estamos confrontados com um problema de legalidade democrática.

A Assembleia da República, diz a Lei das Competências, concebeu para o Período de Antes da Ordem do Dia, 1 hora. O meu Grupo Parlamentar tem 21 deputados – 5 minutos, a distribuir por todos eles, dá cerca de 3 hora. Portanto, é preciso sermos hábeis, temos que gerir esta legalidade democrática, com jeito, de forma, a que as intervenções sejam feitas, mas que também que tenhamos que cumprir a Lei. Não podemos, penso eu, violar a Lei. É a legalidade que aqui está em causa e penso que não a devemos colocar em causa!

O que estamos aqui a discutir foi muito ponderado. Todos os representantes dos Líderes! Todos! Todos! E isto foi aquilo que conseguimos afinar. Mexer agora naquilo que foi afinado, com tempo, pensado sensatamente, agora aqui de um momento para o outro, pode, isto é uma malha, contender com outros articulados e, por tudo em causa. Por isso eu peço, a melhor ponderação, porque isto, foi ponderado, em sede própria. Foi um projecto que levou muito tempo, perdemos alguns 6 meses, por causa desta afinação. Aliás, tenho que fazer um grande elogio, ao Presidente e ao esforço que desenvolveu, para tenhamos afinado um Regulamento da Assembleia Municipal.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a palavra para informar que há consenso, em passar o número 11 do artigo 43º, para o artigo 44º, com a intrusão da palavra “*deputado*”. Não há consenso, em relação ao ANEXO I, portanto, tem que ser votado à parte. Há consenso, sobre a questão de que os documentos estratégicos tenham um prazo mais alargado de apresentação do que propriamente, dos 8 dias tradicionais?

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Senhor Presidente só uma pequena nota.

O trabalho na Assembleia tem corrido bem!

Nós temos vindo a crescer, sob o ponto de vista da discussão das questões e sob o ponto de vista da afinação do nosso funcionamento, temos vindo a crescer em qualidade, na nossa opinião!

Não tenho experiências anteriores!

A experiência é única!

A experiência que tenho de Assembleia Municipal é esta.

Dentro desta Assembleia, temos vindo a concertar nas chamadas, Conferências de Líderes, um conjunto de princípios e um conjunto de procedimentos, que têm vindo a dar a esta Assembleia alguma consistência. Por outro lado, é um facto, que nesta Assembleia, nós temos vindo a ter queixas das mais diversas, relativamente à chegada tardia dos documentos, que leva, que levou, em várias ocasiões, ao adiamento da Assembleia, para lá daquilo que seria normal. Esta salvaguarda da antecedência de recepção dos documentos, é uma salvaguarda para o funcionamento da democracia e do trabalho fiscalizador desta Assembleia. Sem querer ser aqui demasiado “gabativo”, porque pode mal, quero dizer que, o Senhor Presidente tem tido sempre uma posição, que é a posição de valorizar o trabalho da Assembleia e da sua dignificação e, quanto a isso, estamos conversados. Agora, parece-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

nos a nós que, esta questão dos “*tempos*” coloca-nos perante uma “*tolice*”, perdoem-me o termo. Ninguém vai nesta Assembleia, usar de 2 minutos para dizer o que quer que seja!

Todos sabemos disso!

Não vale a pena, parece-nos a nós, colocar em texto de um Regimento, que é um Regimento digno, que é bom, com o qual nós estamos de acordo, no essencial, não vamos colocar uma norma que nunca vai ser cumprida! Isso é um mau serviço à democracia!

Isto é, como é que nós vamos colocar ali, 2 minutos e foi nesse sentido que na Conferência de Líderes, e não diria isso se não tivesse sido “*denunciado*”, neste caso, simpaticamente, quando se colocou a questão dos partidos, com representação única poderem estar no rol daqueles representantes que não têm partido, eu achei, obviamente e todos concordámos que não teria lógica. Teria lógica que, um partido que se submete a um sufrágio, no âmbito de todo o concelho, tivesse uma representação à parte e, foi isso que se conseguiu, relativamente ao CDS.

Eu não quero que o CDS tenha nunca, 2 minutos e o Senhor Presidente, também nunca lhe vai dar obviamente, 2 minutos!

Mas então, não vale a pena termos isso num texto, num documento tão importante e tão digno, como este é, que inaugura um conjunto de comissões, um conjunto de mecanismos, de instrumentos desta Assembleia, que são instrumentos que nos devem orgulhar a todos, na nossa opinião.

Portanto, colocar num texto “*2 minutos*” que ninguém vai usar, é mau!

Está mal! Não deve ser!

Porque isso, não valia ser verdade, não vai ser verdade para ninguém!

Eu teria vergonha de sujeitar o nosso colega do CDS a 2 minutos!

Eu teria vergonha!

Dar-lhe-íamos, 2 minutos dos nossos, ficávamos com 4 e ele com 4!

Era tão mais lindo!

De facto, dá-nos ideia que esta norma, esta ANEXO II, por isso é que nós queríamos que ele fosse votado à parte. Nós não gostaríamos que esta norma figurasse neste texto, porque ela não corresponde a nenhuma verdade admissível!

Consideramos desde logo que deve ser dada à Assembleia a possibilidade de estudar os documentos, estes “*calhamaços*” que aqui temos, com tempo necessário. Eu não sou economista, eu não percebo nada disto que aqui está!

Eu tenho um mandato político para defender aqui, os nossos eleitores, mas eu tenho que perguntar a quem sabe, o que é que aqui está!

Eu não sei!

Eu posso dar-vos uma partitura e muitos de vocês não sabem, não vou sujeitar ninguém a ler a partitura.

Perguntem-me a mim que eu depois digo-vos como é que as notas funcionam.

Mas de facto, é esta a nossa questão!

Nós estamos orgulhosos desta Assembleia!”

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Senhor Presidente no meio desta discussão toda, quantos minutos é que me cabe a mim, enquanto Presidente de Junta?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a palavra para esclarecer do seguinte:

O Senhor Deputado compreenderá que é um deputado como qualquer outro. O Senhor Deputado não tem nenhum múnus nesta Assembleia, que o separe dos direitos e das obrigações de qualquer outro deputado. Nesta Assembleia todos somos iguais!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A única diferença, é que o Senhor tem talvez, um outro tipo de responsabilidade para com um outro eleitorado, que é o eleitorado da sua freguesia, mas aqui, nas responsabilidades que o Senhor tem para com o concelho de Coimbra, o Senhor é igual a qualquer um de nós, é igual a mim.

Portanto não tem direito, a mais nem a menos!

É o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues.

Somos todos, *farinha do mesmo saco*.

Senhores Deputados, nós temos acordo em que *o artigo 11 do Artigo 43º passe a ser o número 5 do artigo 44º*, que é a tal cláusula geral que permite que ninguém fique com o bico calado

Não há acordo, sobre o prazo dos documentos estratégicos

Isto é, aumentar o prazo para os "*documentos estratégicos*".

Eu proporia, por proposta de consenso, não as 2 semanas, mas *12 dias*, não é a mesma coisa!

Se aceitarem os 12 dias, é um fim-de-semana mais a semana seguinte, ficaremos por aí,...estou a falar de "*documentos estratégicos*", estou a falar dos documentos que se aprovam em Dezembro e, a falar dos documentos e das contas que se aprovam em Abril.

Estou a falar desses!

Em Novembro/Dezembro e Abril, nos documentos estratégicos, iríamos para os *12 dias* se houvesse consenso, por proposta de Mesa e passávamos por cima da questão!

Fica-nos a questão do ANEXO, mas aí temos que votar à parte."

Senhores Deputados, vamos então votar o Regimento, que incluindo nele uma proposta de alteração, que faz com que, *o número 11 do artigo 43º passe para o número 5 do artigo 44º*, primeiro acrescento, e vamos votar o Regimento, para que, no *artigo 7º - "o tempo útil"*, *seja acrescentando à frente da menção "...que nos casos dos documentos estratégicos que vão à assembleia Municipal nos mês de Novembro e no mês de Abril, o prazo seja de 12 dias para a sua apresentação"*.

Estão de acordo?

Portanto votaremos o texto em bloco, com estes dois acrescentos que eu acabei de formulara.

Falta-nos a questão do voto separado, para o ANEXO.

Deliberação nº 14/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor e 4 abstenções, manter o ANEXO I do Regimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou ainda, por unanimidade, aprovar a alteração ao número 7 do artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas

"Queremos expressar a nossa declaração de voto favorável mas sobretudo realçar o trabalho do Dr. Luís Marinho, como Presidente da Assembleia Municipal, o trabalho de todos os deputados que participaram na elaboração deste documento, mas sobretudo, depois, o trabalho final do Dr. Luís Marinho, que foi incansável, para conseguir um Regimento, que de facto trás melhorias relevantes ao funcionamento da Assembleia Municipal e uma dignificação do trabalho político da Assembleia Municipal, que nós queremos registar e, queremos cumprimentá-lo nesta ocasião, por isso.

Queremos também dizer ao Senhor Presidente, que tudo faremos para colaborar com os trabalhos da Mesa de modo mais positivo e crescente, no sentido de dotar este órgão de boas razões e, de boas conclusões políticas, na fiscalização da actividade do Executivo e na propositura de novas ideias para Coimbra."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração de voto do deputado municipal Rui Campos

“Eu queria explicar que votei contra o ANEXO I – “*grelha de tempo*” porque creio que pode limitar, a liberdade de expressão dos partidos de menor expressão eleitoral. Espero que permaneça como até agora a regra do bom senso.”

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo

“Lamentando desde logo que, e não poderia deixar de chamar a atenção para isto, que a metodologia da votação, poderá não ter sido a mais adequada, o que nos levou, a ter que votar contra a grande maioria do texto. Bastaria que fosse votada na generalidade e depois na especialidade do ANEXO I, para que alterasse de alguma forma o sentido mais genérico da votação e que desse o sentido que efectivamente, esta discussão que hoje aqui tivemos, comprova. É possível melhorar, dando a palavra à Assembleia, como, em última análise, deve ser. Não esgotar isto, nas lógicas dos gabinetes das comissões restritas, mas esta Assembleia, tem que ter, sempre, o direito a ter a última palavra. E daí, dizer que registo do sentido desta discussão e das alterações que entretanto foram feitas, que se vai manter por parte do Senhor Presidente, que assumiu aqui, o garante de que bom senso na gestão das intervenções e na garantia da democraticidade, que advêm de uma discussão de ideias não espartilhada se vai manter, procurando o consenso mais amplo ou espelhando com clareza, as divergências que se manifestam. Porque, as diferenças de opinião e as suas razões, também ajudam a formar a opinião mais esclarecida.

São parte integrante da vida democrática!

Registo o sentido desta votação com as alterações que esta Assembleia introduziu, garantam que, este bom senso vá prevalecer.”

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva

“Esta declaração de voto no sentido que o Partido Socialista acompanha e faz sua a declaração de voto apresentada pela Coligação por Coimbra.”

Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rocha

“Eu não vou repetir as palavras de regozijo do Dr. Nuno Freitas, não vou repetir o que ele disse, mas fazemos nossas, as palavras dele.”

PONTO 3 – Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2014, apreciação e votação nos termos da al. 1), do nº2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:

- a) **Relatório de Gestão e Documentos**
- b) **Aplicação de resultados**
- c) **Inventário/Património Imóvel Municipal 2014**

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Luís Marinho e membros da Mesa, Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras

Temos vindo a denunciar o marasmo que se instalou na Câmara Municipal de Coimbra ao longo destes meses de governação do Partido Socialista, marasmo que é evidenciado pelo Relatório de Gestão de 2014.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente da Câmara e o PS não estavam preparados para a gestão autárquica do século XXI. E, tem tido muita dificuldade, em abandonar as amarras subjacentes à gestão do século passado. Amarras, assentes em critérios centralizadores do Presidente, que tudo decide e não confia na delegação de poderes e de decisão dos Senhores Vereadores executivos e, nos Senhores Presidentes de Junta. Como é evidente no Relatório de Gestão e Financeiro, as actividades da Câmara Municipal de Coimbra em 2014, centraram-se fundamentalmente, na gestão corrente do pessoal, da aquisição de serviços, de transferências, subsídios, etc., atingindo um valor 60 milhões, 84% da despesa total e, 11% superior a 2013. Já a despesa de capital dos investimentos, sofreram um forte decréscimo de 22 para 11 milhões, menos 50% do que tinha sido realizado em 2013, com um peso de 15 % na despesa total. Ora, nos últimos anos, o investimento atingia em média, 1/3 da despesa total, cerca de 30 milhões. Logo, por este caminho, estamos a hipotecar o futuro de Coimbra, pois a queda de 20 milhões, vem contribuir para seu subdesenvolvimento e estagnação. Esta política de contenção, é exercida por incapacidade estratégica na visão e demissão do Partido Socialista e, do seu Presidente Câmara, para a cidade de Coimbra, o seu concelho e região. Poderia haver razões financeiras, para o exercício desta política contra accionista e de mercearia, mas os documentos mostram, que o Município de Coimbra acumulou meios financeiros disponíveis de 19 milhões de euros.

Em 2013, era cerca de 10 milhões!

Esta acumulação processou-se ao longo do ano e, mesmo assim, não houve o rasgo nem a visão estratégica para colocar estes meios ao serviço de Coimbra e dos seus cidadãos.

E tanto que poderia ter realizado em diversas áreas!

Mas, melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir um futuro promissor, para Coimbra, mas não fez o necessário e o suficiente.

Na reabilitação do Centro Histórico, e na Revitalização do Comércio Tradicional da Baixa, não melhorou infra estruturas culturais e desportivas, não cuidou devidamente do espaço público, nas limpezas, nos cuidados de protecção ao combate aos fenómenos naturais, particularmente, às cheias – não vale a pena varrer para debaixo do tapete, pois os boeiros entopem-se e, as consequências surgem dramaticamente, com uma bâtega de água de poucos minutos, não se investiu o suficiente na dinamização e atracção de investidores para o IParque e para outros espaços, sobretudo, em áreas de relevo para Coimbra, especialmente, na saúde, educação e tecnologia. Foram poucos os apoios a famílias que passam por maiores dificuldades e, as IPSS, que têm um papel fundamental na ajuda a pessoas carenciadas. O não cumprimento integral dos protocolos de obras, com as juntas de freguesias e, os apoios de funcionamento de pequenas reparações e manutenções de escolas e limpezas, com faltas e atrasos de pagamentos de 2012 e de 2013 de cerca de 1 milhão de euros, tendo como consequências dificuldades mas melhorias das condições de vida, em especial nas freguesias suburbanas e rurais. Também, obras estruturantes para o futuro de Coimbra e da sua região, marcam passo, ao sabor dos apetites do Senhor Presidente da Câmara e, com custos enormes, para os munícipes, ao não usufruírem dos seus serviços, como o Convento de São Francisco onde estamos e que continua em obras e que, a conclusão se prevê para, inícios 2016.

Isto é, dois anos de derrapagem, com custos avultados para a cidade.

As áreas classificadas, como Património da Humanidade, o IKEA, o IParque, etc., etc..

Em face do que não foi realizado se percebe, a inércia do Senhor Presidente da Câmara e dos seus Vereadores Executivos e se compreende que, a execução da despesa orçamentada, se ficou pelos 71 milhões e, cerca de 60% de execução. Destes, apenas e só, 11 milhões de investimento. Não se chegou a 29,75 de execução.

É o valor investido mais baixo nos últimos anos!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Voltámos aos níveis de execução orçamental dos anos 90 do século passado, com prejuízos enormes para a população e, não tendo usufruído o suficiente, para compensar os impostos directos que pagou ao Município que em impostos directos foi mais de 2 milhões, como já hoje foi referido!

Não será esta filosofia de gestão, um confisco e esbulho aos contribuintes, usando a terminologia e as palavras que o Senhor Presidente tem utilizado ultimamente, contrário aos princípios do equilíbrio orçamental?

O Senhor Presidente começa a dar sinais da estratégia que tem para Coimbra!

É acumular capital, é forrar pinheiros, onde milhões vão assim, guardar o orçamento de 2015?

Será que este *pé-de-meia* tem objectivos futuros de devolver aos munícipes festas fanfarras e cortejos eleitorais?

É uma pergunta que fica.

Os discursos dos senhores representantes do Partido Socialista e do Presidente da Câmara, “*que a Câmara estava em má situação financeira e sem capacidade de endividamento*”, morreu com o Relatório de 2013 e, só serviu, para engordar os cofres do Município de Coimbra, em 2014. Entretanto, as forças institucionais do concelho, das juntas das freguesias às IPSS, desde a cultura ao desporto, da educação à saúde, etc., entraram em dificuldades financeiras e têm que andar de “*chapéu na mão*”, a solicitar ajuda ao Senhor Presidente da Câmara.

E cá temos a velha política do século passado!

Se querem, venham ao *beija-mão* e, é o Senhor Presidente da Câmara que decide caso a caso.

Este objectivo de aforrar os cofres da cidade de Coimbra com milhões, denota uma ideia assustadora para a divisão que vinha das presidências do Dr. Carlos da Encarnação e do Dr. João Paulo Barbosa de Melo. Confiavam numa Coimbra contemporânea, inovadora, que gerava oportunidades para todas as forças vivas da cidade e, em particular para os jovens, que tinha como objectivo, ser o motor da Região das Beiras, que ousava ver o passado de Coimbra, como um importante factor de dinamização de desenvolvimento da cidade.

É com muita tristeza que constamos, que Coimbra fica cada vez mais longe desse objectivo.”

Intervenção do deputado municipal Rui Pato (CPC):

“Caso cá estivesse o Senhor Presidente da Câmara certamente, me iria acusar de “*não ter pegada*”, (foi um termo que aprendi hoje aqui), para assuntos económicos, claro que não tenho, mas, mesmo correndo esse risco, de não ter pegada eu vou falar de contas. Em nome do Movimento dos Cidadãos por Coimbra que tem no seu seio, quem, sem *miopia cívica* (que também foi um termo que hoje aqui aprendi), tem gente com *pegada*.

As Contas Municipais

As contas municipais que aqui nos são apresentadas e que foram analisadas pelo Movimento dos Cidadãos, só podem merecer a nossa reprovação.

Vamos votar contra!

São contas claras!

Mostram com clareza cristalina que, Orçamento e a Gestão Orçamental da Câmara têm uma elevadíssima dose de ficção!

Têm muita criatividade!

Elas não são de facto, nem instrumento de governação do Município, nem linhas de orientação que consubstanciem uma estratégia de acção consequente, transparente e coerente.

Talvez convenha lembrar, essas taxas de execução, nas Grandes Opções, 52%, metade do Orçamento, no Plano Plurianual de Investimentos, 26 % que é 1/4 do Orçamento, na Despesa Total 60 %, na Despesa de Capital, 30%, menos de 1/3 do Orçamento, na Receita Total 75% de execução, portanto, 1/4 por executar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

E ainda temos essa pérola, que é a execução de 0,1% de execução dos quase, 20 milhões da venda de bens de investimento, a fonte de todas as ficções orçamentais.

Mas a questão principal não é contabilista, nem é aritmética, ela é política.

Esta cidade, este Município, precisa de uma gestão municipal activa, capaz, competente e orçamentalmente, rigorosa.

Precisa de política, onde está o abandono, o desleixo e a falta de estratégia.

Que cidade se está a fazer com um orçamento que não tem significado, nem é verificável enquanto compromisso feito perante esta Assembleia, quando o aprova?

Acaso, estará a acontecer que não se governa agora, não se executa o orçamento, agora, para guardar para, em momento oportuno, isto é, mais adiante, em momento pré-eleitoral.

É que se assim for, é de gestão orçamental irresponsabilidade e ilegítima, que se trata!

Uma situação destas não é boa gestão, nem boa democracia.

É isto que nos leva, aliás, a relembrar uma decisão crucial desta Assembleia, em matéria orçamental. A decisão que, sob proposta dos Cidadãos Por Coimbra, assumiu a instituição do orçamento participativo. Esta Assembleia e essa deliberação estão a ser desrespeitadas, pois, que nós saibamos, nada está a ser feito quanto, a tal decisão merecia respeito.

Pedimos, aliás, esclarecimento cabal, sobre esta questão ao Senhor Presidente da Câmara e pedimos ao Senhor Presidente da Assembleia que tenha a bondade de assegurar que isto aconteça.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, todos os Senhores Vereadores presentes.

O Relatório de Contas de 2015 é sabido por todos que, apesar do contexto macroeconómico desfavorável ocorrido em 2014, que atingiu todos os municípios, podemos dizer que na óptica da despesa efectiva facturada, comparada com a receita efectiva cobrada, o Município de Coimbra alcançou 20 milhões.

Em 2013 esse valor tinha sido já de 12 milhões e, em 2012 de 6,8 milhões.

Temos presente que as autarquias tiveram mais uma vez, uma redução significativa das transferências provenientes do Orçamento do Estado, que no caso de Município de Coimbra se traduziu, numa redução de 5,3 %. Tal facto, não pode deixar de condicionar e de modo expressivo a capacidade de endividamento, através de novos limites para a dívida total e consequentemente, o investimento.

Senhores Deputados, os documentos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão de 2014 submetidos à apreciação desta Assembleia, revelam-nos de forma sistematizada, os números que vou revelar.

Estou certo que o senhor deputado Gaudêncio fez uma leitura ou não leu mesmo, correctamente, estes números dos documentos traduzidos.

Numa perspectiva patrimonial, a situação do Município é sólida e transparente.

Sublinhe-se que, caso não se tivesse reforçado as provisões decorrentes de condenações em processos com sentenças judiciais em curso, o passivo teria diminuído em cerca de 4,7 milhões de euros.

Relativamente ao passivo de 2013, constatámos a seguintes reduções mais significativas:

Redução do passivo de curto prazo, em 1,9 milhões de euros (quase 2 milhões);

Redução da dívida de médio e longo prazo, por empréstimos, em 1,983 (quase 2 milhões).

Verificamos agora o que nos ressalta de alguns indicadores, caracterizadores da actividade e da situação financeira do Município:

Margem de acréscimo de endividamento para 2015, em cerca de 10 milhões de euros;

Reforço da autonomia financeira de 2013 para 2014, sendo em 31 de Dezembro de 2014 de 70,81%;

Reforço da sobre validade a curto, médio e longo prazo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Redução do prazo médio de pagamento em 7 dias, situando-se actualmente, em 2014, em 59 dias; Meios libertos líquidos, na ordem dos 15,5 milhões.

Verifiquemos agora numa perspectiva orçamental:

Taxa de execução da receita total de 75,56%. Em 2013 foi menos – 66,66%;

Taxa de execução da receita corrente de 90,87%, em 2013 foi de 88,14%, portanto foi menos;

Taxa de execução de compromissos das Grandes Opções do Plano de 72,66%, em 2013, 66,88%, menos, portanto;

Taxa de execução de por facturação das Grandes Opções do Plano de 53,72%, em 2013, 52,35%, menos, portanto;

Taxa de execução de participações dos Fundos Europeus Estruturais de 83%, em 2013, 79,12%;

Redução da despesa corrente facturada em 3,05%, menos 4,81%, em 2013;

Acréscimos dos Fundos Próprios em 4,6%;

Recursos Humanos – redução de pessoal em 3,79%, ou seja, menos 49 trabalhadores;

Redução das despesas de pessoal, pagámos menos meio milhão – 1,09%.

Não vou falar no investimento do Centro de Convecções, mas como sabem a obra vai começar agora.

Dados estatísticos das Grandes Opções do Plano.

Dois pormenores importantes:

Descentralização e apoio a juntas de freguesia, 92,34%, contra 66,60%, os números não enganam.

Valorização do património histórico e cultural, 80,45%, contra 15,91, em 2013.

Outra nota significativa!

O número de processo despachos de gestão urbanística - 5.520, ou seja, mais 3.809, em 2013;

Foi assim, não foi Senhor Vereador Carlos Cidade?

Toneladas de lixo recolhidos pela ERSUC na cidade - 19.755, mais 6,16 toneladas!

Toneladas de lixo recolhidas de RSU – 57.215, mais 1.634, em 2013.

Até isto revela uma actividade diferente na nossa cidade!

Permitam-me pois, traçar as seguintes conclusões.

Palavras, para quê?

Os números não enganam!

Não é pois preciso, grande pegada para perceber o que é óbvio!

Reforço da situação patrimonial do Município por um lado, níveis de execução orçamentais superiores aos verificados no passado recente, por outro!

O PS votará sem hesitação alguma, o Relatório e Contas de 2014.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente, serei breve, poderia fazê-lo numa declaração de voto, mas entendo que a matéria é relevante e deve merecer a nossa posição política.

Nós aceitamos que as contas do ponto de vista contabilístico estejam bem-feitas, mas queremos chamar à atenção para três aspectos principais, que têm tudo a ver com a consequência política da gestão e com a nossa censura política à gestão do Executivo.

A primeira nota que queremos deixar é sobre:

Área Educativa

A educação aparece com uma taxa de execução anormalmente baixa. Aparece com projectos que nem sequer foram iniciados, alguns deles com financiamento comunitário, como no caso do Loreto, e, sobretudo, não há projectos novos, há projectos totalmente de gestão corrente, numa cidade, num município, num concelho, nas suas várias freguesias que precisa, de facto, de uma intervenção na área educativa, que não passe só pelo reforço, essa pode ser uma das vias das próprias competências das juntas de freguesias, que de facto têm muito cuidado, habitualmente com as suas escolas primárias do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ensino básico, do primeiro ciclo, mas onde podemos vir a ter competências novas. Recordo aquilo que se está a passar com vários municípios, com projectos-piloto para reforço de competências na área da educação, como neste momento se está a fazer com o governo, no reforço das competências municipais na área da educação e, nós julgamos que Coimbra devia ir exactamente por aí. É com muita pena que vemos que esta área de extrema sensibilidade social, por um lado e de importância estratégica, por um outro, tenha a taxa de execução que tem. Queríamos deixar aqui uma nota, claramente negativa, sobre a área educativa da gestão socialista que de facto, não merece a nossa aprovação.

Obras consideradas importantes

Nós, não vamos dizer mais argumentos sobre as obras do Convento de São Francisco, mas para nós devia estar aberto. Nós não concordamos com a mudança que houve, vamos ver o que os tribunais dizem, não vamos suspender mais argumentos sobre isto, há matéria que está em tribunal, mas nós vamos chegar à conclusão, todos nós, pensamos nós, que de facto esta mudança não foi boa. Quando vemos, uma baixa execução de projectos estratégicos, como é este caso, queremos também aqui, em relação ao Convento de São Francisco, deixar a nossa censura política.

Transportes Urbanos de Coimbra

Por fim, queremos deixar uma censura muito séria, em relação aos Transportes Urbanos de Coimbra. Aquilo que não estamos a fazer nos Transportes Urbanos de Coimbra, é muito grave, para Coimbra, para a qualidade de vida nesta cidade, veem-se cada vez mais carros, veem-se cada vez mais um estacionamento mais caótico, a própria Polícia Municipal desistiu, desistiu de ordenar o trânsito em Coimbra. A Polícia de Segurança Pública já não tinha essa incumbência e hoje, temos uma cidade cheia de estrangulamentos, cheia de carros em cima dos passeios, cheia de problemas de mobilidade crescentes e, ainda, para mais, cada vez menos passageiros nos transportes públicos, com os autocarros que são notícia, porque se incendiam consecutivamente, com uma desconfiança, em relação ao sistema público, que vai desde o Metro Mondego, com toda a razão, nós colaboramos convosco, nas críticas que estão a ser feitas aos estudos, após estudos e à situação a que chegamos, não vamos fazer a essa arqueologia, embora ela seja relevante, mas queremos dizer que de facto, aquilo que tem a ver com a política de transportes públicos do Município, merece a nossa censura política.

Queremos também dizê-lo, abertamente, é uma área onde o Executivo está a falhar redondamente, é de facto, na área da mobilidade urbana e na área da gestão dos transportes públicos!

Com estes três motivos, seria o suficiente para votarmos contra!

Diria que, o ponto em cima deste é aquele que nós, repetidamente, vos temos chamado à atenção. Penso que em coerência, têm de concordar que nós temos que trazer esta matéria, não por *pegada*, mas porque de facto, é coerente com aquilo que temos vindo a dizer. Nós temos um modelo diverso e alternativo do Partido Socialista, em relação às juntas de freguesia. Nós não aceitamos, que haja menos competências, menos financiamento e que o dinheiro fique, como ficou, nos cofres do Município e que não seja distribuído às autarquias, por exemplo, em relação às obras que ficaram pendentes, relativas a 2012 e 2013.

Não concordamos com o argumento!

O que se está a fazer é tipicamente, uma perseguição aos presidentes das juntas de freguesia que não têm nenhuma culpa, sobre essa matéria.

Tinham contratos programa, estavam de boa-fé!

Admitimos, vem de uma mudança de executivo, há novas regras que se têm que colocar, mas não aceitamos que, em relação às juntas de freguesia se continue neste caminho de subfinanciar. Pelo contrário, entendemos que as juntas de freguesia devem ser privilegiadas, exactamente no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

financiamento municipal, com mais competências e sobretudo, honrando os contratos programa, horando as suas dívidas anteriores e colocando a Câmara Municipal, como parceira das juntas de freguesia e, não é isso que temos assistido.

Por fim, sei que não é esta a matéria, mas nós não queremos deixar de anotar isto!

Tivemos anos muito difíceis!

O Partido Socialista sempre nos veio dizer que era contra as políticas de austeridade que nesse exercício, aí sim, podemos dizer que houve esta dupla realidade em que de facto, nós somos contra a austeridade, mas fizemos um memorando e agora que temos a possibilidade de por exemplo de devolver os 0,5%, por exemplo do IRS, numa altura em que não estamos a fazer com isso, nada, porque, a nossa receita do IMI, aumentou, ao contrário do que aqui ouvimos na Assembleia Municipal, aumentou 3 milhões de euros, aumentou 3 milhões de euros a receita de IMI. Podíamos perfeitamente, devolver aos munícipes, como fazem 78 municípios neste País, devolver os 0.5% do IRS que seguramente pode ser uma ajuda pequena, mas seria uma ajuda para momentos difíceis, mas a famosa “*costela social*”, não chegou aí e, curiosamente dizia-se no manifesto eleitoral que ainda

Terminado o debate, foram os assuntos colocados à votação:

Deliberação nº 15/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de abril, deliberou, por maioria, (com 21 votos a favor, 12 votos contra e 7 abstenções) aprovar em minuta para efeitos imediatos, os seguintes documentos:

- Documentos de prestação de contas de 2014 relativos ao Município, elaborados nos termos definidos no POCAL, de acordo com a Resolução nº 4/2001-2ª Secção - Instruções nº 1/2001 do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2013 de 21 de novembro, e no cumprimento do disposto na alínea l), do nº2 do Artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013;
- Aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em 3.307.691,48 € (três milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e noventa e um euros e quarenta e oito cêntimos) da seguinte forma:
 - Transferência da conta 881 - “Resultado Líquido do Exercício” para a conta 571011 - “Reservas Legais/Ano2014” o valor de 165.384,57 €;
 - Transferência da conta 881 - “Resultado Líquido do Exercício” para a conta 59013 - “Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício 2014” o valor de 3.142.306,91€;
- A 1ª Revisão Orçamental para inclusão do saldo orçamental apurado na gerência de 2014, no montante de 18.781.394,04 €, em conformidade com o estabelecido na alínea a) da nota técnica 8.3.1.4. do POCAL, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea a) do nº 1 do artigo 25º e alínea c) do nº 1 do art.º. 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro
- Inventário - Património Municipal de 2014.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante.

Ponto4 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015, da Câmara Municipal de Coimbra, aprovação nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Relativamente à proposta da 1ª Revisão ao Orçamento de 2015, permitia-me só relembrar o que se passou há um ano atrás. A 28 de Abril de 2014, aprovámos aqui, aquando da discussão deste ponto, uma recomendação à Câmara Municipal, aprovada sem votos contra, aprovada por larga maioria, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que se propunha à Câmara que afectasse 0,7 milhões euros, cerca de 700 mil euros dos então 9 milhões de euros de saldo de gerência, a resolver de uma vez por todas o problema dos ditos contratos de anos anteriores, celebrados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia.

Hoje, permita-me lembrar isto e dizer, já não são 9 de acordo com o relatório que aprovámos, são 18! Se na altura era difícil, eu acho que hoje, é só uma questão de boa vontade.”

Deliberação nº 16/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2015, e nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 38 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015 da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante.

Relativamente aos pontos 5 e 6, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a discussão dos dois pontos poderia ser em conjunto, embora as deliberações fossem tomadas separadamente.

Intervenção do deputado municipal Rui Campos:

“Vou usar os 2 minutos a que pelo novo Regimento tenho direito.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras

O Partido da Terra, partido matriz ecologista e humanista, defensor da mobilidade sustentável, não pode deixar de lamentar o estado actual dos SMTUC. A cada ano que passa transporta cada vez menos passageiros.

No último ano perdeu 455 mil passageiros!

A idade média da frota é de 15,75 anos!

É uma frota envelhecida, poluente e baseada nos combustíveis fósseis. A taxa de imobilização atingiu os 20.6%. Faltam meios humanos, tecnicamente qualificados na área da manutenção automóvel. Cresce a insatisfação dos utentes com a qualidade do serviço prestado. Em 2014, o investimento dos SMTUC foi apenas de 890 mil euros, 93% menos que no ano anterior. A aposta na mobilidade sustentável é uma questão vital na defesa da soberania e da economia nacional e do meio ambiente. Ao privilegiar os combustíveis fósseis estamos a alimentar a dependência, em relação a países do Médio Oriente, instáveis, belicosos e tendencialmente anti democráticos. Estamos a apostar numa energia não renovável, finita e que tenderá a esgotar-se no espaço de uma geração. Estamos também a contribuir para o aquecimento global, a maior ameaça aos ecossistemas, à biodiversidade e à vida no nosso planeta. O Partido da Terra entende que o investimento actual nos SMTUC é manifestamente insuficiente A Câmara Municipal de Coimbra deve dotar os SMTUC dos necessários para assegurar a operacionalidade e a renovação da frota, melhorara a rede de transportes e reverter o declínio de passageiros. De uma vez por todas é necessário perceber que, um país rico, não é aquele em que os pobres guiam mercedes, mas onde os ricos usam os transportes públicos.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O Partido Socialista partilha das preocupações do Partido da Terra.

Efectivamente foi esta herança que o Partido Socialista recebeu os autocarros, essa diminuição de passageiros, situação que vai procurar debelar, com essa combustão dos combustíveis fósseis, mas foi assim que recebeu este estado de coisas.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):

“Nós sujeitamos à nossa votação apreciação, pelo facto de, ter havido ao longo de continuados anos um desinvestimento relativamente aos SMTUC. Nós valorizamos o serviço público municipal contra qualquer tentativa de empresarialização ou fusão. Valorizamos também, as condições de trabalho que tem que melhorar decididamente e, fazemos a exigência do apoio financeiro do estado os SMTUC, à semelhança do que existe em Lisboa ou no Porto, isto é, por enquanto. Colocamos a questão muito rapidamente, dizendo que de facto tem-se assistido nos últimos tempos a um desinvestimento nos SMTUC. Consideramos que há de qualquer forma, grandes melhorias a fazer no que diz respeito às instalações e às condições de trabalho e de higiene e também, questões que se prendem com a falta de pessoal, principalmente nas oficinas e nos motoristas. Reconhecemos que de qualquer forma terem sido realizadas melhorias. Nós estamos empenhados também, em contribuir que leve os SMTUC a um nível de utilização e de serviço público que é aquele que nós preconizamos e a população preconiza, em geral.”

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):

“A minha intervenção é curta até porque não acabe a energia, mas a esse respeito tenho a dizer que é lamentável porque somos confrontados com esse contratempo porque, verificamos que na realidade não havia condições para reunir aqui e se a Câmara é tão rigorosa na atribuição das vistorias e de licenças de utilização e na garantia da segurança das pessoas noutros equipamentos pelos visto não está a ser em relação a este órgão na reunião de hoje que temos aqui e, não devíamos estar aqui.

Em relação aos SMTUC justifico apenas, o nosso voto contra do Movimento Cidadãos Por Coimbra, com as razões que já foram aventadas por outras forças políticas e que resumo em poucas palavras: a falta de investimento, que é nula, a penalização dos serviços, a redução da frota, com 3 autocarros ardidados, novas aquisições só para o fim 2015, o aumento da idade da frota que tem 25%, uma idade igual ou superior a 20 anos, a falta de segurança, a elevada taxa de imobilização global, a diminuição do número de passageiros, a redução de trabalhadores e dependência de recursos humanos, o resultado operacional, enfim, não é este tipo de transportes que precisamos para Coimbra, precisamos de uma intervenção urgente para um serviço que é fundamental para os municípios.”

Ponto 5 - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2014, acompanhar e fiscalizar, nos termos da al. a), do nº2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:
Deliberação nº 17/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2015, e nos termos da al. a), do nº2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 20 votos a favor, com 12 votos contra e 23 abstenções, aprovar a Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2014.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante.

Ponto 6 – 1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2015, aprovação nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:

Deliberação nº 18/2015 (29/04/2015)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2015, e nos termos da al. a), do nº1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 3 votos contra, aprovar a **1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2015**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante.

Ponto – 7 - Compromissos Plurianuais, apreciação nos termos da al. b), do nº1, do artº 22º, do Dec. Lei nº197/99, de 8 de junho:

Deliberação nº 19/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2015, e nos termos da al. b), do nº1, do artº 22º, do dec. lei nº197/99, de 8 de junho, deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, com 6 votos contra e 9 abstenções, aprovar os **Compromissos Plurianuais**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 8 – Proposta de composição do júri dos concursos para cargos dirigentes, aprovação nos termos do nº1, do artº 13º, da lei nº49/2012, de 29 de agosto:

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):

“Senhor Presidente, nós votaremos contra esta composição do júri porque acreditamos que poderemos estar a votar numa ilegalidade, na medida em que a composição dos júris, nomeadamente nos vogais faz com que haja uma espécie de rotatividade, em que pessoas avaliam outras pelas quais podem ser avaliadas pelo concurso seguinte, ou seja, “*eu avalio-te a ti, tu avalias-me a mim a seguir*”. Realmente, há uma incompatibilidade que nos parece e conflito de interesses que nos parece ferir a legalidade.”

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):

“Senhor Presidente, é só para deixar declarado, que nós acompanhamos a posição da deputada Catarina Martins.”

Deliberação nº 20/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2015, e nos termos do nº 1, do artº 13º, da lei nº 49/2012, de 29 de agosto, deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, e 13 contra aprovar a **proposta de composição do júri dos concursos para cargos dirigentes**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos, dada a sua extensão ficam apensos à presente ata fazendo parte integrante.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“O Partido Socialista votou a favor das constituições do júri, porque está seguro que o seu comportamento e isenção não têm nada a ver com as nomeações para a Segurança Social, através da FESAP”.

Ponto 9 – Contrato Interadministrativo para o período 2015 - 2017 – minuta, aprovação nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Relativamente aos Contratos Interadministrativos queria fazer uma crítica que também, queria alargar ao ponto seguinte. Lamentavelmente, presumo que estes pontos vêm aqui a esta Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

para serem remetidos às juntas e às assembleias, para estas apreciarem. Na prática, o que vamos ter é, quer a juntas de freguesias, quer as assembleias que venham a propor alterações, isto, não virá novamente á Assembleia. Lamento, mais uma vez, que isto tenha vindo aqui, sem ter feito o que a Lei nº 75 promove, exige, que é uma negociação, uma troca de impressões entre as duas partes, para quando o documento vier aqui já tenha sido consensualizado, quer com os órgãos das freguesias, quer com o órgão Executivo da Câmara. Mais uma vez, o que tivemos o ano passado, volta a concretizar-se.

Eu tenho duas ou três questões práticas.

Do que li, é omissa no contrato interadministrativo, a data limite para que, a Câmara faça chegar às juntas de freguesia os respectivos projectos de execução para as obras contratadas. Eu dou o meu caso concreto: recebi em 2014 um projecto, no dia 12 de Novembro e o contrato dizia que a obra tinha que estar concluída no dia 30.

Agora questiono, como é que isso era materialmente possível?

E questiono que posição tomou a Câmara relativamente a essa situação em concreto?

Ao ler o Relatório de Gestão constato que uma série de juntas de freguesia executaram obras ainda após a data de 30 de Novembro e, mesmo em 2015!

Onde é que a Câmara se pronunciou sobre isso, porque, a minha freguesia não foi notificada de qualquer prorrogação de prazo? Como eu não posso fazer despesa, sem ter garantidos os respectivos fundos disponíveis e, como estou numa situação de pagamentos em atraso, com processos em tribunal, com penhoras, com arrestos de créditos, etc., eu questiono, até que ponto é legítimo a Câmara ser omissa no Contrato Interadministrativo, relativamente a esta questão? Até que data? Até que data é que os projectos têm que ser entregues? Quem é que decide até que data eventuais prorrogações de prazo?

Peço desculpa, isto é, uma questão objectiva que eu tenho que saber, para decidir a 12 de Novembro de 2014, se posso lançar uma obra que demora no mínimo, 1 mês, 1 mês e meio a estar o procedimento terminado precisa de 60 dias para terminar! Quem é que me paga a obra?

Relativamente aos Acordos de Execução, não sei se lapso, presumo que seja lapso, na informação que capeia as alterações aos Acordos de Execução é dito, que há vários tipos de Acordos de Execução, para conjuntos de juntas que contratualizaram competências distintas. Não sei se é por lapso, mas a minha freguesia não consta lá como uma das freguesias, que no Acordo de Execução que celebrou não incluiu a limpeza do espaço público. Não sei se é intencional ou se não é, mas ficam todos a saber.

No contrato quem assinamos, até 2017, quem vai limpar as valetas, quem vai limpar os passeios, é a Câmara Municipal de Coimbra!

É o que a Lei nº 75, promove. Mas na minuta que está, que é só sobre os factos que são limitados ao Acordo de Execução em vigor, isso é totalmente omissa, o que quer dizer que nenhum dos presentes se apercebeu disso! Isso não está lá escrito!"

Deliberação nº 21/2015 (29/04/2015):

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de abril de 2015, e nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 9 abstenções aprovar, em minuta para efeitos imediatos, **as alterações ao acordo inicial dos Acordos de Execução 2014 a 2017 entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Município de Coimbra.**

Ponto 10 – Acordos de execução 2014 a 2017 – alterações ao acordo inicial, aprovação nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro:

Deliberação nº 22/2015 (29/04/2015):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 20 de abril de 2015, e nos termos da al. k), do nº1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 9 abstenções aprovar as **alterações ao acordo inicial dos Acordos de Execução 2014 a 2017 entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Município de Coimbra.**

Esta deliberação foi tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 11 – Apoios e incentivos às acções de reabilitação urbana, aprovação nos termos do nº3 do Regulamento Municipal Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra:

Deliberação nº 23/2015 (29/04/2015):

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 30 de março de 2015, e nos termos do nº 3 do Regulamento Municipal Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra, deliberou, por maioria, com 35 votos a favor e 4 abstenções aprovar os Apoios e incentivos às acções de reabilitação urbana – redução de taxas relativas à execução de operações urbanísticas a impulsionar o processo de reabilitação urbana.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 – Requalificação do Parque Infantil no Largo Marcelino Ivo de Vasconcelos – Brasfemes – Contrato-programa, aprovação nos termos da alínea j), nº 1, do artº 25º, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de Setembro:

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela:

“Eu queria só lembrar novamente a Assembleia, a intervenção que ocorreu em Novembro de 2014, entre mim e o meu colega de Brasfemes. A 10 de Dezembro de 2014, foi aprovado em sessão de Câmara este apoio de 15 mil euros, para pagar um Parque Infantil que estava construído desde junho de 2013. Um apoio justo, merecido e correcto, mas aqui a justificação foi uma promessa que havia de apoiar esse Parque Infantil. Na minha freguesia, são contratos assinados, obras feitas, mas esses não valem! Vale mais uma promessa do que os contratos assinados.”

Intervenção do Presidente da Câmara

Senhor Presidente e Senhores deputados.

Há, de facto, necessidade de sermos claros e, para que não se apague a luz, embora o gerador tenha sido posto a funcionar ao abrigo do horário regimental que é até às 20h00, importa aqui esclarecer de modo muito breve.

Este Parque Infantil foi edificado em Brasfemes, foi inaugurado em Brasfemes, levou placa no sítio, houve compromisso dos meus antecessores que o inauguraram, não tinha um único documento a fundamentar. Instruiu-se o processo, analisaram-se as coisas e, para não desonrar o compromisso politicamente assumido, pela Câmara Municipal de Coimbra no anterior mandato, dei ordens aos serviços para que assim se procedesse. Portanto, Senhor Presidente da União de Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela, não é conforme!

Não é conforme!

E são situações diferentes!

Esta obra, não estava no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Coimbra do ano em que foi feito. Esta obra era. Estava há parte!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Câmara Municipal dá um subsídio, financiamento, correspondente à despesa realizada e, procuramos apenas e tão só, evitar problemas a quem assumiu a responsabilidade de inaugurar o Parque em plena campanha eleitoral.”

Deliberação nº 24/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal, nos termos alínea j), nº 1, do artº 25º, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, deliberou, por maioria, com 32 votos a favor e 7 abstenções aprovar o Contrato-programa sobre a Requalificação do Parque Infantil no Largo Marcelino Ivo de Vasconcelos – Brasfemes.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 13 – Atas (nº 6 de 30/09; a nº 7 de 26/11; nº 8 de 22/12/2014):

Deliberação nº 25/2015 (29/04/2015)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenções, aprovar as atas números 6, 7 e 8 de 2014.

E sendo vinte horas e trinta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.